

ANUÁRIO ESTATÍSTICO

00
TON

ÍNDICE

7	PREFÁCIO
8	I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP
8	1. ANGOLA
8	1.1 Mercado das Comunicações
9	1.2 Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas
11	1.3. Principais Medidas Regulatórias em Angola – Instituto Angolano das Comunicações - INACOM 2018
15	2. BRASIL
15	2.1. Mercado das Telecomunicações
15	2.2. Informação Estatística sobre o Sector das Telecomunicações
17	2.3. Principais Medidas Regulatórias no Brasil – Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL 2018
20	3. CABO VERDE
20	3.1. Mercado das Comunicações
21	3.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas
22	3.3. Principais Medidas Regulatórias em Cabo Verde – Agência Reguladora Multissetorial da Economia – ARME 2018
23	4. GUINÉ-BISSAU
23	4.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas
23	4.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas
25	4.3. Principais Medidas Regulatórias na Guiné-Bissau – Autoridade Reguladora Nacional – ARN - Guiné-Bissau 2018
27	5. GUINÉ EQUATORIAL
27	5.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas
27	5.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas
28	5.3. Principais Medidas Regulatórias na Guiné Equatorial – <i>Organo Regulador de las Telecomunicaciones</i> – ORTEL 2018
29	6. MOÇAMBIQUE
29	6.1. Mercado das Comunicações
29	6.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas
31	6.3. Principais Medidas Regulatórias em Moçambique – Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique - INCN 2018
37	7. PORTUGAL
37	7.1. Mercado das Comunicações
37	7.2. Informação Estatística sobre o Sector
39	7.3. Análise global da atividade regulatória em Portugal - ANACOM 2018

ÍNDICE

44	8. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
44	8.1. Mercado das Comunicações
44	8.2. Informação Estatística sobre o Sector
46	8.3. Principais Medidas Regulatórias em São Tomé e Príncipe – Autoridade Geral de Regulação – AGER 2018
48	9. TIMOR-LESTE
48	9.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas
48	9.2. Informação Estatística sobre o Sector
50	9.3. Principais Medidas Regulatórias em Timor Leste – Autoridade Nacional de Comunicações – ANC
51	10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS
51	10.1 Proveitos, Investimento e Emprego no Sector das Comunicações Eletrónicas
53	10.2 Serviço Telefónico Móvel
56	10.3 Serviço de Banda Larga Móvel
60	10.4 Serviço de Banda Larga Fixa
63	10.5 Serviço Telefónico Fixo
66	10.6 Serviço de Televisão por Assinatura
70	II. ANEXOS
70	ANEXO 1 - Lista de operadores em atividade
79	ANEXO 2 - Fontes utilizadas na recolha dos dados apresentados
80	ANEXO 3 – Glossário, lista de acrónimos e abreviaturas

ÍNDICE DE TABELAS

- 10 **Tabela 1 - Dados Estatísticos Angola**
- 16 **Tabela 2 – Dados Estatísticos Brasil**
- 22 **Tabela 3 – Dados Estatísticos Cabo Verde**
- 24 **Tabela 4 – Dados Estatísticos Guiné Bissau**
- 27 **Tabela 5 – Dados Estatísticos Guiné Equatorial**
- 30 **Tabela 6 – Dados Estatísticos Moçambique**
- 38 **Tabela 7 – Dados Estatísticos Portugal**
- 45 **Tabela 8 – Dados Estatísticos São Tomé e Príncip**
- 49 **Tabela 9 – Dados Estatísticos Timor Leste**
- 51 **Tabela 10 – Proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas**
- 52 **Tabela 11 – Investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas**
- 52 **Tabela 12 – Emprego no Sector das Comunicações Eletrónicas**
- 54 **Tabela 13 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefónico Móvel nos países da CPLP**
- 56 **Tabela 14 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel nos países da CPLP**
- 58 **Tabela 15 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP**
- 59 **Tabela 16 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP**
- 62 **Tabela 17 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP**
- 63 **Tabela 18 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP**
- 64 **Tabela 19 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefónico Fixo nos países da CPLP**
- 65 **Tabela 20 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo nos países da CPLP**
- 67 **Tabela 21 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Televisão por Assinatura nos países da CPLP**

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 53 **Gráfico 1 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefónico Móvel nos países da CPLP**
- 55 **Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel nos países da CPLP**
- 56 **Gráfico 3 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP**
- 59 **Gráfico 4 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP**
- 60 **Gráfico 5 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP**
- 62 **Gráfico 6 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP**
- 63 **Gráfico 7 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefónico Fixo nos países da CPLP**
- 65 **Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo nos países da CPLP**
- 66 **Gráfico 9 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Televisão por Assinatura nos países da CPLP**
- 68 **Gráfico 10 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Assinatura nos países da CPLP**

PREFÁCIO

Caros Leitores,

Esta é 9.^a edição do Anuário das Comunicações da CPLP. Prosseguimos a tradicional prática de partilhar toda a informação pertinente sobre os resultados alcançados pelas Autoridades Reguladoras Nacionais (ARN) membros da Associação dos Reguladores das Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ARCTEL-CPLP), bem como as principais tendências de desenvolvimento do mercado das comunicações em todos os desta comunidade.

Também, mantemos a esperança de que o Anuário continuará a ser, para todos os interessados no Espaço CPLP e em outros pontos geográficos do mundo, um manual incontornável de consulta sobre o Sector das Comunicações na CPLP, e um efetivo instrumento de trabalho, para quem o utilizar.

A dinâmica registada no sector é expressa com o recurso à informação estatística e às principais medidas regulatórias. Abrange Serviço Telefónico Móvel, Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, Serviço de Banda Larga Fixa e Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, Serviço de Televisão por Assinatura e os Proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas.

Indicamos aqui o caminho futuro, através de uma perspetiva sólida sobre a evolução dos mercados individuais de cada país e uma visão panorâmica do mercado lusófono. Para uma comunidade que vive integrada em cinco blocos regionais diferentes, perspetivamos consolidar uma maior partilha de informação e, com isso, uma melhor visão das tendências e desenvolvimentos do sector, habilitando, assim, os Membros a uma melhor compreensão e ação perante os desafios regulatórios.

Num mundo globalizado em que os desenvolvimentos ao nível das comunicações eletróni-

cas passam pela implementação do 5G, novos sistemas operacionais, *cloud*, redes de cabos submarinos, e outras inovações tecnológicas, torna-se premente e imprescindível que os países da CPLP incorporem as mesmas nas suas estratégias nacionais por forma a fomentarem o desenvolvimento dos seus mercados e consequentemente o seu crescimento económico. Considera-se igualmente essencial que as questões inerentes à segurança cibernética, privacidade dos dados, *blockchain*, inteligência artificial, entre outros aspetos, sejam tidas em consideração na definição e persecução das políticas associadas ao sector.

Com a responsabilidade, confiança e ambição acrescidas pelo trabalho da Associação e dos seus membros, a nível de recolha, tratamento e análise de dados, é registo maior da ARCTEL, em 2018, a apresentação da proposta da Agenda Digital, por ocasião da X Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP, em Malabo, Guiné Equatorial, tendo a ARCTEL-CPLP sido mandatada, na qualidade de Secretariado Permanente, para a coordenação e implementação das suas recomendações e desenvolvimento das estratégias aprovadas.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

1. ANGOLA

1.1 Mercado das Comunicações

O Instituto Angolano das Comunicações, INACOM é a entidade reguladora das comunicações em Angola.

O INACOM é um instituto público, tutelado pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação (MTTI), dotado de personalidade jurídica e com autonomia de gestão financeira, administrativa e patrimonial.



O presente Estatuto Orgânico do INACOM resultou da necessidade de adequação do Decreto Presidencial n.º 243/14, de 9 de setembro ⁽¹⁾ em função das disposições previstas no artigo 42.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de junho ⁽²⁾ que estabelece as regras de criação, estruturação e funcionamento dos Institutos Públicos.

As responsabilidades atribuídas a este organismo podem ser agrupadas em 6 principais áreas de intervenção:

- assegurar a gestão do espectro radioelétrico e fixar as normas e especificações técnicas dos principais elementos das redes de comunicações;

- definir e monitorizar as medidas de regulação do sector garantindo um acesso e utilização das redes e serviços de comunicações em condições de transparência e igualdade;

- promover o estudo e investigação tecnológica e científica das comunicações de forma a garantir o desenvolvimento e evolução do sector;
- definir as normas e especificações técnicas dos equipamentos relevantes às comunicações e avaliar a sua conformidade;
- emitir pareceres e atribuir títulos, alvarás e autorizações da competência do Órgão Regulador das Comunicações;
- apoiar e colaborar com o Executivo na definição das políticas gerais das comunicações.

O Conselho de Administração, cujo mandato tem uma duração de três anos renováveis, é composto por sete administradores, três administradores executivos (um deles também Presidente) e quatro membros não executivos.

Além do Estatuto Orgânico do INACOM, a regulação do mercado das comunicações eletrónicas em Angola teve como marco a aprovação dos seguintes documentos:

- Lei n.º 22/11, de 17 de junho ⁽³⁾ – Lei da Proteção de Dados;
- Lei n.º 23/11, de 20 de junho ⁽⁴⁾ - Lei das Comunicações Eletrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação;

(1) Informação disponível em https://www.inacom.gov.ao/fotos/frontend_6/editor2/despacho_no_243_14-9_de_setembro_de_2014.pdf e/ou <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/18169913715da87dcbd52b.pdf>

(2) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/16541743455d9f409fe0c7f.pdf>

(3) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/10576881425d9f404c8c525.pdf>

(4) Informação disponível em https://www.inacom.gov.ao/fotos/frontend_6/editor2/lei_23_de_2011-20_de_junho_de_2011.pdf ou <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/19743260405d9f51835396c.pdf>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

1. ANGOLA

- Decreto Presidencial n.º 202/11, de 22 de julho⁽⁵⁾
- Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação;
- Despacho Presidencial n.º 129, de 23 de julho de 2019⁽⁶⁾ - Livro Branco das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Decreto Presidencial n.º 95/16, de 10 de maio⁽⁷⁾ – Plano Estratégico de Espectro Radioelétrico e Numeração;
- Decreto Presidencial n.º 108/16, de 25 de maio⁽⁸⁾ – Regulamento Geral das Comunicações Eletrónicas;
- Decreto Presidencial n.º 122/16, de 9 de junho⁽⁹⁾ – Plano Estratégico sobre o Regime de Licenciamento dos Operadores de Comunicações Eletrónicas.



1.2 Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

De acordo com os quadros seguintes verificou-se que o serviço com maior expressão em Angola era o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 13.288 mil assinaturas. Este serviço apresentou uma taxa de penetração de cerca de 45,4 por cento, em 2018, valor inferior em 1,6 pontos percentuais relativamente ao verificado no ano anterior.

No que diz respeito ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 19,9 por cento correspondendo a cerca de 5.820 mil assinaturas. Relativamente a 2017 a taxa de penetração deste serviço aumentou cerca de 4,5 pontos percentuais. No que concerne ao Serviço de Banda Larga Fixa a sua expressão em Angola não é tão acentuada como o Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, uma vez que a sua taxa de penetração ascendia a 0,37 por cento, em 2018, correspondendo a cerca de 109,6 mil assinaturas, tendo se registado um aumento da taxa de penetração desse serviço em cerca de 0,03 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O Serviço Telefónico Fixo, em Angola apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 0,59 por cento, correspondendo a cerca de 172 mil assinantes, verificando-se um aumento da taxa de penetração desse serviço em cerca de 0,02 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. No que diz respeito ao Serviço de Televisão por Assinatura, em 2018, este apresentou uma taxa de penetração de cerca de 6,6 por cento tendo apresentado um aumento de 1,2 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

Os Proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas ascenderam aos 1 012 milhões de euros, em 2018 tendo aumentado cerca de 1,8 por cento relativamente ao ano anterior.

O Investimento no Sector representou 82 milhões de euros, em 2018. Contudo, é de salientar que este valor não inclui o total do investimento realizado em Angola uma vez que nem todos os operadores enviaram dados para este indicador. Durante o ano de 2018, Angola empregou cerca de 7.267 pessoas no Sector das Comunicações Eletrónicas.

(5) Informação disponível em https://www.inacom.gov.ao/fotos/frontend_6/editor2/1_lei_202_de_2011-22_de_julho_de_2011.pdf ou <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/13343535515d9f51ad922ad.pdf>

(6) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/8200679395df561971823.pdf>

(7) Informação disponível em https://www.inacom.gov.ao/fotos/frontend_6/editor2/decreto_presidencial_no_95_de_10_maio_de_2016-3_de_outubro_de_2017.pdf ou <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/20870012575d-9f54d460bb6.pdf>

(8) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/10125643375d9f555864d4c.pdf>

(9) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/20451491985d9f55c80cbc8.pdf> ou https://www.inacom.gov.ao/fotos/frontend_6/editor2/decreto_presidencial_no_122_de_9_junho_de_2016-3_de_outubro_de_2017.pdf

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

1. ANGOLA

Tabela1 - Dados Estatísticos Angola

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	1 246 700 Km ²		
População	27 503 526	28 359 634	29 250 009
Proveitos do Sector (€) ⁽¹⁰⁾	905 155 964	994 859 051	1 012 526 781
Investimentos do Sector (€) ⁽⁸⁾	491 404 146	300 233 535	82 058 040
Emprego Direto do Sector	7 310	7 302	7 267
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	3	3
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	13 001 124	13 323 952	13 288 421
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	47,27 %	46,98 %	45,43 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetos a planos pré-pagos	12 882 466	13 208 472	13 157 898
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	46,84 %	46,57 %	44,98 %
Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	3	3
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	4 025 307	4 354 043	5 820 154
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	14,64 %	15,35 %	19,90 %

Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	6	8	8
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	107 885	96 919	109 561
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	0,39 %	0,34 %	0,37 %
Serviço Telefónico Fixo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	6	8	8
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	304 493	161 070	171 858
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	1,11 %	0,57 %	0,59 %
Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	1 327 127	1 537 343	1 928 237
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	4,83 %	5,42 %	6,59 %
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	1 292 234	1 473 430	1 838 621
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	4,70 %	5,20 %	6,29 %

(10) Foram feitas conversões de Cuanzas para euros de acordo com as cotações do Banco de Portugal (<http://www.bportugal.pt/>)

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

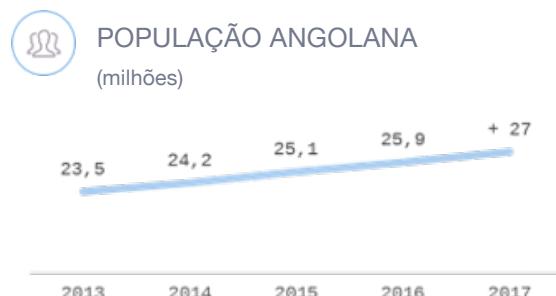
1. ANGOLA

1.3. Principais Medidas Regulatórias em Angola – Instituto Angolano das Comunicações - INACOM 2018

a. Agenda Regulatória

Para a contextualização do Mercado das Comunicações em Angola, é caracterizada e avaliada a situação demográfica e económica.

Angola apresenta um crescimento populacional assinalável, e sustentado, tendo ultrapassado os 27 milhões de habitantes em 2017.



A economia, no entanto, depois de anos de forte crescimento, vive um período de desaceleração causado principalmente pela queda acentuada do preço do barril de petróleo. Esta situação provocou uma queda nas exportações líquidas, que por sua vez levou à depreciação do kwanza na taxa de câmbio em relação ao dólar norte-americano, e ao aumento da taxa de inflação, reforçando a desaceleração da atividade económica, refletindo-se no Produto Interno Bruto (PIB, soma monetária de todos os bens e serviços produzidos em determinado período) nominal (a preços correntes) em milhares de milhões de dólares norte-americanos – o que representa cerca de 4 mil dólares por habitante previsíveis para 2018.

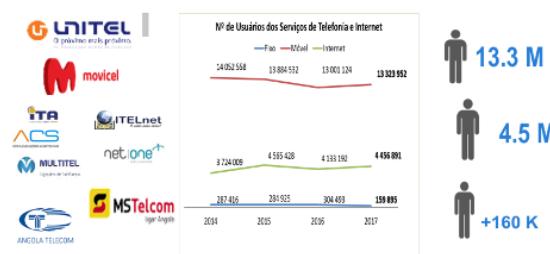


O Organigrama do INACOM em 2018 comprehende cinco pelouros de administração e 88 colaboradores distribuídos por 8 departamentos.

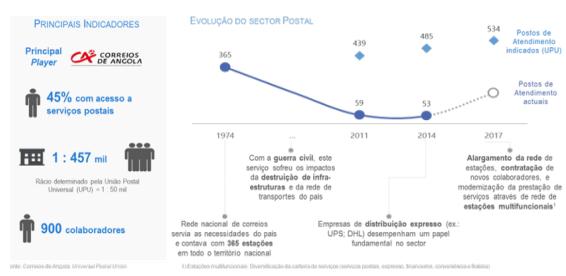


b. Dados Gerais do Mercado das Comunicações em Angola

A dinâmica das operadoras registada pelo INACOM, conforme quadro seguinte, permite constatar a agregação do número de usuários pelas prestadoras mais significativas no país:



No que refere o setor postal, é possível constatar pela figura seguinte, uma dinâmica atenta à evolução, à entrada do ano de 2018:



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

1. ANGOLA

c. Principais Marcos Regulatórios

✓ em fevereiro,

> por Despacho Presidencial, o Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação foi instruído a proceder à abertura de um Concurso Público Internacional para celebração do Contrato de Concessão de Serviço Público de Comunicações Eletrónicas para atribuição de um Título Global Unificado para o 4.º Operador Global no Sector das Telecomunicações, bem como constituir a Comissão de Avaliação para o procedimento contratual acima referido

> aprovada e iniciada Implementação do Plano Estratégico do INACOM 2017/2020

✓ em março, instituído o INFRACOM/Comité para partilha de Infraestrutura Eletrónica e, aprovados, regulamento interno e regras para partilha de Infraestruturas passivas de telecomunicações



✓ em maio, realização de estudos e início da consulta pública do regulamento de roaming (itinerância) doméstico, e, à luz do PEERNUM⁽⁷⁾ dos PNN/Plano Nacional de Numeração, e, PNF/Plano Nacional de Frequências

✓ em junho,

> realização dos estudos dos preços dos serviços praticados e início da elaboração do novo modelo de custeio dos serviços de comunicações eletrónicas

> lançamento da Linha Exclusiva para Apoio ao consumidor 15 555



✓ em agosto, início do processo Atualização dos Títulos Habilitantes outorgados conforme novo paradigma de licenciamento (TGU/Títulos Globais Unificados e LMS/Licenças Multiserviços)



d. Desafios do Mercado

Programa para a recuperação e expansão dos centros regionais (PREC)

A remodelação dos meios de monitorização e fiscalização do espectro radioelétrico encetada pelo INACOM assenta em três vertentes:

I – Sistema de Gestão do Espectro Radioelétrico e Numeração

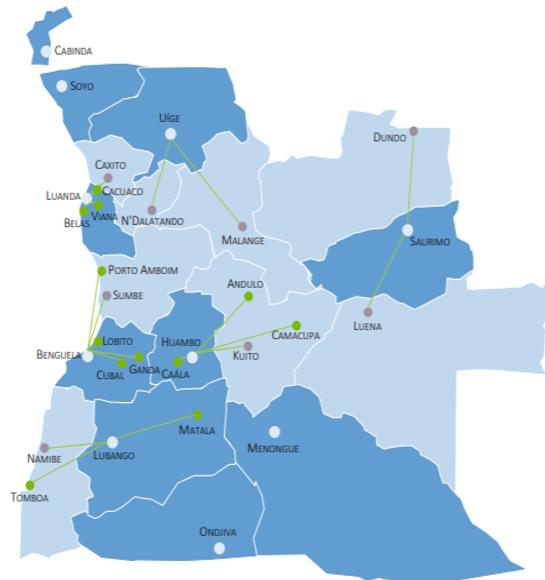
II – Sistema de Monitorização do Espectro Radioelétrico

III – Viaturas Técnicas de Monitorização do Espectro Radioelétrico



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

1. ANGOLA



Ancorados no Centro de Controlo Nacional, através de WAN (rede de área larga que conecta múltiplas redes sobre grandes áreas geográficas, do inglês, Wide Area Network), cada Centro de Controlo Regional pretende-se equipado de uma ou mais Estações de Monitorização Fixa. Com Centros de Monitorização Móvel distribuídos pelo território nacional, contam-se ainda com Estações de Monitorização Transportáveis, que equipam viaturas técnicas caracterizadas.

Os Desafios do Mercado para o INACOM, integram-se em políticas governamentais, definidas consoante o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 – 2022⁽¹¹⁾, que permitiu atualizar uma Versão 2.0, para um Sistema Integrado de Monitorização do Sector das TIC.

Os Objetivos delineados pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, transparecem a inserção no mundo global, evidenciando a integração das TIC com aspectos de energia e ambiente, compreendendo Metas e Ações Prioritárias setoriais, envolvendo fortemente a atuação do Regulador.

(11) Informação acessível em https://www.prodesi.ao/uploads/PDN_Angola_2018_2022_Low.pdf

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

1. ANGOLA

Objetivos

Objetivo 1: Garantir o acesso aos serviços fixos de comunicações

Objetivo 2: Assegurar a comunicação por via da rede móvel a preços acessíveis a toda a população

Objetivo 3: Criar as condições para o acesso universal à Internet para edificação da sociedade de informação

Objetivo 4: Aumentar o acesso a banda larga através dos cabos submarinos internacionais

Objetivo 5: Assegurar a prestação universal dos serviços postais, promovendo a integração nacional através de uma rede de estações multifuncionais

Objetivo 6: Assegurar a prestação de serviços meteorológicos

Objetivo 7: Promover uma gestão eficiente do espectro radioelétrico

Objetivo 8: Assegurar o controlo dos satélites angolanos com recursos nacionais e melhorar a qualidade dos serviços prestados

A capacitação do quadro de trabalhadores do INACOM, é uma faceta dominante na abordagem aos desafios do mercado, incluindo a participação em atos de cooperação multilateral, além do quadro da ARCTEL-CPLP, com ênfase para a integração regional, sucedendo-se em 2018 a troca de experiências bilaterais com as suas congéneres da Associação de Reguladores das Comunicações da África Austral (CRASA, sigla inglesa).



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

2. BRASIL

2.1. Mercado das Telecomunicações

No Brasil o sector das telecomunicações é regulado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. Trata-se de órgão integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a um regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações.



A agência é administrativamente independente e financeiramente autónoma.

Esta agência, criada em 1997, tem como principais funções regular, outorgar e fiscalizar o sector das telecomunicações, procurando promover o desenvolvimento das infraestruturas de comunicações brasileiras, modernizando-as e adequando-as aos serviços que a sociedade atual exige⁽¹²⁾. A ANATEL tem sede em Brasília e representações em todas as Unidades da Federação através das quais realiza as atividades de fiscalização e mantém um contacto mais próximo com a sociedade e instituições locais.

A ANATEL tem como órgão máximo o Conselho Diretor, integrado por cinco membros, brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, escolhidos pelo Presidente da República e nomeados após aprovação pelo Senado Federal. Os conselheiros têm mandato fixo de cinco anos e estabilidade sequencial, com substituições paulatinas - um conselheiro por ano. Votam com independência, fundamentando seu voto, sendo as decisões sempre tomadas por

maioria absoluta por meio de reuniões, sessões ou circuitos deliberativos (procedimento de coleta de votos sem a necessidade de reunião presencial).

O presidente do Conselho Diretor acumula a função de presidente executivo, cabendo-lhe a representação da Agência, para além do comando hierárquico sobre o pessoal e serviço, exercendo todas as competências administrativas correspondentes. Aos conselheiros cabe a direção dos órgãos administrativos da Agência.

2.2. Informação Estatística sobre o Sector das Telecomunicações

De acordo com os quadros que se apresentam de seguida verificou-se que o serviço com maior relevância no Brasil era o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 229,2 milhões de assinaturas. Este serviço apresentou uma taxa de penetração de 109,9 por cento em 2018, valor inferior em cerca de 3,9 pontos percentuais relativamente ao registado no ano anterior. Verificou-se ainda uma redução do número de assinaturas pré-pagas do Serviço Móvel Pessoal.

No que diz respeito ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 88,5 por cento correspondendo a cerca de 184,6 milhões de assinaturas. Relativamente a 2017 a taxa de penetração deste serviço diminuiu cerca de 2,4 pontos percentuais.

No que se refere ao Serviço de Banda Larga Fixa a sua expressão no Brasil é substancialmente menos acentuada do que o Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, uma vez que a sua taxa de penetração ascendia a 15 por cento, em 2018, correspondendo a cerca de 31,2 milhões de assinaturas.

(12) Informação retirada do Website da ANATEL, Base Legal em <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=800&codigoVisao=8&no>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

2. BRASIL

Apesar disso, verificou-se um aumento da taxa de penetração desse serviço em cerca de 1,1 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O Serviço Telefónico Fixo, no Brasil apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 18,4 por cento, correspondendo a cerca de 38,3 milhões de acessos. Este valor tem vindo a reduzir-se ao longo dos anos, sendo que a sua taxa de penetração diminuiu cerca de 1,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No que diz respeito ao Serviço de Televisão por Assinatura, em 2018, este apresentou uma taxa de penetração de cerca de 8,4 por cento, menos 0,2 pontos percentuais do que no ano anterior, correspondendo a cerca de 17,6 milhões de assinaturas. Neste contexto, é de referir que, o Serviço de Televisão por Assinatura recorrendo ao satélite representou cerca de 54 por cento do total das assinaturas de TV paga.

Os Proveitos do Sector diminuíram cerca de 11,6 por cento e o Investimento do Sector aumentou em 14,6 por cento, relativamente a 2017. Contudo, é de referir que o valor para os proveitos apresentado não abarca a totalidade dos proveitos do sector realizados no Brasil.

No que diz respeito ao Emprego do Sector das Comunicações Eletrónicas, o Brasil, não apresentou dados para este indicador, tanto para 2017 como para 2018.

Tabela 2 – Dados Estatísticos Brasil

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	8 515 767 Km ²		
População (milhões)	206,1	207,7	208,5
Proveitos do Sector (mil milhões €) ⁽¹³⁾	66	28	25
Investimentos do Sector (mil milhões €)	8,2	5,3	6,0
Emprego Direto do Sector (mil)	472,5	n.d.	n.d.

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	9	18	19
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	244 066 759	236 488 548	229 210 890
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	118,4 %	113,9 %	109,9 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetas a planos pré-pagos	164 699 571	148 509 361	128 760 000
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	79,9 %	71,5 %	61,8 %

Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	8	18	19
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	183 704 113	188 855 142	184 570 680
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	89,1 %	90,9 %	88,5 %

(13) Valor do câmbio a 31 de dezembro de cada ano, de acordo com dados do Banco de Portugal.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

2. BRASIL

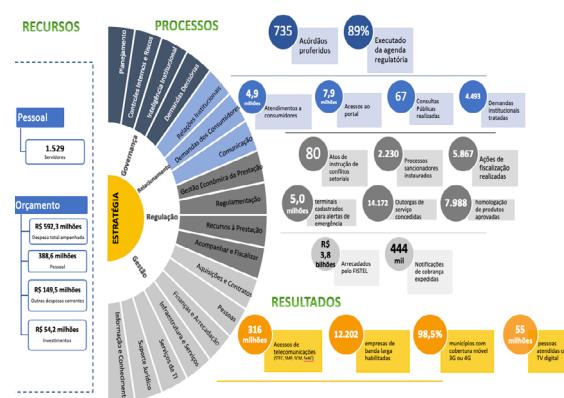
Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	7 445	8 841	12 202
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	26 626 860	28 859 817	31 177 903
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	12,9 %	13,9 %	15,0 %

Serviço Telefônico Fixo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	285	452	522
Acessos ao Serviço Telefônico Fixo	41 831 859	40 759 847	38 307 231
Taxa de Penetração do Serviço Telefônico Fixo - % da população	20,3 %	19,6 %	18,4 %

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	246	442	497
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	18 802 511	18 000 354	17 603 530
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	9,1 %	8,7 %	8,4 %
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	10 761 105	9 258 560	9 499 830
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	5,2 %	4,5 %	4,6 %

2.3. PRINCIPAIS MEDIDAS REGULATÓRIAS NO BRASIL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL 2018

a. Panorama Regulatório



b. Medidas Regulatórias 2018

A ANATEL tomou medidas regulatórias que preservem o equilíbrio do mercado, as diretrizes governamentais, os direitos dos consumidores e as diferentes demandas regionais, com vistas a mitigar as barreiras que impedem o acesso às tecnologias disponíveis, a exemplo do preço, da cobertura e da qualidade dos serviços prestados.

A Agência entendeu necessária a adoção das seguintes medidas regulatórias:

- Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administrativas pela Anatel
- Regulamento da Metodologia de Estimativa de Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC
- Áreas de Tarifação e Áreas Locais STFC
- Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos
- Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações e Centro de Altos Estudos em Telecomunicações
- Radiofrequência e Condições de Uso ao Serviço de Radioamador

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

2. BRASIL

- Regulamento de Cobrança de Preço pelo Direito de Uso de Radiofrequências.

Dentre as medidas regulatórias apontadas, destacamos:

Comitê Prestadoras Pequeno Porte

Ainda em 2018, a Anatel aprovou o Regimento Interno do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte (CPPP), que tem por objetivo estabelecer um fórum permanente de atuação das PPP junto à Agência, para aprimoramento da regulamentação, consolidação das demandas e elaboração de estudos para a proposição de medidas voltadas ao estímulo da prestação de serviços por PPP.

Regulamento Geral de Interconexão – RGI

A revisão do Regulamento Geral de Interconexão (RGI) busca reduzir o número de disputas nos acordos para uso de redes de telecomunicações, fortalecendo as Ofertas Públicas de Interconexão. Além disso, outra importante medida diz respeito à obrigação de pontos de interconexão por comutação de pacotes em cada Código Nacional, que são as áreas dos DDD.

Plano Geral de Metas de Competição – PGMC

Em 2017, a Anatel havia realizado consulta e audiência públicas para debater com a sociedade as propostas de alteração do PGMC, do Regulamento de Homologação de Ofertas de Referência de Produtos de Atacado (Rhorpa) e da nova regulamentação de interconexão (RGI), principais instrumentos para a promoção da competição e da transparência nas ofertas de atacado do setor.

Como resultado desse processo, em 2018 foram aprovadas a Resolução n.º 694⁽¹⁴⁾, que alterou o PGMC e incorporou as propostas previstas na consulta pública referente à homologação de Oferta de Referência de Produtos de Atacado (Orpa), e a Resolução n.º 693⁽¹⁵⁾, que definiu a nova sistemática de interconexão.

As alterações propostas no PGMC trouxeram nova abordagem para a definição de mercados relevantes, ao segmentar a sua categorização na granularidade de municípios, permitindo maior

precisão na avaliação do grau de competição observado na prestação de serviços de telecomunicações e período de reavaliação do PGMC.

Limite de Espectro

Em novembro de 2018, foi aprovado o projeto de Reavaliação do Modelo de Gestão do Espectro. O projeto modernizou o atual modelo brasileiro de gestão do espectro de radiofrequências considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais no que diz respeito ao seu planejamento, ao monitoramento de seu uso eficiente, às formas de autorização e custos relacionados, às práticas de compartilhamento e às políticas econômicas e de desenvolvimento industrial e tecnológico.

A edição da Resolução n.º 703/2018⁽¹⁶⁾ estabeleceu novos limites máximos de quantidade de espectro de radiofrequências, definindo limites de acordo com a característica de uso da faixa. Para as faixas de radiofrequências abaixo de 1 GHz, nas quais predomina a característica de cobertura, os limites variam de 35% a 40% do total de espectro destinado nesse intervalo.

c. Resoluções 2018



(14) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/7156511405dbabed7c363.pdf>

(15) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/8222276015db872dead3a5.pdf>

(16) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/3172861515db9b0fe65c0f.pdf>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

2. BRASIL

d. Projeto Celular Legal

O Celular legal pretende coibir o uso de telefones móveis sem certificação aceita pela Agência, com IMEI adulterado ou outras formas de fraude. A Indústria e as Empresas de Telefonia Móvel participaram dessa iniciativa coordenada pela Anatel.

A Anatel aprovou o cronograma de implementação do bloqueio de novos terminais móveis irregulares, em novembro de 2017. A iniciativa se apresentou eficaz e a ação mostrou-se significativa, resultando em 670.494 terminais irregulares e um total de 313.620 terminais irregulares bloqueados.



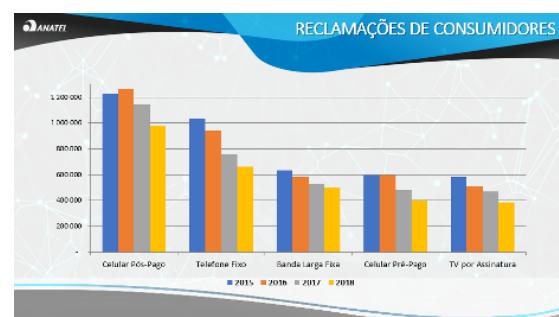
e. Reclamações de Consumidores

Em 2018, a Anatel realizou cinco milhões de atendimentos a consumidores de serviços de telecomunicações. Na comparação com 2017, houve redução de 19,1%. Como em anos anteriores, o atendimento realizado pela Central Telefônica (*call center*) seguiu como o preferido dos consumidores que utilizaram os canais de acolhimento e tratamento de demandas da Agência, com 74,7% dos atendimentos.

No exercício, 98,3% das ligações para a Central Telefônica foram atendidas em até 60 segundos. Além disso, 86,1% dos consumidores que entraram em contato com a Anatel por meio da Central e responderam à pesquisa de satisfação, ao final do atendimento, se consideraram satisfeitos ou muito satisfeitos. Pelo terceiro ano consecutivo, houve redução no número de reclamações registradas pela Agênc-

cia: foram 2,94 milhões, queda de 13,6% em relação a 2017, como apresentado na tabela a seguir.

Questões relacionadas a cobranças ou crédito pré-pago motivaram a maioria das reclamações dos usuários dos serviços de telefonia móvel, telefonia fixa e TV por Assinatura. Na banda larga fixa, as reclamações foram motivadas, principalmente, por problemas relacionados a qualidade, funcionamento e reparo. Embora quase metade das reclamações tenha sido motivada por problemas na telefonia móvel, esse foi o serviço com o menor índice de reclamações por mil acessos: 0,49. Considerando os quatro serviços de interesse coletivo – telefonia fixa, telefonia móvel, TV por Assinatura e banda larga fixa –, em 2018, o índice de reclamações por mil acessos foi de 0,8.



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

3. CABO VERDE

3.1. Mercado das Comunicações

Em Cabo Verde o regulador das comunicações, a Agência Nacional das Comunicações - ANAC, foi, ao abrigo do Decreto-lei n.º 50/2018⁽¹⁷⁾, sujeito a processo de fusão com a Agência Nacional de Economia – ARE, originando a ARME - Agência Reguladora Multissetorial da Economia.

A ARME - Agência Reguladora Multissetorial da Economia, enquanto autoridade administrativa e independente, desempenha a atividade administrativa de regulação técnica e económica dos setores das comunicações, energia, água e transportes coletivos urbanos e interurbanos de passageiros.



A ARME exerce também a sua atividade de regulação nos aspetos do mercado da comunicação social que não devam ser consignados a outra autoridade administrativa independente. Relativamente à natureza jurídica a ARME é uma autoridade administrativa independente, de base institucional, dotada de funções reguladoras, incluindo a de regulamentação, supervisão e sancionamento de infrações. A ARME goza, ainda, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede na cidade da Praia.

O mercado das Comunicações Eletrónicas e Postal (CEP) corresponde a um dos setores regulados pela ARME e rege-se pelos seus estatutos e pelo regime jurídico das entidades reguladoras independentes, e ainda pelo Decreto-Legislativo n.º 7/2005⁽¹⁸⁾, de 24 de novembro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2014, de 13 de outubro⁽¹⁹⁾.

O setor é composto por vários segmentos de serviços assentes nas modernas redes de fibra ótica submarina e terrestre, que sustentam as comunicações de voz e dados a nível nacional e internacional, nomeadamente a telefonia móvel, telefonia fixa, Internet, TV por Assinatura, Radio-comunicações e Radiodifusão.

Entre as várias atribuições, competências e procedimentos regulatórios do setor das comunicações eletrônicas e postal (SCEP), destacam-se a atribuição dos títulos de exercício de atividades e assegurar os procedimentos de controlo de acesso de operadores aos mercados; a proteção; qualidade e segurança de dados que circulem nas redes de comunicações eletrônicas, e ainda garantir o acesso dos operadores de comunicações às redes, em condições de transparência igualdade, nos termos previstos na lei.

Dada a sua transversalidade o SCEP é muito importante para economia do país uma vez que sustenta toda a plataforma de redes, comunicações e serviços do estado e dos operadores supramencionados e ainda interliga através de circuitos, várias empresas nacionais e internacional.

Os órgãos da ARME são:

- Conselho de Administração
- Fiscal Único
- Conselho Consultivo

O Conselho de Administração é o órgão colegial executivo responsável pela administração da ARME. Os membros do Conselho de Administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros sob proposta conjunta dos

(17) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/5557719625db2e0b1a0a51.pdf>

(18) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/5685162855db2da275befb.pdf>

(19) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/13527970175db2c93e46c09.pdf>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

3. CABO VERDE

membros do Governo responsável pelas áreas objeto das atribuições da ARME. O Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, compreendendo um Presidente e dois ou quatro Administradores, sendo o Presidente nomeado por cinco anos, e os demais administradores por três anos, renováveis uma única vez, por mais cinco anos.

3.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

De acordo com o quadro seguinte verificou-se que o serviço com maior expressão em Cabo Verde era o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 610 mil assinaturas. Este serviço apresentou uma taxa de penetração de 112,2 por cento em 2018, menos 7,2 pontos percentuais do que no ano anterior. As empresas licenciadas para o serviço em análise eram duas: a CVMóvel e a Unitel T+. É de salientar que este serviço é maioritariamente oferecido em termos pré-pagos, cerca de 95% das assinaturas utilizavam essa modalidade, em 2018.

No que diz respeito ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 66,8 por cento correspondendo a cerca de 363 mil assinaturas. Relativamente ao ano anterior, a taxa de penetração deste serviço diminuiu cerca de 4,2 pontos percentuais.

No que concerne ao Serviço de Banda Larga Fixa a sua expressão em Cabo Verde é substancialmente mais baixa do que o Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, uma vez que a sua taxa de penetração ascendia a 2,9 por cento, em 2018, correspondendo a cerca de 15,6 mil assinaturas, tendo-se verificado um aumento da taxa de penetração deste serviço em cerca de 0,1 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O Serviço Telefónico Fixo, em Cabo Verde apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 10,9 por cento, correspondendo a cerca de 59 mil assinantes. Este serviço tem apresen-

tado uma redução da sua taxa de penetração ao longo dos anos, verificando-se uma diminuição de 1,2 pontos percentuais relativamente a 2017.

No que diz respeito ao Serviço de Televisão por Assinatura, em 2018, este apresentou uma taxa de penetração de cerca de 1,8 por cento correspondendo a cerca de 9,8 mil assinaturas. É de referir ainda que, a taxa de penetração deste serviço diminuiu 0,1 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. Contudo, é de salientar que o número de Assinaturas de Televisão por Satélite aumentou em 2018, em cerca de 17,8 por cento, relativamente a 2017.

Os proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas em Cabo Verde ascenderam a cerca de 93,7 milhões de euros, em 2018, mais 25,8 por cento do que no ano anterior, invertendo a tendência de descida dos proveitos dos últimos 4 anos.

O Investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas em Cabo Verde atingiu cerca de 17 milhões de euros, em 2018, tendo diminuído cerca de 16 por cento relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2018, Cabo Verde empregou cerca de 785 pessoas no Sector das Comunicações Eletrónicas, mais 7 pessoas do que no ano anterior.

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	4 033 Km ²		
População	531 239	537 661	544 081
Proveitos do Sector (€)	90 378 482	74 470 000	93 674 553
Investimentos do Sector (€)	18 507 952	19 982 896	16 803 555
Emprego Direto do Sector	799	778	785

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

3. CABO VERDE

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	2	2
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	634 555	642 014	610 328
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	119,4 %	119,4 %	112,2 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetos a planos pré-pagos	599 035	610 350	580 993
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	112,8 %	113,5 %	106,8 %

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	4	3
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	10 803	10 085	9 829
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	2,0 %	1,9 %	1,8 %
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	5 437	5 833	6 873
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	1,0 %	1,1 %	1,3 %

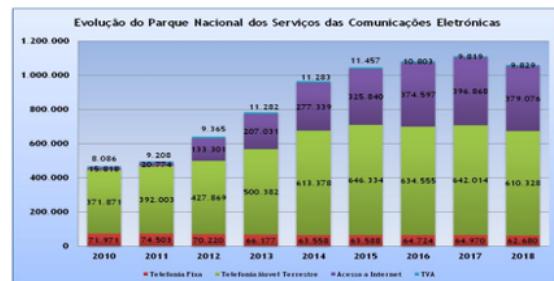
Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	2	2
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	326 457	381 875	363 419
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	61,5 %	71,0 %	66,8 %

Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	1	1	1
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	15 541	14 993	15 657
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	2,9 %	2,8 %	2,9 %

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	1	1	2
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	64 724	64 970	59 286
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	12,2 %	12,1 %	10,19 %

Tabela 3 – Dados Estatísticos Cabo Verde
3.3. Principais Medidas Regulatórias em Cabo Verde – Agência Reguladora Multissetorial da Economia – ARME 2018

Número de assinantes dos serviços de Comunicações Eletrónicas



Distribuição no quarto trimestre de 2018



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

4. GUINÉ-BISSAU

4.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas

A Lei n.º 5/2010 - Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de 27 de Maio de 2010, publicado no 3.º Suplemento ao Boletim Oficial n.º 21, estabeleceu a ARN - Autoridade Reguladora Nacional das TIC⁽²⁰⁾.



São atribuições da ARN colaborar com o Governo na definição das linhas estratégicas das políticas gerais da tecnologia da informação e comunicação, na coordenação da atividade dos operadores de comunicações, incluindo a emissão de pareceres, elaboração de projetos de legislação e regulamentação do setor, bem como assegurar a sua regulação, supervisão e fiscalização, de modo a fomentar concorrência efetiva.



ARN tem como missão apoiar o Governo na coordenação, tutela e planeamento, bem como na regulação, supervisão, fiscalização e representação técnica do sector das Tecnologias da Informação e Comunicação.

São órgãos da ARN:

- i. O Conselho de Administração;
- ii. O Revisor de Contas;
- iii. O Conselho Técnico;
- iv. O Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é constituído por três Membros (um Presidente e dois vogais), sendo um órgão colegial responsável pela definição e implementação da atividade reguladora da ARN, bem como pela direção dos respetivos serviços.

A ARN é dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira e património próprio. Como Visão, a ARN procura garantir o acesso aos serviços de comunicação de qualidade e a baixo custo. As atividades planificadas da ARN centram-se nos objetivos estratégicos definidos no seu plano de atividades anual para diferentes áreas.

4.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

De acordo com os quadros seguintes verifica-se que o serviço com maior preponderância na Guiné-Bissau era o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 1.482 mil assinaturas. Este serviço apresentou uma taxa de penetração de 91,5 por cento em 2018, valor superior em 0,9 pontos percentuais relativamente ao verificado no ano anterior. As empresas licenciadas para o serviço em análise eram três: a Guinétel, a Spacetel Guiné-Bissau e a Orange Bissau. É de salientar que, em 2018, 99,9 por cento das assinaturas do Serviço Telefónico Móvel eram na modalidade pré-pago, ou seja, o pós-pago teve uma expressão muito pouco significativa nesse ano.

No que diz concerne ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel este apresentou cerca de 332 mil assinaturas, correspondendo a uma taxa de penetração de 20,5 por cento, em 2018.

(20) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/3674964555dea3d9638222.pdf>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

4. GUINÉ-BISSAU

No que diz respeito ao Serviço de Banda Larga Fixa a sua expressão na Guiné-Bissau é reduzida, uma vez que a sua taxa de penetração ascendia a 0,1 por cento, em 2018, correspondendo a cerca de 1 504 assinaturas, tendo-se mantido a taxa de penetração relativamente ao ano anterior.

Por outro lado, salienta-se que o Serviço Telefónico Fixo, na Guiné-Bissau, foi descontinuado durante o ano de 2015, o que se traduz nos valores a 0 na tabela abaixo.

No que diz concerne ao Serviço de TV por assinatura não existem dados disponíveis para os mesmos.

Os proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas na Guiné-Bissau ascenderam aos 64,9 milhões de euros, em 2018, tendo registado uma redução de cerca de 4 por cento relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2018, o Investimento do Sector realizado na Guiné-Bissau reduziu cerca de 62,8 por cento em relação a 2017, tendo atingido um valor um pouco superior aos 10 milhões de euros.

Por último, importa referir que o Emprego no Sector, aumentou cerca de 4 por cento, relativamente ao ano anterior.

Tabela 4 – Dados Estatísticos Guiné Bissau

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	36 125 Km ²		
População ⁽²¹⁾	1 544 777	1 584 791	1 619 656
Proveitos do Sector (€) ⁽²²⁾	62 802 968	67 608 246	64 900 2380
Investimentos do Sector (€) ⁽²⁶⁾	23 516 927	27 021 801	10 049 132
Emprego Direto do Sector	209	224	233

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas ⁽²³⁾	3	3	3
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	1 285 835	1 434 822	1 481 712
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	83,2 %	90,5 %	91,5 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetas a planos pré-pagos	1 260 118	1 420 474	1 480 491
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	81,6 %	89,6 %	91,4 %

Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	104 636	175 120	332 162
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	6,8 %	11,1 %	20,5 %
Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	2	2
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	886	853	1 504
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	0,1 %	0,1 %	0,1 %

(21) Dados estimados

(22) 1€ equivalente a 655,957 francos CFA (xof); valores referentes apenas à Rede Móvel, por estar suspensa a atividade da Rede Fixa

(23) Uma das empresas licenciadas está inativa

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

4. GUINÉ-BISSAU

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas ⁽²⁴⁾	1	1	1
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	0	0	0
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	0 %	0 %	0 %

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	0	0	0
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	0	0	0
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	0	0	0
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	0	0	0
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	0	0	0

4.3. Principais Medidas Regulatórias na Guiné-Bissau – Autoridade Reguladora Nacional – ARN - Guiné-Bissau 2018

Para a efetivação e efetividade das suas incumbências legais, a ARN durante o ano 2018, não obstante a persistente instabilidade política que afeta o país em todos domínios e sectores, adotou uma série de medidas regulatórias cujo escopo é rentabilizar, dinamizar o setor das TIC e estimular a competitividade visando o crescimento sustentável deste setor.

a. Principais Medidas Regulatórias

1. Definição e atualização dos parâmetros de qualidade de serviço
2. Assessoria ao Governo no processo de construção de Estação de Cabo Submarino

e a constituição de um SPV (*Special Purpose Vehicle*⁽²⁵⁾) para a gestão das infraestruturas de suporte

3. Revisão do Regulamento relativo à Oferta de Redes e Serviços de Telecomunicação, no capítulo sobre as sanções, fixando os limites mínimos e máximos das coimas em valores percentuais do volume do negócio anual

4. Elaboração e disponibilização no sítio da ARN-TIC de ficha de reclamação

5. Notificação aos Operadores, instando-os a cumprirem com as suas obrigações contratuais, em relação a:

- a) Disponibilidade da rede;
- b) Permanência e Qualidade de Serviços de Telecomunicação;
- c) Obrigatoriedade de identificação de assinantes.

6. Elaboração do Guia do Consumidor

7. Revisão do Regulamento de Radiocomunicação

8. Lançamento da Plataforma de Controlo de Qualidade de Serviço

9. Emissão de Licença de Cabo Submarino

10. Adoção e publicação de um despacho que integre um conjunto de medidas, tais como:

a) Obrigatoriedade da notificação por SMS ao cliente, por parte dos operadores, da tentativa de chamadas, quando o número se encontre indisponível ou fora da área de cobertura da rede

b) Informação por SMS ou USSD ao cliente sobre o tempo de duração da chamada e o respetivo custo

c) Adoção das medidas compensatórias a favor dos clientes, em caso da indisponibili-

(25) *Special purpose vehicle*, também designável como *special purpose entity* (SPE), termo em inglês financeiro com que se define uma entidade subsidiária de uma “empresa-mãe”, que serve para isolar riscos financeiros, através de um estatuto legal de empresa independente que a mantém com as suas obrigações seguras, mesmo contra a eventual falência da “empresa-mãe”

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

4. GUINÉ-BISSAU

bilidade ou interrupção do serviço imputável ao operador e consequente extensão do prazo de utilização dos pacotes ativados, em proporção do tempo de interrupção;

d) Direito de utilização de remanescente, por parte dos clientes, de pacotes de internet ativados e com prazos findos, de modo a que, logo que ativado novo pacote, se adiciona o remanescente disponível

e). Obrigação por parte dos operadores de fornecerem uma fatura mensal detalhada, que inclua o consumo diário, da rede fixa de internet

f) As publicidades através de *push SMS*⁽²⁶⁾ para o terminal móvel do cliente deve ser prévia e expressamente autorizadas por este, no ato da subscrição

b. Aplicação dos recursos do FAU – Fundo de Acesso Universal

› Criação de tele centros multifuncionais nas escolas públicas de forma a proporcionar o acesso às TIC

› Apoiar a informatização do maior centro hospitalar do país

› Construção de infraestrutura para extensão de rede móvel nas localidades de Ilha de Komo e Madina de Baixo, zonas de difícil acesso

› Atribuição de bolsas de estudos para estudantes

c. Perspetivas

No âmbito das políticas do governo para o desenvolvimento do setor das TIC perspetiva-se:

- Ampliar a cobertura geográfica das redes
- Aumentar a largura de banda de grande capacidade / melhoria da conectividade internacional e nacional

- Ajustar os custos dos serviços de comunicações

• Promoção de novos serviços e estabelecimento de ambiente de negócio favorável, do qual se destaca:

- ✓ Realização de um estudo de viabilidade para o estabelecimento de um *Internet Exchange Point* (IXP) e correspondente instalação
- ✓ Assistência técnica para atualização do quadro jurídico e regulamentar do setor
- ✓ Assistência técnica para a realização de um estudo sobre a criação de um observatório de telecomunicações TIC e um estudo de diagnóstico e viabilidade para a sua implementação
- ✓ Projeto CITI: conceção e construção de um Centro de Inovação em Tecnologias da Informação que visa equipar o país de uma plataforma tecnológica única, baseado numa só infraestrutura de telecomunicação partilhada, que deve assegurar de forma segura o tráfego de dados, garantindo a intercomunicabilidade entre as entidades públicas, as empresas, instituições tecnológicas e cidadãos.

(26) *Push* é uma tecnologia que possibilita o envio de mensagens para smartphones e computadores, via Internet, em que o conteúdo é “empurrado” para o utilizador mesmo sem que este o solicite, daí o nome; as notificações *push* são mensagens de alertas enviadas aos dispositivos móveis que notificam a chegada direta ao ecrã do smartphone. Já o SMS (*Short Message Service*) é uma tecnologia disponível desde 1992 que possibilita o envio de mensagens curtas de texto (160 caracteres) disponível em todos os dispositivos móveis.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

5. GUINÉ EQUATORIAL

5.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas

A Oficina Reguladora de las Telecomunicaciones, ORTEL, tem como objetivo primordial assessorar o Governo em matéria de Telecomunicações. Desde o início de 2010, que assegura a Administração das Telecomunicações, em termos de espectro radioelétrico, numeração, registo e cobrança dos fundos associados.



No final de 2017, passou também a assegurar a Regulação Setorial, no que concerne a defesa dos consumidores, o serviço universal e a gestão do respetivo fundo de desenvolvimento. Ainda em 2017, começou a elaborar um Regulamento de Mercados definido consoante práticas internacionais, nomeadamente definindo:

- Metodologia de análise de mercados
- Declaração de operadores com poder de mercado significativo
- Conjunto de medidas aplicáveis ao poder de mercado significativo

Este Regulamento foi concluído em 2018 para aprovação por Ordem Ministerial em 2019.

5.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

Tendo em consideração que, no fecho desta edição, a Guiné Equatorial encontrava-se em falta relativamente ao envio da informação estatística referente a 2018, os valores apresentados para 2018, na tabela seguinte, constituem estimativas realizadas, pela área de estatística da ARCTEL, com o intuito de se procederem às análises agregadas dos indicadores estatísticos para os países da CPLP.

Tabela 5 – Dados Estatísticos Guiné Equatorial

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	28 051 Km ²		
População	1 000 478	1 200 000	1 300 000
Proveitos do Sector (€)	n.d.	181 560 000	181 560 000
Investimentos do Sector (€)	n.d.	n.d.	n.d.
Emprego Direto do Sector	n.d.	1370	1370

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	695 000	605 000	605 000
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	69,5 %	50,4 %	46,5 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetas a planos pré-pagos	4 225	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	0,42 %	n.d.	n.d.

Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	7	5	5
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	8 250	13 100	20 801
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	0,82 %	1,09 %	1,60 %

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

5. GUINÉ EQUATORIAL

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	10 873	11 763	12 726
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	1,09 %	0,98 %	0,98 %

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	3	3
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	77 725	15 500	15 500
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	7,8 %	1,3 %	1,3 %
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	41 820	11 000	11 000
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	4,2 %	0,9 %	0,8 %

5.3. Principais Medidas Regulatórias na Guiné Equatorial – Organo Regulador de las Telecomunicaciones – ORTEL 2018

1. Dados Gerais do Mercado das Comunicações na Guiné Equatorial

- Número de Operadores: 3
- Número de Provedores de Internet: 6
- População da Guiné Equatorial: 1.200.000 habitantes
 - Número de Consumidores de Telefonia Fixa: 11.418 (0.96% da população)
 - Número de Consumidores de Telefonia Móvel: 743.000 (61.92%)
 - Número de Consumidores de Banda Larga Fixa: 4.579 (0.39%)
 - Número de Consumidores de Banda Larga Móvel: 432.000 (36%)

2. Regulação de Mercados

Os resultados de estudo de mercado indicaram:

- ✓ Alto grau de concentração do mercado
- ✓ Qualidades, coberturas e tecnologias deficientes
- ✓ Preços elevados (penetração de 61.92% do serviço de telefonia móvel)

As conclusões das análises de mercado e o procedimento de desenvolvimento regulamentar conduziu a ORTEL a uma opção de intervenção direta no mercado.

Em 2018, elaboraram-se:

- ✓ Resolução de estabelecimento de preços máximos grossitas (para cabos submarinos) e de retalho para a banda larga de modo descendente
- ✓ Pré-Resolução para o estabelecimento de preços de interligação (nos próximos dois anos)
- ✓ Pré-Resolução para a redução dos preços máximos retallhistas de telefonia móvel e serviço de mensagens (SMS) nos próximos três anos
- ✓ Resolução de regulação de operadores móveis virtuais



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE

6.1. Mercado das Comunicações

Em Moçambique o Sector das Comunicações é regulado pelo INCM – Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique, criado em 10 de setembro de 1992.



O INCM é tutelado pelo Ministro dos Transportes e Comunicações da República de Moçambique, sendo um instituto público dotado de personalidade jurídica e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Entre as principais funções e competências deste Instituto, encontram-se a regulação e fiscalização do mercado postal e de telecomunicações, assim como, o controlo da gestão do espectro e das frequências radioelétricas.

O INCM engloba três órgãos, a saber:

- Conselho de Administração (órgão deliberativo constituído por cinco membros, sendo um deles o presidente);
- Conselho Fiscal (órgão de fiscalização constituído por três membros – um presidente e dois vogais);
- Direção Geral (órgão executivo constituído pelo Diretor-Geral e pelos Diretores de Serviços).

6.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

De acordo com os quadros seguintes verificou-se que o serviço com maior expressão em Moçambique era o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 14 074 mil assinaturas. Este serviço apresentou uma taxa de penetração de 50,5 por cento em 2018, valor superior em 9,4 pontos percentuais relativamente ao verificado no ano anterior. As empresas licenciadas para o serviço em análise eram três: a Mcel – Moçambique Celular, VM – Vodacom Moçambique e a Movitel. É de salientar que este serviço é maioritariamente oferecido em termos pré-pagos, sendo que cerca de 98% das assinaturas utilizavam essa modalidade, em 2018.

No que diz respeito ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 15,8 por cento correspondendo a cerca de 4 405 mil assinaturas. Relativamente ao ano anterior, a taxa de penetração deste serviço diminuiu cerca de 10,6 pontos percentuais.

No que concerne ao Serviço de Banda Larga Fixa a sua expressão em Moçambique não tem o impacto que o Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel apresenta, uma vez que a sua taxa de penetração ascendeu a 0,27 por cento, em 2018, correspondendo a cerca de 75,4 mil assinaturas, tendo-se verificado um aumento da taxa de penetração desse serviço em cerca de 0,13 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O Serviço Telefónico Fixo, em Moçambique apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 0,23 por cento, correspondendo a cerca de 63 mil assinantes. Este serviço apresentou uma diminuição da sua taxa de penetração em 0,05 pontos percentuais relativamente a 2017.

No que diz respeito ao Serviço de Televisão por Assinatura, em 2018, Moçambique apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 3 por cento, correspondendo a cerca de 842 mil assinantes.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE

Os Proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas, em Moçambique, ascenderam a cerca de 513 mil milhões de euros, em 2018, mais 34,5 por cento do que no ano anterior.

O Investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas, em Moçambique, atingiu cerca de 117 mil milhões de euros, em 2018, mais 56,6 por cento do que no ano anterior.

Durante o ano de 2018, Moçambique empregou 4 144 pessoas no Sector das Comunicações Eletrónicas, menos 248 pessoas do que no ano anterior, ou seja, menos 5,6 por cento do que em 2017.

Tabela 6 – Dados Estatísticos Moçambique

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	799 380 Km ²		
População	27 000 000	28 861 863	27 843 933
Proveitos do Sector (€)	187 574 495	381 421 147	513 140 620
Investimentos do Sector (€)	115 800 992	74 793 075	117 094 269
Emprego Direto do Sector	4 992	4 392	4 144

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	15 025 598	11 875 506	14 074 248
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	55,7 %	41,1 %	50,5 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetos a planos pré-pagos	14 896 138	11 759 987	13 835 289
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	55,2 %	40,7 %	49,7 %

Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	4	4	3
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	9 405 717	7 626 485	4 404 838
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	34,8 %	26,4 %	15,8 %

Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	7	3
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	29 555	41 414	75 395
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	0,11 %	0,14 %	0,27 %

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	1	1	1
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	64 445	80 545	62 990
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	0,24 %	0,28 %	0,23 %

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	8	4	6
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	516 336	678 959	841 582
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	1,9 %	1,8 %	3,0
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	488 936	656 295	823 654
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	1,8 %	2,3 %	3,0 %

Nota: Dados estimados para Moçambique, para 2017, relativamente ao Serviço de TV por Assinatura.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE



6.3. Principais Medidas Regulatórias em Moçambique – Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique - INCM 2018

a. Informação Geral Sobre Moçambique

INDICADOR	DADOS
População (2017)	27,909,978
Extensão Territorial (km ²)	801,590 km ² (34.º)
Densidade (/km ²)	33.5/km ²
PIB per Capita (US\$)	U\$D 453
População Rural (%)	66.6%
Nível Estimado de Alfabetização (%)	39.0%

b. Foco Regulatório

O Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique/INCM, além da sede em Maputo, possui 4 delegações provinciais, em Sofala, Nampula, Tete e Zambézia, e, integra 125 funcionários, dos quais 36 do sexo feminino

Entre as principais funções e competências desta Autoridade, encontram-se a regulação e fiscalização do mercado postal e de telecomunicações, assim como, o controlo da gestão do espectro e das frequências radioelétricas, cujas principais incidências da atividade regulatória, foram, em 2018:

✓ Atribuir e fiscalizar a utilização de Recursos Escassos (Espectro Radioelétrico e Numeração), tendo prosseguido a planificação e monitorização do espectro radioelétrico, com medições de parâmetros técnicos das estações de radiodifusão sonora e radiodifusão televisiva, e resolução de casos de desajustamento de alguns sistemas

✓ Atribuir e fiscalizar as licenças dos serviços de comunicações

✓ Gerir o processo de interligação entre redes dos operadores

✓ Regular para uma efetiva competição, monitorando entre outros aspetos, preços e atos anti competitivos

✓ Leilão de Espectro nas faixas de 800MHz, 1800MHz e 2.6GHz, pela primeira vez efetuado em Moçambique, com participação dos três operadores já constituídos, VM, Movitel e Tmcel

c. Regulamentação

Salienta-se como atividade do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique/INCM, a seguinte produção regulamentar:

✓ Em 2018:

- Partilha de Infraestruturas de Telecomunicações e de Outros Recursos de Rede ⁽²⁷⁾
- Homologação de Equipamento de Telecomunicações e Radiocomunicações ⁽²⁸⁾
- Radiocomunicações ⁽²⁹⁾

✓ Para 2019:

- Segurança de Redes de Telecomunicações
- Determinação do Operador com Posição Significativa de Mercado de Telecomunicações
- Proteção do Consumidor de Serviços de Telecomunicações
- Norma de *Tv White Space* (TVWS)
- Princípios e os Critérios de Fixação de Tarifas de Telecomunicações.

(27) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/16496953685dadb73a2943f.pdf>

(28) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/8901485605dadb76feca49.pdf>

(29) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/20715963575dadb7aeabc08.pdf>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE

d. Mercado das Comunicações em Moçambique

SERVIÇOS	OPERADORES
☒ Serviços Postais	47
☒ Serviço Fixo de Telefone	1
☒ Serviço de Telefonia Móvel Celular	3
☒ Serviço de Transmissão de dados de Internet	30
☒ Serviço de Televisão por cabo	3
☒ Serviço de Valor Acrecentado	28

e. Setor Postal

Releva-se do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique/INCM, em 2018, no Setor Postal, ter o envio de encomendas postais vindo a crescer em parte devido à fácil aquisição de bens nas plataformas *online* como na confiança que o serviço postal goza por parte dos utilizadores, embora conforme análise da UPU (União Postal Universal) sobre os indicadores de confiança, resiliência, alcance e relevância, situe Moçambique em 168.^º lugar entre 173 países. Neste contexto esta autoridade reguladora efetuou um estudo à confiabilidade, conectividade e relevância dos serviços postais prestados em Moçambique. Foram seguidos quatro operadores que apresentaram alta ou muito alta qualidade de serviço em toda a sua carteira de produtos postais, bem como grande conectividade global para seus clientes, e forte procura pelo seu diversificado portfólio de serviços, sendo ainda relativamente resilientes a mudanças e transformações no ambiente postal. Não se tendo, neste estudo, perdido nenhum objeto, já os tempos de entrega variam bastante, verificando-se, no envio e receção internacional, tempos de espera negativos para o serviço postal e o *e-commerce*. Operadores que se destacam pela qualidade de serviços com software para notificação do estado e localização do objeto postal, criam confiança nos utentes, gerando uma grande procura na ampla gama de serviços postais prestados, mas os custos prestados por estes operadores não são compatíveis para a maior parte dos con-

sumidores, embora se situem como serviço de preferência para envio de documentos sensíveis para o exterior.

Os Correios de Moçambique começaram a prestar serviços de distribuição de expediente para empresas nacionais a nível das capitais provinciais, demonstrando resiliência e capacidade para identificar serviços complementares à normal distribuição de objetos postais, mas na era da digitalização, não apresentam um sistema eletrónico postal integrado com maior parte dos provedores de objetos oriundos do *e-commerce*, pelo que não é facultada aos consumidores a informação de chegada aos correios. Outro operador, o Portador Diário, é dos mais eficientes no que concerne à gestão de relacionamentos, registo e flexibilidade no tratamento do objeto postal, com maior atenção pelo cliente e um serviço de gestão do consumidor atrativo.

A confiabilidade, conectividade e relevância dos serviços postais prestados no território nacional e internacional, revelam aspectos que precisam de ser analisados profundamente por todos os atores, desde o Regulador do sector, as Alfandegas até à Administração Estatal, porque dois dos grandes constrangimentos deste sector para o utilizador final são o processo de desalfandegamento e o endereçamento postal. O Endereçamento Postal constitui atualmente um dos maiores desafios do INCM, sob orientação do Ministério da tutela, para através de um documento referencial de base, fazer o levantamento da rede postal do operador público para sua reestruturação e modernização, visando verificar a exequibilidade dos códigos de endereçamento postal a serem usados a nível nacional, isto é, informação dos pontos de entrega de encomendas, desde província, distrito, posto administrativo, bairro, cidade e número da casa, de modo a facilitar as agências postais no processo de triagem de milhares de encomendas, garantindo assim que o carteiro entregue cada encomenda para quem esta é destinada. Para suprir este problema tem sido comum as

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE

empresas, pessoas ou grupo de pessoas arrendarem nos Correios de Moçambique uma Caixa Postal, serviço que possibilita ao cliente, pessoa física ou jurídica, arrendar espaço localizado em agências de empresa postal onde receber seus objetos de correspondência.

Para os casos em que é necessário pagar direitos aduaneiros das encomendas postais, ou, é a título presencial da pessoa no terminal de cargas ou sede da entidade postal - onde normalmente existe uma entidade aduaneira, ou, via intermediação da agência postal, por vezes acrescida de uma pequena taxa, mas conforme verificação do INCM, a declaração de custos é um processo ainda aleatório.

f. Telecomunicações

As chamadas *On-Net* constituem a maior parte das chamadas do serviço de voz nos operadores de telefonia, destacando-se a Vodacom no ano de 2018 como o operador que tem maior volume desse tráfego de chamadas. O volume de minutos no serviço de voz cresceu em 57% quando comparado os anos 2017 e 2018. Este crescimento exponencial regista-se numa altura em que maior parte dos subscritores do serviço de telefonia móvel pré-pago ao adquirir qualquer recarga são oferecidos bónus para comunicações *On-Net*. Estes bónus ou promoções têm durações não superiores a uma semana. Com a fusão entre a empresa de telefonia móvel celular Moçambique Celular (Mcel) e a empresa de telefonia fixa Telecomunicações de Moçambique (TDM) que deu origem à Moçambique Telecom, SA cuja sigla é Tmcel, a estrutura do mercado moçambicano mudou de quatro operadores, TDM, Mcel, VM e Movitel, para três, Tmcel, VM e Movitel, onde todos já podem explorar todos os tipos de telefonia (fixa e móvel). Com a entrada da Tmcel no mercado de telecomunicações tem-se observado uma redução dos tarifários de Internet e voz, tendo estes serviços ficado acessíveis aos clientes. São ainda tendências evolutivas para o mercado de telecomunicações moçambicano, a introdu-

ção das tecnologias *Long Term Evolution* (LTE ou 4G) e *Internet of Things* (IoT). O movimento da introdução do LTE esteve em alta em 2017 com a regulamentação do fornecimento de banda larga fixa, prevista para o ano de 2019. A introdução da Internet of Things (IoT) também está prevista para acontecer em 2019, usando as tecnologias *Narrow Band – IoT*⁽³⁰⁾, *LoraWAN*⁽³¹⁾ e *SigFox*⁽³²⁾.

O sistema de custeio do mercado das telecomunicações compreende as tarifas a grosso e tarifas a retalho. As tarifas a grosso ocorrem na troca de grandes volumes de tráfego entre os diferentes operadores devido a chamadas, quer nacionais ou internacionais, originadas na rede de um operador e terminadas na rede de outro operador – as chamadas *off-net*. Um exemplo típico destas tarifas é a tarifa de interligação entre as redes dos operadores. A determinação das tarifas de interligação é feita usando-se a metodologia de Custos Prospectivos Incrementais de Longo Prazo (CPLP, ou, em inglês, *Long Run Incremental Cost /LRIC*) e são da responsabilidade do operador com posição significativa de mercado (OPS) que deve apresentar uma PRI/proposta de referência de interligação aos outros operadores. No entanto, desde 2007 estas tarifas têm sido determinadas pelo Instituto Nacional das Comunicações – INCM, no sentido da redução das mesmas.

Por seu lado, as tarifas a retalho são determinadas pelos operadores, de forma individual, em função dos custos de produção e fornecimento de serviços e estas devem estar orientadas aos custos.

(30) Informação disponível em inglês em <https://www.gsma.com/iot/narrow-band-internet-of-things-nb-iot/>

(31) Informação disponível em inglês em <https://lora-alliance.org/about-lorawan>

(32) Informação disponível em inglês em <https://www.sigfox.com/en/what-sigfox/technology>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE

g. Migração Digital

O prazo de conclusão do processo de migração digital na região da SADC é dezembro de 2019. Em Moçambique espera-se que no início do ano 2020 todos os estúdios estejam operacionais e a rede de distribuição esteja operacional em pelo menos 90% do país. Até finais de 2018 o grau de execução era de 65% da rede, o que corresponde a 42 centros emissores dos 60 previstos a estarem operacionais, cujo processo de fiscalização e aceitação foi concluído com pequenas alterações solicitadas por esta autoridade reguladora das comunicações.

h. Acesso Universal

As praças digitais são um projeto importante desenvolvido pelo INCM no âmbito do Fundo do Serviço de Acesso Universal (FSAU). O Projeto do Fundo de Serviço de Acesso Universal - Fase IV para a construção de estações de telefonia móvel celular e de praças digitais teve o seu lançamento em Vundiça (Distrito de Moamba) no dia 1 de setembro de 2017 e até ao final de 2018, 32 estações de telecomunicações móveis e 32 praças digitais haviam sido instaladas. As praças digitais são espaços públicos que permitem a qualquer cidadão ter acesso à Internet a qualquer hora do dia a custo zero. Em cada praça digital podem estar conectados, simultaneamente, 200 pessoas num raio de 100 a 200 metros. Para garantir o uso eficiente e racional dos recursos disponibilizados, cada utente tem um tempo de utilização de uma hora, findo o qual é desconectado automaticamente, libertando o IP para a conexão de um outro utente.

As praças digitais de todo país estão ligadas através de um acesso em fibra ótica, assegurando, desta forma, uma velocidade mínima de 10 Mbps dedicados por praça.

O objetivo das praças digitais é a massificação do uso da Internet, estando neste momento a proporcionar o acesso a cerca de 57.600 utentes por dia por praça digital e um total de 21.024.000 acessos por ano. Com estes aces-

sos, os utentes ganham vantagens do mundo digital através do fácil e eficiente acesso ao mundo das tecnologias de informação e comunicação, aumentando o conhecimento através do alargamento das fontes bibliográficas que são um poderoso instrumento de apoio à pesquisa científica.

Outro impacto resultante do aumento do número de utilizadores conectados à economia digital através da Internet é a utilização das plataformas financeiras móveis que reduziram grandemente as distâncias para se ter acesso a serviços financeiros, para além do desenvolvimento de aplicativos e conteúdos locais que melhoraram as condições de vida das populações no relacionamento com a administração pública e no incremento da economia digital (agricultura, pesca, cultura, turismo, etc.).

É o INCM que faz a gestão remota da rede das praças digitais para assegurar a qualidade do serviço, obter informação sobre o controlo dos acessos, número de utilizadores por sexo, idade e todos os aspectos de monitoria do funcionamento de cada praça digital. O financiamento do serviço de acesso à Internet das praças digitais é assegurado pelo FSAU num período de doze meses, ficando à responsabilidade dos municípios para os anos subsequentes.

i. Cooperação

Pela primeira vez no país realizou-se, em Maputo, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, nos dias 22 e 23 de novembro, a Conferência Nacional sobre a Segurança Cibernética (Mozcyber). Participaram deste evento representantes dos sectores de energia, água, telecomunicações, transportes, finanças, defesa e segurança do Estado, administração da justiça, e outros.

No tocante à cooperação internacional e bilateral deslocaram-se dois técnicos do INCM à ANACOM de Portugal e um outro à BOCRA (*Botswana Communications Regulatory Authority*) para a troca de experiência em matéria de fiscalização e recursos humanos, respetivamente.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE

Relativamente à participação em eventos, o INCM representou Moçambique em vários fóruns de âmbito regional e internacional, dos quais se destacam os seguintes:

- ✓ GSMA – *Mobile World Congress, Barcelona* - para além da exposição de inovações e tecnologias de ponta, nesta edição houve um programa ministerial que se debruçou sobre a operacionalização da conectividade móvel no impulsionamento da inovação, crescimento em vários sectores, bem como o uso das TIC para a materialização da agenda 2030 das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ Africa CEO Forum, Costa de Marfim - encontro de Chefes de Estados, altos dirigentes dos sectores financeiro e de comunicações para discussão de estratégias de dinamização do mercado e mobilização do investimento privado em que foram discutidas formas de criação de emprego no contexto da revolução tecnológica, inteligência artificial e robótica e estratégias para garantir que os recursos naturais em África contribuam para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do continente;
- ✓ Reunião Geral Anual da CRASA (AGM), Suazilândia – precedida por dois workshops sobre serviços postais e comunicações eletrónicas;
- ✓ Assembleia Geral da AICEP, Macau – em que se discutiu o estado e tendências das TIC no espaço lusófono;
- ✓ X Assembleia Geral da ARCTEL-CPLP, Timor-Leste – esta reunião teve também como objetivo apreciar a versão final da Agenda Digital da CPLP, discutir a Estratégia de Segurança Cibernética no espaço da CPLP e preparar a reunião dos Ministros da CPLP, que decorreu em junho de 2018 em Malabo;
- ✓ A X Reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP, Malabo, centrou-se na aprovação da Agenda Digital para a CPLP, a angariação de apoios financeiros e de outra natureza para o desenvolvimento do sector das Tecnologias de Informação e Comunicação dos países

da CPLP, a promoção do fórum das comunicações lusófonas e a transição da presidência do fórum de Moçambique para Guiné-Equatorial.



- ✓ Conferência Plenipotenciária da PAPU, Madagascar – foco na harmonização das posições africanas para o Congresso Extraordinário da União Postal Universal ocorrido em setembro na Etiópia;
- ✓ ITU Telecom World, Durban - oportunidade bem-sucedida para a projeção da imagem de Moçambique através da participação de 14 Pequenas e Médias Empresas (PME) inovadoras no sector das TIC;
- ✓ Conferência Plenipotenciária da UIT, Dubai – Este é o maior e mais importante evento da União Internacional das Telecomunicações (UIT) onde são definidas as políticas e estratégias quatrienais de desenvolvimento do sector das telecomunicações e TIC, assim como a eleição dos membros dos principais órgãos de direção da UIT.



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

6. MOÇAMBIQUE

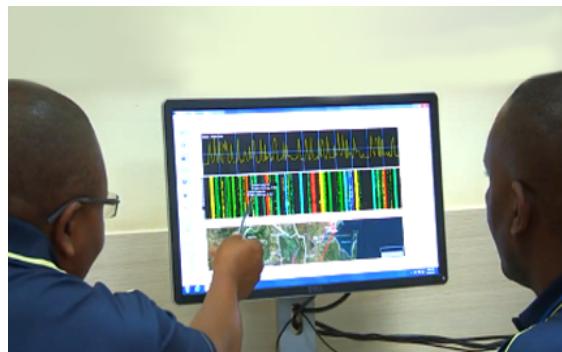


Moçambique ainda acolheu a reunião do grupo de trabalho do *Roaming* da CRASA, na qual para além de se ter discutido o Modelo de Custo de *Roaming* na região foram apreciados os relatórios dos Estados-membros relativos às orientações emanadas da Reunião dos Ministros das Comunicações sobre a harmonização das políticas de roaming na África Austral.

O INCM também acolheu duas sessões do Comité de Auditoria e Finanças da CRASA, visando discutir os aspectos financeiros e orçamentais para o funcionamento da CRASA e implementação do plano estratégico 2019/23.

No que concerne à articulação com outras instituições, o INCM continuou a dar suporte ao Ministério dos Transportes e Comunicações sobre o ponto de situação da cooperação internacional. Respondeu aos vários assuntos de âmbito nacional, regional e internacional relacionados às instituições e organizações de que Moçambique é membro, tanto do sector postal como de telecomunicações e trabalhou nos preparativos da participação e registo das delegações de Moçambique em vários eventos (UIT, UPU, CTO, AICEP, ARCTEL, PAPU, ATU, CRASA, GSMA).

No que diz respeito à Reunião Nacional de Preparação da WRC19 (*World Radiocommunications Conference 2019*), a Autoridade Reguladora das Comunicações fez o levantamento dos pontos da agenda e discutiu-os com os operadores do mercado visando proteger e acomodar os seus interesses.



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

7. PORTUGAL

7.1. Mercado das Comunicações

Os estatutos da ANACOM, que entraram em vigor a 1 de abril de 2015, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 39/2015⁽³³⁾, de 16 de março, consagram a ANACOM como entidade administrativa independente e autoridade reguladora nacional (ARN) no âmbito das comunicações para efeitos do disposto no direito da União Europeia (UE) e na legislação nacional.



A missão da ANACOM, enquanto ARN, consiste na regulação do sector das comunicações – eletrónicas e postais – e na coadjuvação ao Governo no domínio das comunicações.

O Conselho de Administração é constituído por um presidente e dois ou quatro vogais – caso em que deve ser nomeado um vice-presidente, sendo os seus Membros mandatos por um período de 6 anos não renovável. A escolha do Conselho de Administração segue designação por Resolução do Conselho de Ministros após audição da comissão competente da Assembleia da República, a pedido do Governo, acompanhado de parecer da Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública, e, inclui o cumprimento das regras de incompatibilidade e impedimentos aplicáveis.

A designação para a presidência do Conselho de Administração deve garantir a alternância de género e nos Vogais deve haver representação mínima de 33% de cada género.



7.2. Informação Estatística sobre o Sector

No que diz respeito aos Serviços de Comunicações Eletrónicas e de acordo com o quadro seguinte, o serviço com maior expressão em Portugal foi, em 2018, o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 17 542 mil assinaturas. A taxa de penetração do serviço foi de 170,7 por cento, mais 1,1 pontos percentuais do que no ano anterior. As assinaturas utilizando a modalidade pré-pago representavam cerca de 31 por cento do total das assinaturas.

No que diz respeito ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 73,7 por cento correspondendo a cerca de 7 573 mil assinaturas. Relativamente ao ano anterior, a taxa de penetração deste serviço aumentou cerca de 4,6 pontos percentuais.

No que concerne ao Serviço de Banda Larga Fixa a sua expressão em Portugal não é tão acentuada como o Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, uma vez que a sua taxa de penetração ascendia a 36,8 por cento, em 2018, correspondendo a cerca de 3 785 mil assinaturas, tendo-se verificado um aumento da taxa de penetração deste serviço em cerca de 2,1 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O Serviço Telefónico Fixo, em Portugal apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 49,4 por cento, correspondendo a cerca de 5 073 mil acessos. Este serviço tem apresentado um aumento da sua taxa de penetração ao longo dos anos, em virtude da proliferação das ofertas em pacote, sendo que aumentou 2,4 pontos percentuais relativamente a 2017.

No que diz respeito ao Serviço de Televisão por Assinatura, em 2018, este apresentou uma taxa de penetração de cerca de 38,3 por cento correspondendo a cerca de 3 932 mil assinaturas.

(33) Informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/19154204705d67de3fa115a.pdf>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

7. PORTUGAL

É de referir que, a taxa de penetração deste serviço aumentou 1,4 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. Salienta-se ainda que cerca de 12,7 por cento das assinaturas de TV paga recorreram à tecnologia por satélite, em 2018.

Os proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas (CE), em Portugal, ascenderam a cerca de 5 878 milhões de euros, em 2018, menos 0,4 por cento do que no ano anterior, invertendo a tendência de subida dos proveitos verificada nos últimos dois anos.

O investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas (CE), em Portugal, atingiu a cerca de 609 milhões de euros, em 2018, menos 5,9 por cento do que no ano anterior.

Durante o ano de 2018, Portugal empregou cerca de 17 265 pessoas no Sector das Comunicações Eletrónicas, menos 489 pessoas do que no ano anterior, ou seja, menos 2,8 por cento do que em 2017.

No que diz respeito ao Sector Postal, o tráfego postal em Portugal, em 2018, medido em termos de milhares de objetos, reduziu-se em cerca de 6 por cento relativamente a 2017, consequentemente a captação postal também apresentou uma quebra de cerca de 5,8 por cento.

Contudo, tanto os proveitos como o investimento no Sector Postal, em 2018, aumentaram relativamente ao ano anterior, 3 e 1,7 por cento, respetivamente. É também de referir que, o número de pessoas empregues no sector aumentou 0,9 por cento, em relação ao ano anterior.

Tabela 7 – Dados Estatísticos Portugal

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	92 212 Km ²		
População	10 309 573	10 291 027	10 276 617
Proveitos do Sector CE (€)	5 851 080 000	5 902 537 000	5 878 325 000
Investimentos do Sector CE (€)	609 193 000	647 807 000	609 480 000
Emprego Direto do Sector CE	14 869	17 754	17 265

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	7	7	7
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	17 079 569	17 451 924	17 514 568
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	165,7 %	169,6 %	170,7 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetos a planos pré-pagos	5 797 349	5 771 098	5 440 888
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	56,2 %	56,1 %	52,9 %

Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	8	8	7
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	6 477 160	7 114 834	7 573 471
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	62,8 %	69,1 %	73,7 %

Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	56	56	51
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	3 375 595	3 574 047	3 784 649
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	32,7 %	34,7 %	36,8 %

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	17	17	19
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	4 787 677	4 831 022	5 073 458
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	46,4 %	46,9 %	49,4 %

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

7. PORTUGAL

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	16	17	17
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	3 673 135	3 792 292	3 931 919
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	35,6 %	36,9 %	38,3 %
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	591 353	546 102	498 503
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	5,7 %	5,3 %	4,9 %

Sector Postal	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Proveitos do Sector Postal (€)	1 170 126 000	1 159 534 000	193 922 000
Investimento do Sector Postal (€)	24 422 000	22 341 000	22 723 000
Emprego Direto do Sector Postal	15 287	15 423	15 569
Tráfego Postal Total (milhares de objetos, não inclui tráfego internacional de entrada)	822 833	780 377	733 906
Capitação Postal (Tráfego Postal/ Milhares Habitantes)	80	76	71
Pontos de Acesso (colocados ou não na via pública)	13 638	13 761	13 742
Cobertura Postal (Pontos de Acesso/ 100 Km ²)	15	15	15
Densidade Postal (Habitantes/ Pontos de Acesso)	756	748	748



7.3. Análise global da atividade regulatória em Portugal - ANACOM 2018

Em 2018, a ANACOM desenvolveu a sua missão de regulação do sector das comunicações com o objetivo de assegurar na sua plenitude o desenvolvimento sustentado do sector, a promoção e defesa da concorrência e a proteção dos direitos e interesses dos consumidores e dos outros utilizadores.

Foi dedicada atenção particular às questões relacionadas com a coesão territorial / cobertura integral do país com Internet de banda larga, fixa e móvel, a melhoria substancial da qualidade do serviço postal universal, a superação de dificuldades na receção de televisão digital terrestre (TDT), o reforço da resiliência e segurança das redes em caso de incêndios e a substituição dos cabos submarinos que ligam o continente às regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Paralelamente, a ANACOM dedicou uma especial atenção às atividades regulares relacionadas com a monitorização e gestão do espectro, a fiscalização e supervisão da atividade postal e de comunicações eletrónicas, o atendimento e a informação aos consumidores, a publicação de estatísticas, a atividade de contencioso e contraordenacional e a cooperação institucional, nacional e internacional, nomeadamente com vários reguladores e grupos de reguladores, com particular destaque para a colaboração e o diálogo com os congéneres europeus e de países de língua oficial portuguesa.

a. Defesa dos consumidores

- ✓ Recomendação aos operadores para a não cobrança de qualquer valor aos seus assinantes pela disponibilização de faturas não detalhadas

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

7. PORTUGAL

e, definição do nível mínimo de detalhe a disponibilizar gratuitamente

✓ Recomendação às empresas que oferecem redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas que respostas às reclamações utilizem uma linguagem clara e acessível e que a informação disponibilizada seja completa, concreta e fundamentada

✓ Alterações ao Regulamento de Portabilidade, com o objetivo de resolver problema de elevadas taxas de rejeição de pedidos, por simplificação de processos de fluxos entre operadores

✓ Determinação aos operadores de correção das chamadas ofertas *zero rating* (ofertas com limites gerais de tráfego reduzidos e tráfego ilimitado ou limites específicos elevados para certas aplicações ou conteúdos que podem continuar a ser utilizados mesmo depois de esgotados os *plafonds* gerais), no sentido da promoção das possibilidades de livre escolha dos utilizadores relativamente a conteúdos, aplicações e serviços disponíveis através do acesso à Internet, que violavam as regras da neutralidade da rede e do *roaming* (itinerância), tendo os prestadores assegurado essa alteração

✓ Participações regulares em programas de televisão para divulgar informação relevante para o consumidor, como temas que refletem as principais questões suscitadas nas reclamações e pedidos de informação recebidos

b. Análise de mercados e ofertas reguladas

✓ Atividade desenvolvida conforme Recomendação da Comissão Europeia (CE) 2014/710/UE da CE, de 9 de outubro de 2014⁽³⁴⁾, relativa aos mercados relevantes de produtos e serviços no sector das comunicações eletrónicas suscetíveis de regulamentação *ex-ante*

✓ Determinado, na sequência da análise destes mercados, o preço máximo de terminação das chamadas vocais em redes móveis a aplicar pelos operadores móveis notificados com PMS/Poder de Mercado Significativo

✓ Determinado que o preço máximo de terminação deve ser aplicado indiferenciadamente

aos níveis de interligação local e de trânsito simples, no caso em que os prestadores apresentam uma arquitetura de interligação hierárquica

✓ Atualizada Oferta de referência de interligação (ORI) para incorporar especificações relativas à interligação IP

✓ Simplificação de procedimentos na Oferta de referência de acesso a condutas (ORAC) e oferta de referência de acesso a postes (ORAP), com redução de alguns preços

✓ Na Oferta de referência de realuguer da linha de assinante (ORLA), desregulado o mercado grossista de originação de chamadas em redes telefónicas públicas num local fixo para viabilização de serviços telefónicos retalhistas

c. Gestão do Espectro Radioelétrico

✓ Preparação, aprovação e implementação do roteiro para a libertação e atribuição da faixa dos 700 MHz, necessária ao desenvolvimento do 5G no quadro dos acordos internacionais e das determinações do Parlamento Europeu e do Conselho

✓ 12.º Congresso do Comité Português da URSI, a que a ANACOM preside, sob o tema "Inteligência artificial e as ciências rádio"

✓ Reduzidos em 15,16% os preços anuais por Mbps que o operador da rede cobra aos operadores de televisão (RTP, SIC e TVI) pela prestação do serviço de Serviço de televisão digital terrestre (TDT)

✓ Posição convergente em torno da adoção do cenário mais simples de migração da rede TDT, que consiste em manter a tecnologia atualmente utilizada [DVB-T/MPEG-4 (H.264/AVC)], facilitando a coordenação detalhada com o operador da rede para definir e calendarizar as ações necessárias, por forma a que o processo de migração decorra sem sobressaltos e com o menor impacto possível na população

(34) Informação disponível em <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/6cd57dfc-510e-11e4-a0cb-01aa75ed71a1>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

7. PORTUGAL

✓ ANACOM liderou grupo para a preparação da posição nacional na WRC-19 (GT WRC-19) com mais de 20 entidades externas, para a consolidação de posições nacionais consensuais, equilibradas e defensáveis ao nível da CEPT e do Sector das Radiocomunicações da UIT (UIT-R

d. Atividade de supervisão e fiscalização

✓ Atividade de fiscalização incidiu particularmente na verificação in loco da reposição dos serviços de comunicações eletrónicas nas zonas do território que foram afetadas pelos incêndios ocorridos em junho e outubro de 2017

✓ Em matéria do mercado de equipamentos de rádio e de aparelhos de comunicações eletrónicas, foram realizadas 375 ações de fiscalização aos diversos operadores económicos (fabricantes, mandatários, importadores e distribuidores) tendo sido fiscalizados, e recolhidos para análise, 278 equipamentos, 69 dos quais foram apreendidos por verificação imediata de incumprimentos legais infrações aos referidos regimes legais, tais como, incumprimentos relativos à marcação de conformidade europeia (CE), ausência de manuais de instruções e da declaração de conformidade EU

e. Postal

✓ Definição de novos indicadores de qualidade do serviço universal que os CTT – Correios de Portugal (CTT) terão que cumprir em 2019 e 2020, incluindo densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços, processo acompanhado com alterações ao sistema de medição dos indicadores de qualidade de serviço, para os tornar mais robustos e fiáveis

✓ Em 2018, o Presidente da ANACOM exerceu as funções de Vice-presidente do ERGP⁽³⁵⁾, cabendo-lhe assegurar a presidência deste organismo em 2019

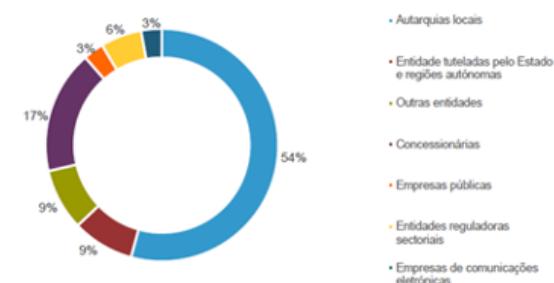
f. Segurança das Comunicações

✓ Submetido a consulta pública o segundo projeto de regulamento relativo à segurança e à integridade das redes e serviços de comunica-

ções eletrónicas, com alteração à abordagem na imposição das medidas técnicas de execução e de requisitos adicionais, nos termos que então ficaram previstos no Título II e no novo Anexo, baseada, essencialmente, no documento da ENISA “Technical Guideline on Security Measures (Technical guidance on the security measures in Article 13a)”⁽³⁶⁾

✓ Apresentadas 27 medidas ao Grupo de Trabalho Incêndios Florestais – Medidas de Proteção e Resiliência distribuídas pelos temos Rádio, Traçados Subterrâneos, Energia e Proteção, e procedimentos, tendo ainda sido considerada solução mais adequada para 2018, um sistema de avisos à população por SMS

✓ O Sistema de Informação de Infraestruturas Aptas (SIIA) atualiza o universo de objetos cadastrais que integram o conceito de infraestruturas aptas e devem obrigatoriamente ser incluídos nos cadastros a disponibilizar no sistema, sendo a atual distribuição de entidades credenciadas por tipo de entidade, conforme gráfico abaixo



(35) Informação acessível em https://ec.europa.eu/growth/sectors/postal-services/ergp_en

(36) Informação acessível em <https://resilience.enisa.europa.eu/article-13/guideline-for-minimum-security-measures>
Marentius sed res halicavehem sena diemquemus et L.
Simum occhus videt auctur. Obus pratienir atissula reis v

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

7. PORTUGAL

g. Cooperação

5. Participação na negociação para um Código Europeu para as comunicações eletrónicas e Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE/BEREC) –Código publicado que junta as quatro diretivas existentes (Diretiva-Quadro, Diretiva Autorização, Diretiva Acesso e Diretiva Serviço Universal) numa só diretiva

✓ As regras em matéria de defesa dos consumidores contemplam um nível de proteção máxima, com algumas exceções, e facilitam a mudança de prestador de serviços e oferecem uma melhor proteção aos clientes que subscrevem serviços agregados (*bundles*), por exemplo

> Os serviços de comunicações eletrónicas passam a abranger também os serviços prestados através da Internet (OTT), embora sujeitos a regras distintas, sendo que o acesso adequado e a preços acessíveis à Internet passa a estar incluído no âmbito do Serviço Universal

> Para as licenças do espectro para a banda larga sem fios, os Estados-Membros devem fornecer aos operadores uma previsibilidade regulamentar por um período de 15+5 anos, e devem também disponibilizar nas datas fixadas pelo Código novas bandas de frequência para as redes 5G, que permitam ter ligações mais rápidas à Internet e uma maior conectividade em toda a Europa

> Em matéria de "poder de mercado significativo" (PMS) são completadas com regulamentação simétrica determinadas situações, a fim de assegurar a concorrência no acesso ao cliente final, com as ARN a ter mais instrumentos para resolver problemas de concorrência, por exemplo, através da promoção do investimento

✓ Ao nível da cooperação releva-se a continuidade do trabalho bilateral no quadro das Regiões Insulares Atlânticas (RIA), que inclui os reguladores de Cabo Verde (ANAC), São Tomé e Príncipe (AGER), as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (ANACOM) e, em 2017,

também do regulador da Guiné-Bissau (ARN-TIC), iniciativa que potencia a cooperação sul-sul, sustentando práticas recomendadas pelas agências mundiais de cooperação. A edição de 2018 decorreu na Guiné-Bissau tendo sido agendada para a Delegação da Madeira a edição de 2019



✓ No quadro multilateral, salienta-se o trabalho desenvolvido no âmbito do secretariado da Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ARCTEL-CPLP), que inclui o Secretariado Permanente da Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP. A ANACOM participou na X Assembleia Geral da ARCTEL-CPLP, realizada em março de 2018, assumindo as múltiplas funções para as quais tinha sido eleita, dirigindo os trabalhos enquanto presidente da Mesa da Assembleia Geral e assegurando a organização da reunião enquanto Secretariado da Associação. No âmbito desta última função, o Secretário da ARCTEL apoiou a ANC (autoridade reguladora de Timor-Leste) na preparação da Presidência da Direção da Associação no mandato 2018-2020. No 9.º Fórum das Comunicações da CPLP, que decorreu a 22 de março e teve como tema a "Cibersegurança na CPLP", foram debatidos os seguintes temas: "Estamos Seguros? Experiências no espaço da CPLP", "Ameaças e desafios colocados aos Estados" e "Que estratégias para garantir a cibersegurança na CPLP", este último painel com a participação da ANACOM. A 23 de março

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

7. PORTUGAL

de 2018, a ANACOM participou igualmente na Reunião Extraordinária de Pontos Focais para a Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP, que teve lugar nas instalações da ANC/Autoridade Nacional das Comunicações, em Díli, Timor-Leste

✓ A ANACOM, assegurou o segundo mandato na vice-presidência do Comité de Comunicações Eletrónicas (ECC), tendo privilegiado a participação nos grupos de trabalho e equipas de projeto de gestão de frequências, engenharia do espectro, assuntos IMT e preparação de conferências, tendo-se em março, em Lisboa, realizado a 47.^a reunião do Comité, em que estiveram presentes cerca de 90 participantes, em representação de várias administrações, de que se relevam tópicos de 5G nos 3,5 GHz e nos 26 GHz, o espectro para Internet das coisas/*machine-to-machine*, a potencial integração de satélites no ecossistema 5G, a extensão de Intelligent Transport Systems de segurança nos 5,9 GHz, e o espectro para drones

✓ A ANACOM foi reeleita presidente do Conselho do European Communications Office/ECO em maio de 2018, qualidade em que Portugal presidiu às reuniões do conselho do e esteve envolvido em diversas matérias relacionadas com a gestão do gabinete, em estreita colaboração com o diretor do ECO e o vice-presidente do conselho, destacando-se as questões de gestão financeira e de recursos humanos, e ainda o processo de desenvolvimento de uma base de dados para pontos de contacto do Diretório PSAP (*European Public Safety Answering Points*, vulgo 112), gerida pelo Gabinete ECO, que entrou em funcionamento no início de dezembro

✓ ANACOM notificou o Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações (ETSI) da sua intenção de sair da organização, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019

h. Organização interna

✓ Destaque, em 2018, para a aprovação de um novo modelo organizativo, que visa tornar o funcionamento da ANACOM mais eficiente e

contribuir para uma maior motivação dos seus colaboradores, tendo por base uma política de gestão de recursos humanos baseada em critérios de justiça, de oportunidades de carreira e de recompensa do mérito e do desempenho

✓ Para explorar de forma mais eficiente o potencial de informação inerente aos dados recolhidos e existentes na organização foram levadas a cabo ações de cadastro pormenorizado dos redutos de informação, e, concomitantemente desenvolvidos projetos-piloto no domínio da disponibilização de plataformas transversais de exploração de dados, mudando de um paradigma de exploração vertical de dados para um de exploração transversal – para o que foi efetuado um investimento relevante em software de análise de dados a ser disponibilizado a toda a organização.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

8. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

8.1. Mercado das Comunicações

O mercado das comunicações de São Tomé e Príncipe é regulado pela Autoridade Geral de Regulação – AGER, criada em 2005, pelo Decreto-Lei n.º 14, de 24 de agosto⁽³⁷⁾.

A AGER é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial.

Enquanto regulador multissetorial, as suas atribuições inscrevem-se na gestão do espectro radioelétrico e a regulação técnica e económica dos Sectores de Telecomunicações, Correios, Água e Eletricidade. A AGER está sobre a tutela do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente.



Atua igualmente a pedido do Governo como órgão consultivo deste, emitindo pareceres em matérias que lhe sejam propostas para o efeito solicitado pelo Governo ou pela administração sectorial, sobre legislação ou normas técnicas, relativas aos sectores supracitados.

São três os órgãos da AGER:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração que é nomeado pelo Conselho de Ministros pode ser constituído por três a cinco membros, escolhidos com base na sua integridade moral, bem como nas suas especiais qualificações, respetivamente, em matéria de sectores regulados e em matéria de direito, economia e de engenharia.



8.2. Informação Estatística sobre o Sector

De acordo com os quadros seguintes verifica-se que o serviço com maior expressão em São Tomé e Príncipe era o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 163 mil assinaturas. Este serviço apresentou uma taxa de penetração de 80,6 por cento em 2018, valor inferior em 7,2 pontos percentuais relativamente ao verificado no ano anterior. É de salientar que este serviço é maioritariamente oferecido em termos pré-pagos, cerca de 99,6% das assinaturas utilizavam essa modalidade, em 2018.

No que diz respeito ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 35,1 por cento correspondendo a cerca de 70,8 mil assinaturas. Relativamente ao ano anterior, a taxa de penetração deste serviço diminuiu cerca de 0,4 pontos percentuais.

No que concerne ao Serviço de Banda Larga Fixa a sua expressão em São Tomé e Príncipe não é tão acentuada como o Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, uma vez

(37) Informação ARCTEL disponível em <http://www.arctel-cplp.org/app/uploads/membros/187462791051dd42fb->

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

8. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

que a sua taxa de penetração ascendia a 0,8 por cento, em 2018, correspondendo a cerca de 1,6 mil assinaturas, tendo-se verificado um aumento de 0,02 pontos percentuais na taxa de penetração desse serviço relativamente ao ano anterior.

O Serviço Telefónico Fixo, em São Tomé e Príncipe apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 2,6 por cento, correspondendo a cerca de 5,3 mil acessos. Este serviço tem apresentado uma redução da sua taxa de penetração ao longo dos anos, sendo que se reduziu em 0,2 pontos percentuais relativamente a 2017. No que diz respeito ao Serviço de Televisão por Assinatura este não se encontra disponível no país.

Os proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas em São Tomé e Príncipe ascenderam a cerca de 20,1 milhões de euros, em 2018, mais 23,3 por cento do que no ano anterior.

No que respeita ao investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas em São Tomé e Príncipe este atingiu cerca de 1,8 milhões de euros, em 2018, menos 3,8 por cento do que no ano anterior.

Durante o ano de 2018, São Tomé e Príncipe empregou cerca de 132 pessoas no Sector das Comunicações Eletrónicas, menos 6 pessoas do que no ano anterior.

Tabela 8 – Dados Estatísticos São Tomé e Príncipe

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	1 001 Km ²		
População	193 712	197 700	201 785
Proveitos do Sector (€)	16 695 502	16 355 288	20 146 110
Investimentos do Sector (€)	1 607 902	1 859 682	1 789 035
Emprego Direto do Sector	144	138	132

Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	2	2
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	72 144	70 135	70 788
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	37,2 %	35,5 %	35,1 %

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Empresas Licenciadas	2	2	2
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	174 475	173 646	162 610
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	90,1 %	87,8 %	80,6 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetos a planos pré-pagos	173 705	172 535	161 891
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	89,7 %	87,3 %	80,2 %

Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	2	2	2
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	1 425	1 479	7 557
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	0,7 %	0,7 %	0,8 %

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Empresas Licenciadas	1	1	21
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	5 733	5 569	5 299
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	3,0 %	2,8 %	2,6 %

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

8. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	n.d.	n.d.	n.d.
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	n.d.	n.d.	n.d.

8.3. Principais Medidas Regulatórias em São Tomé e Príncipe – Autoridade Geral de Regulação – AGER 2018

a. Contexto geográfico, demográfico e político/institucional

O Arquipélago de São Tomé e Príncipe é formado por duas ilhas situadas no Golfo da Guiné, a 300 Km da costa ocidental africana, sobre a linha do Equador. Com uma superfície de 1.001 Km² (859 km² da ilha de São Tomé e 142 km² da ilha do Príncipe), sendo o segundo país mais pequeno de África, depois das Seicheles, compreende ainda uma zona económica exclusiva de 170.000 Km². O clima é tropical, ou seja, quente e húmido. A população é de 197.700 habitantes.

Descoberto em 1470 por João de Santarém e Pedro Escobar, tornou-se independente a 12 de julho de 1975, assumindo um regime monopartidário de ideologia socialista, com a nacionalização de roças agrícolas e empresas privadas.

Em 1990 adota o regime multipartidário que conduziu o país às primeiras eleições democráticas em 1991. O poder político é exercido através dos órgãos de soberania, nomeadamente Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo e os Tribunais, o regime é democrático, semipresidencialista de base parlamentar.



b. Medidas Regulatórias 2018

No âmbito da atividade setorial das comunicações, destacam-se:

- ✓ Melhoria do quadro jurídico – regulamentar
 - > Resolução n.º 002/2018, delibera sobre a proibição de cláusulas de exclusividade nos contratos
 - > Resolução n.º 004/2018, homologa o modelo de contrato a ser utilizado na referida operadora
- ✓ Implementação do Sistema Único de trânsito e Tarifação de Comunicações Internacionais
 - > No âmbito do processo e fundamentação para implementação de Sistema Único de Transito e Tarifação de Comunicações Internacionais, a AGER, em representação do Governo, encetou diversas diligências no sentido de terminar com a utilização abusiva do prefixo “239” - e do plano de numeração, a fim de minimizar o mal que tem causado ao País; nesse sentido várias prudências foram tidas em conta, passando por assinatura de Acordo com a CST/Companhia Santomense das Telecomunicações com o objetivo de regular as relações entre as partes, no âmbito desse Sistema, conforme o Decreto-Lei n.º 20, de 29 de dezembro de 2017
- ✓ Monitorização e fiscalização do mercado
 - > Varias ações de fiscalizações permanentes

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

8. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

nentes foram realizadas no ramo de:

- qualidade de serviços fixo, móvel e de internet

- uso de espectro radioelétrico
- realização de vistorias às instalações dos operadores, incluindo serviços comerciais

> Em termos de regulação económica, as fiscalizações realizadas ao longo de 2018 visaram particularmente:

- garantir o fornecimento pelos operadores de serviços mais orientados às necessidades do cliente através de uma melhor comercialização dos mesmos

- prevenir práticas anti concorrenenciais

✓ Análise de mercado e correção de falhas

> As medidas regulatórias tomadas através da Resolução n.º 002/2018 visaram interditar a celebração de contratos de exclusividade entre a operadora com Poder de Mercado Significativo e revendedores independentes de cartão de recargas. A justificação dessa medida conta com a particularidade do mercado santomense de telecomunicações que é predominantemente pré-pago, logo a dinâmica competitiva é feita também pela capacidade de uma operadora colocar a disposição dos seus clientes recargas para satisfazer de forma eficiente e efetiva a procura deste serviço.

✓ Setor Postal

> Em 2018 o projeto de Lei base do Sector Postal foi submetido ao Governo que o aprovou e submeteu para a apreciação da Assembleia Nacional, onde, no entanto, não foi discutido até o termo da legislatura.

Em conclusão, o ano de 2018 foi um ano que AGER - sendo uma instituição multisectorial, se debruçou mais no reforço de capacitação institucional no Sector Elétrico, tendo em conta a prioridade do governo para o referido sector.



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

9. TIMOR-LESTE

9.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas

Timor-Leste aderiu à UIT em agosto de 2010. O Sector das Comunicações em Timor Leste é regulado pela Autoridade Nacional de Comunicações – ANC, a qual se encontra sob a tutela do Ministério dos Transportes e Comunicações.



A criação do regulador do setor, remete ao Decreto-Lei n.º 15/2012, de 28 de março⁽³⁸⁾. O desempenho desta Autoridade é entendido no cumprimento de atividades tanto regulatórias como de Desenvolvimento, compreendendo:

- Implementação de uma estrutura de registo/licenciamento de oferta de redes e serviços
- Promoção da concorrência
- Interligação de redes e serviços
- Implementação de programas de Acesso Universal
- Gestão de recursos de Espectro Radioelétrico e de Numeração
- Proteção dos consumidores face a práticas comerciais abusivas, crimes cibernéticos e questões de privacidade e dados pessoais
- Salvaguarda de interesses nacionais

9.2. Informação Estatística sobre o Sector

De acordo com os quadros seguintes verificou-se que o serviço com maior expressão em Timor Leste era o Serviço Telefónico Móvel, correspondendo a cerca de 1 461 mil assinaturas. Este serviço apresentou uma taxa de penetração de 115,8 por cento em 2018, valor inferior em 8,9 pontos percentuais relativamente ao verificado no ano anterior.

No que diz respeito ao Serviço de Acesso à Internet em Banda Larga Móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 1,6 por cento correspondendo a cerca de 21 mil assinaturas. Estes valores não devem ser comparados com

os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

Relativamente ao Serviço de Banda Larga Fixa verificou-se que este teve pouca expressão em 2018, com cerca de 620 assinaturas. Salienta-se igualmente, para este serviço, que este valor não deve ser comparado com os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

O Serviço Telefónico Fixo, em Timor Leste apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 0,2 por cento, correspondendo a cerca de 2 206 assinantes. Este serviço manteve da sua taxa de penetração relativamente a 2017. Os proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas, em Timor Leste, ascenderam a cerca de 71 milhões de euros, em 2018, tendo diminuído cerca de 7,2 por cento relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2018, Timor Leste empregou cerca de 1 742 pessoas no Sector das Comunicações Eletrónicas, mantendo o valor apresentado no ano anterior.

No que concerne ao investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas e ao Serviço de TV por Assinatura não foram disponibilizados dados.

(38) De acordo com o Dec. Lei n.º 15/2012, o novo órgão regulador é “um instituto público com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, de um orçamento e património próprios, que tem por objeto exercer as funções de entidade reguladora do sector das telecomunicações”; mais informação disponível em <http://arctel-cplp.org/app/uploads/membros/41007886551f1463ce9a06.pdf>

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

9. TIMOR-LESTE

Tabela 9 – Dados Estatísticos Timor Leste

Dados Socioeconómicos	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Área Geográfica	15 007 Km ²		
População	1 219 288	1 241 506	1 261 407
Proveitos do Sector (€)	n.d.	76 053 871	70 611 960
Investimentos do Sector (€)	n.d.	n.d.	n.d.
Emprego Direto do Sector	1742	1742	1742

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Estações móveis / equipamentos de utilizador ativos	1 621 124	1 548 662	1 460 695
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel - % da população	133,0 %	124,7 %	115,8 %
Estações móveis/equipamentos de utilizador ativos afetas a planos pré-pagos	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel Pré-Pago - % da população	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço de Banda Larga Móvel	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Acessos associados ao Serviço de Banda Larga Móvel	425 646	429 107	20 767
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	34,9 %	34,9 %	1,6 %

Serviço de Banda Larga Fixa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	3	3	3
Acessos ao Serviço de Banda Larga Fixa	7 601	3 914	620
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa - % da população	0,6 %	0,3 %	0,0 %

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Empresas Licenciadas	1	1	1
Acessos ao Serviço Telefónico Fixo	2 545	2 381	2 206
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	0,2 %	0,2 %	0,2 %

Serviço de TV por Assinatura	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Empresas Licenciadas	5	5	n.d.
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura - total	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura - % da população	n.d.	n.d.	n.d.
Acessos ao Serviço de TV por Assinatura através satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV por Assinatura através de satélite - % da população	n.d.	n.d.	n.d.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

9. TIMOR-LESTE

9.3. Principais Medidas Regulatórias em Timor Leste – Autoridade Nacional de Comunicações – ANC

a. Contexto atual

- › Com o licenciamento de um novo prestador de serviços, subiu para 4 o total de Operadores de Telefonia Móvel
- › Cobertura de serviços assegurada para 96% da população
- › Todos os municípios urbanos são servidos pela tecnologia 4G
- › Todos os serviços móveis pré-pagos são registados
- › Previsto para 2019 lançamento de Internet Exchange Point (IXP) nacional
- › Em curso primeira ligação ao sistema de cabos submarinos para a conectividade internacional

b. Perspetivas

- › Os Novos Desafios centram-se na Proteção dos Consumidores:
 - Quando uma parte significativa das atividades diárias dos cidadãos enquanto consumidores são coligidas em forma de dados e mega dados (big data) que fluem entre prestadores de serviços telecomunicações, provedores de OTT e outras entidades, os riscos pela utilização inovadora desse armazenamento podem ser preocupantes
 - Para mais, a regulação num contexto económico de menor dimensão, como o da anc.tl, é menos provida de soluções e competências para proteção dos consumidores e cidadãos que subscrevem esses serviços
 - O exemplo da Cambridge Analytics é emblemático

› Como pode a ANC.TL cumprir os seus desígnios?

- seguindo padrões internacionais/regionais
- atentando às melhores práticas internacionais/regionais
- respaldando-se numa ARCTEL forte



I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

10.1 Proveitos, Investimento e Emprego no Sector das Comunicações Eletrónicas

Os proveitos do sector das Comunicações Eletrónicas nos países da CPLP atingiram, em 2018, cerca de 32,6 mil milhões de euros, tendo diminuído cerca de 8,7 por cento relativamente a 2017.

Contudo, é de referir que, grande parte dessa redução deveu-se ao Brasil, o qual apresentou uma quebra de receitas de cerca de 11,6 por cento, relativamente a 2017.

É de referir que metade dos países da CPLP apresentaram um aumento no valor dos proveitos, em 2018, em comparação com o ano anterior.

É ainda de salientar que 76 por cento do total dos proveitos advinham do Brasil, 18 por cento dos mesmos deviam-se a Portugal e 3,1 provinham de Angola.

Tabela 10 – Proveitos do Sector das Comunicações Eletrónicas

Proveitos do Sector das CE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	6 467 630	905 155 964	994 859 051	1 012 526 781
Brasil	84 817 603 824	83 405 770 106	79 523 598 165	70 604 125 737	73 555 438 259	54 224 551 801	66 025 360 735	28 052 469 546	24 791 292 989
Cabo Verde	9 595 573	114 158 746	111 887 309	115 528 953	104 829 859	94 459 238	90 378 472	74 470 000	93 674 553
Guiné-Bissau	n.d.	52 058 646	49 903 682	48 286 491	54 527 718	60 447 808	62 802 968	67 608 246	64 900 380
Guiné Equatorial						n.d.	n.d.	181 560 000	181 560 000
Moçambique	n.d.	150 767	328 515 600	173 708 075	209 028 150	168 273 585	187 574 495	381 421 147	513 140 620
Portugal	7 599 724 000	6 526 994 000	6 617 105 000	6 276 380 000	5 771 163 000	5 728 159 000	5 851 080 000	5 902 537 000	5 878 325 000
São Tomé Príncipe	13 781 502	12 485 986	13 062 104	13 000 754	13 953 077	15 570 767	16 695 502	16 335 288	20 146 110
Timor-Leste	43 000 000	51 991 700	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	76 053 871	70 611 960
Total	92 483 704 899	90 163 609 951	86 644 071 860	77 231 030 010	79 708 940 063	60 297 929 828	73 139 048 136	35 747 314 149	32 626 178 393

Unidade: euros

Fonte: ARCTEL

Nota: Para Guiné Equatorial mantiveram-se os valores de Proveitos enviados para 2017.

No que diz respeito ao Investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas nos países da CPLP este atingiu, em 2018, cerca de 6,9 mil milhões de euros, mais 8,4 por cento do que no ano anterior. A tendência de evolução do investimento é incerta uma vez que em alguns anos aumenta e outros diminui.

O Investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas nos países da CPLP, em 2018, correspondeu a cerca de 21,1 por cento do total de Proveitos do Sector.

É de referir que a maior fatia do Investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas nos países da CPLP advinha do Brasil com cerca de 83,1 por cento do total do investimento.

Salienta-se que todos os países apresentaram reduções no investimento relativamente ao ano anterior, com exceção do Brasil e de Moçambique, contudo as referidas reduções não foram suficientes para suplantar o aumento do investimento global.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Tabela 11 – Investimento no Sector das Comunicações Eletrónicas

Investimento no Sector das CE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	64 588 800	n.d.	n.d.	n.d.	606 386 592	511 039 784	491 404 146	300 233 535	82 058 040
Brasil	8 522 342 968	9 437 476 717	9 542 831 780	9 669 695 481	9 842 580 805	6 981 005 172	8 191 225 769	5 276 606 061	6 044 413 789
Cabo Verde	3 162 038	36 950 410	26 750 617	8 831 380	11 472 571	26 785 331	18 507 952	19 982 896	16 803 555
Guiné-Bissau	n.d.	7 093 642	9 582 248	11 132 700	17 169 118	26 659 325	23 516 927	27 021 801	10 049 132
Guiné Equatorial					n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Moçambique	n.d.	n.d.	232 241 195	72 516 475	387 210 625	164 940 168	115 800 992	74 793 075	117 094 269
Portugal	1 076 791 000	899 713 000	773 663 000	741 994 000	615 608 000	627 399 000	609 193 000	647 807 000	609 480 000
São Tomé Príncipe	7 608 160	8 285 931	6 136 474	2 624 826	2 657 802	2 268 120	1 607 902	1 859 682	1 789 035
Timor-Leste	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total	9 674 492 966	10 389 519 700	10 591 205 314	10 506 794 862	11 483 085 513	8 340 096 900	9 451 256 688	6 348 304 051	6 881 687 820

Unidade: euros

Fonte: ARCTEL

Nota: Dados não disponíveis para Guiné Equatorial e para Timor Leste. Os valores de Angola, para 2018, não refletem o total do investimento realizado no sector por falta de envio de dados pelos operadores.

No que concerne ao emprego no Sector das Comunicações Eletrónicas nos países da CPLP este atingiu, em 2018, cerca de 505 mil empregados, menos 0,2 por cento que no ano anterior. Deste valor, 93,5 por cento diz respeito a empregados provenientes do Brasil.

É de referir que, todos os países da CPLP, com exceção de Cabo Verde e Guiné Bissau, apresentaram uma redução nos valores do emprego no sector relativamente ao ano anterior.

Tabela 12 – Emprego no Sector das Comunicações Eletrónicas

Emprego no Sector das CE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	n.d.	n.d.	n.d.	5 089	6 763	7 146	7 310	7 302	7 267
Brasil	180 053	470 200	493 400	503 600	514 700	503 000	472 500	472 500	472 500
Cabo Verde	595	640	707	666	771	802	799	778	785
Guiné-Bissau	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	269	224	233
Guiné Equatorial						n.d.	n.d.	1 370	1 370
Moçambique	0	2 510	0	4 467	3 997	7 101	4 992	4 392	4 144
Portugal	12 650	12 176	13 957	13 847	13 802	15 570	14 869	17 754	17 265
São Tomé Príncipe	82	87	88	93	98	145	144	138	132
Timor-Leste	n.d.	1 742	1 742						
Total	193 380	485 613	508 152	527 762	540 131	533 764	500 883	506 200	505 438

Unidade: 1 empregado

Fonte: ARCTEL

Notas: Dados estimados para o Brasil para 2017 e 2018, manteve-se o valor enviado em 2016 uma vez que não foram apurados dados para este indicador. Mantiveram-se os valores de 2017, para Guiné Equatorial e Timor-Leste, para 2018.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

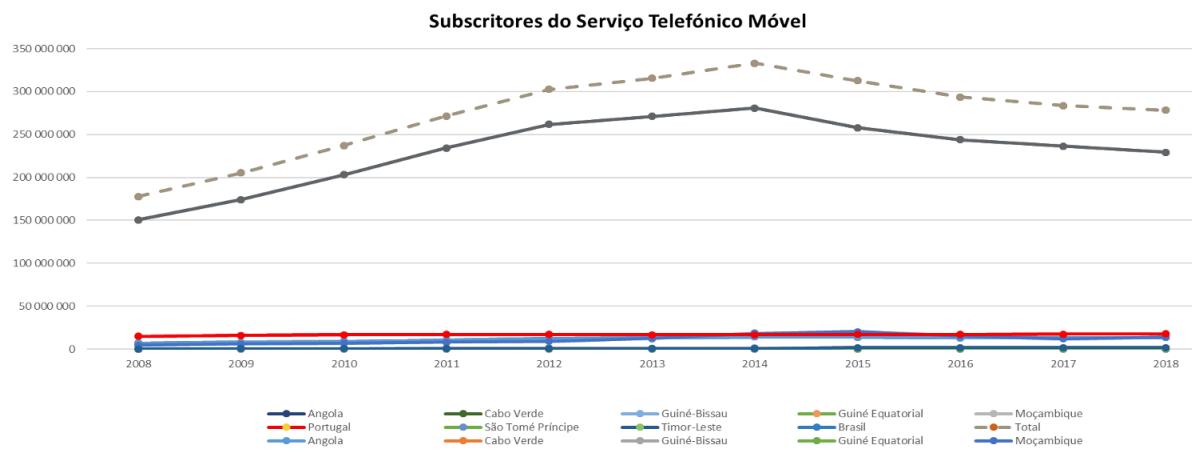
10.2 Serviço Telefónico Móvel

O Serviço Telefónico Móvel (STM) era o serviço que apresentava maior expressão, nos países da CPLP. No final de 2018 dispunha de cerca de 278 milhões de assinantes, correspondendo a uma taxa de penetração de cerca de 99,2%. É de assinalar que nos últimos quatro anos tem-se verificado uma redução do seu valor. Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma redução dos assinantes e da taxa de penetração em cerca de 1,8 por cento e de 2,1 pontos percentuais, respetivamente.

É de referir que, em 2018, 82,3 por cento dos assinantes do STM provinham do Brasil, 6,3 por cento de Portugal, 5,1 por cento de Moçambique e 4,8 por cento de Angola.

Salienta-se que, apesar do número total de assinantes do STM ter diminuído, alguns países apresentaram um aumento neste indicador, como sejam Moçambique, Portugal e Guiné Bissau.

Gráfico 1 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefónico Móvel nos países da CPLP



Unidade: 1 assinante

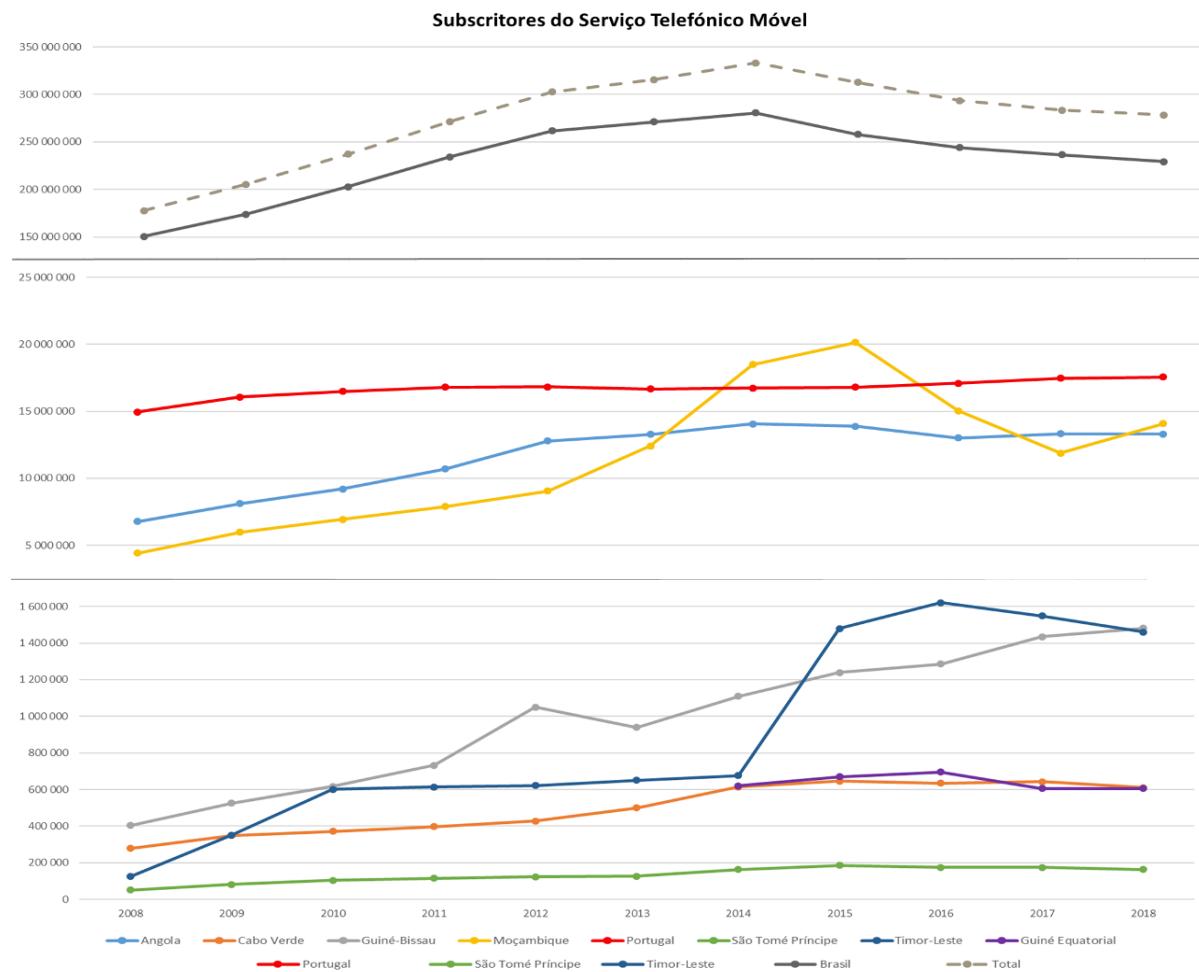
Fonte: ARCTEL

Apresenta-se de seguida o gráfico abaixo, mas apenas para facilitar a visualização da evolução de todos os países da CPLP, salientando-se que a escala está ajustada por grupos de países.

Unidade: 1 assinante

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS



Fonte: ARCTEL

Tabela 13 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefônico Móvel nos países da CPLP

Assinantes do STM	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	6 773 356	8 109 421	9 204 522	10 697 310	12 785 109	13 285 198	14 052 558	13 884 532	13 001 124	13 323 952	13 288 421
Brasil	150 641 403	173 959 368	202 944 033	234 357 507	261 800 000	271 099 799	280 700 000	257 800 000	244 066 759	236 488 548	229 210 890
Cabo Verde	277 667	349 473	371 871	396 429	427 869	500 382	613 378	646 334	634 555	642 014	610 328
Guiné-Bissau	403 057	525 685	616 630	732 634	1 049 193	939 909	1 109 233	1 238 493	1 285 835	1 434 822	1 481 712
Guiné Equatorial							620 012	670 293	695 000	605 000	605 000
Moçambique	4 405 006	5 970 781	6 928 063	7 885 345	9 031 252	12 401 290	18 482 638	20 134 932	15 025 598	11 875 506	14 074 248
Portugal	14 953 227	16 051 044	16 473 690	16 794 499	16 827 910	16 665 949	16 731 949	16 790 405	17 079 569	17 451 924	17 541 568
São Tomé Príncipe	50 551	80 829	102 730	115 038	122 172	125 329	162 801	184 971	174 475	173 646	162 610
Timor-Leste	125 002	350 891	600 600	614 151	621 000	650 000	676 900	1 479 445	1 621 124	1 548 662	1 460 695
Total	177 629 269	205 397 492	237 242 139	271 592 913	302 664 505	315 667 856	333 149 469	312 829 405	293 584 039	283 544 074	278 435 472

Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

Nota: Valores estimados para Guiné Equatorial para 2018.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

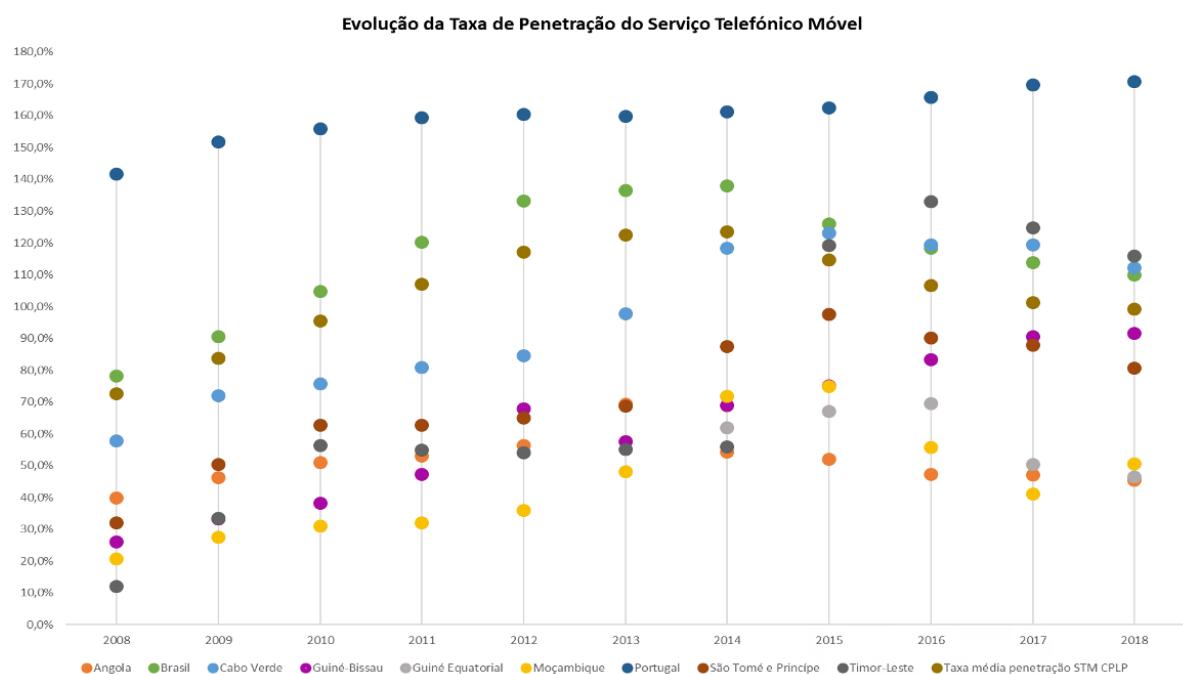
10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

A taxa de penetração do STM diminuiu pela quarta vez consecutiva nos países da CPLP, em 2018, em virtude da diminuição das taxas verificadas, sobretudo, no Brasil cujo valor diminuiu 3,9 pontos percentuais.

É de referir que o país com maior taxa de penetração do STM, em 2018, foi Portugal com um valor perto dos 171 por cento, seguido de Timor-Leste com uma taxa de 116 %, de Cabo Verde com uma taxa de cerca de 112 por cento e do Brasil com um valor próximo dos 110 por cento. Os restantes países da CPLP apresentaram valores abaixo dos 100 por cento.

Salienta-se que, o Brasil devido à sua dimensão condiciona, por si só, os resultados agregados dos países da CPLP.

Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel nos países da CPLP



Unidade: %

Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Tabela 14 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel nos países da CPLP

Taxa Penetração STM CPLP	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	39,8%	46,2%	50,9%	53,0%	56,4%	69,3%	54,3%	52,0%	47,3%	47,0%	45,4%
Brasil	78,1%	90,5%	104,7%	120,2%	133,2%	136,4%	138,0%	126,1%	118,4%	113,9%	109,9%
Cabo Verde	57,8%	71,9%	75,6%	80,8%	84,6%	97,7%	118,3%	123,2%	119,4%	119,4%	112,2%
Guiné-Bissau	26,1%	33,3%	38,3%	47,4%	67,8%	57,7%	69,0%	75,0%	83,2%	90,5%	91,5%
Guiné Equatorial							61,8%	66,9%	69,5%	50,4%	46,5%
Moçambique	20,8%	27,4%	30,9%	32,1%	35,8%	48,0%	71,8%	74,8%	55,7%	41,1%	50,5%
Portugal	141,6%	151,8%	155,8%	159,3%	160,5%	159,8%	161,3%	162,4%	165,7%	169,6%	170,7%
São Tomé e Príncipe	32,0%	50,3%	62,7%	62,8%	65,0%	68,7%	87,5%	97,4%	90,1%	87,8%	80,6%
Timor-Leste	12,1%	33,5%	56,3%	54,8%	54,0%	55,1%	55,8%	119,2%	133,0%	124,7%	115,8%
Taxa média penetração STM CPLP	72,5%	83,7%	95,6%	107,1%	117,2%	122,5%	123,4%	114,6%	106,6%	101,3%	99,2%

Unidade: %

Fonte: ARCTEL

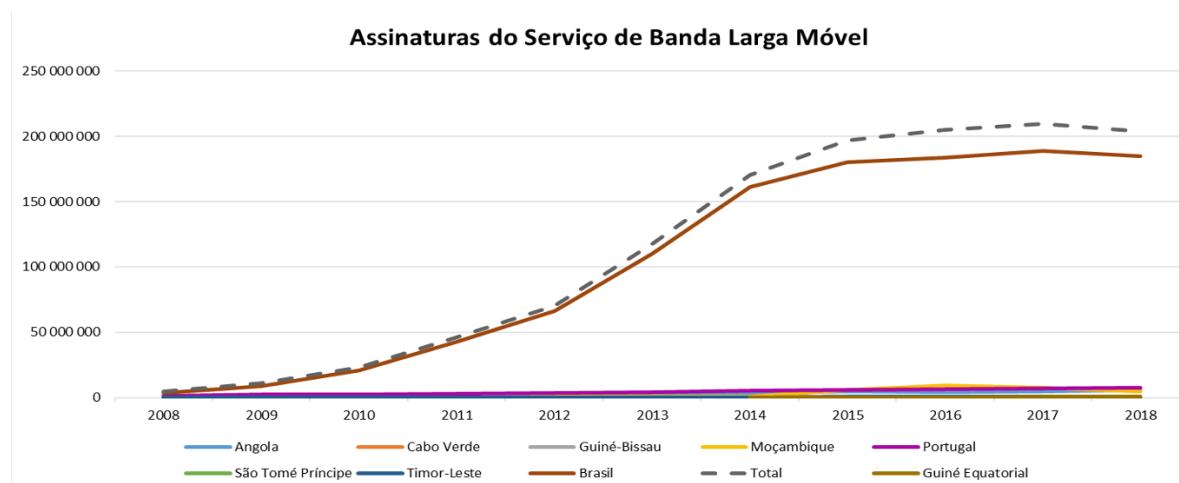
Nota: Valores estimados para Guiné Equatorial para 2018.

10.3 Serviço de Banda Larga Móvel

No final de 2018, o Serviço de Banda Larga Móvel (BLM), nos países da CPLP, dispunha de cerca de 204 milhões de assinantes, correspondendo a uma taxa de penetração de cerca de 72,6%. Este serviço tem apresentado sempre, desde que existe recolha de dados acerca do mesmo, uma tendência crescente ao longo dos anos, com exceção do presente ano. Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma redução dos assinantes e da taxa de penetração em cerca de 2,7 por cento e de 2,2 pontos percentuais, respetivamente. A contribuição marginal para a descida verificada ficou a dever-se em cerca de 76,1 por cento ao Brasil e em cerca de 57,3 por cento a Moçambique.

É de referir que, em 2018, cerca de 90,6 por cento dos assinantes da BLM provinham do Brasil, 3,7 por cento de Portugal, 2,2 por cento de Moçambique e 2,9 por cento de Angola.

Gráfico 3 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP



Unidade: 1 assinante

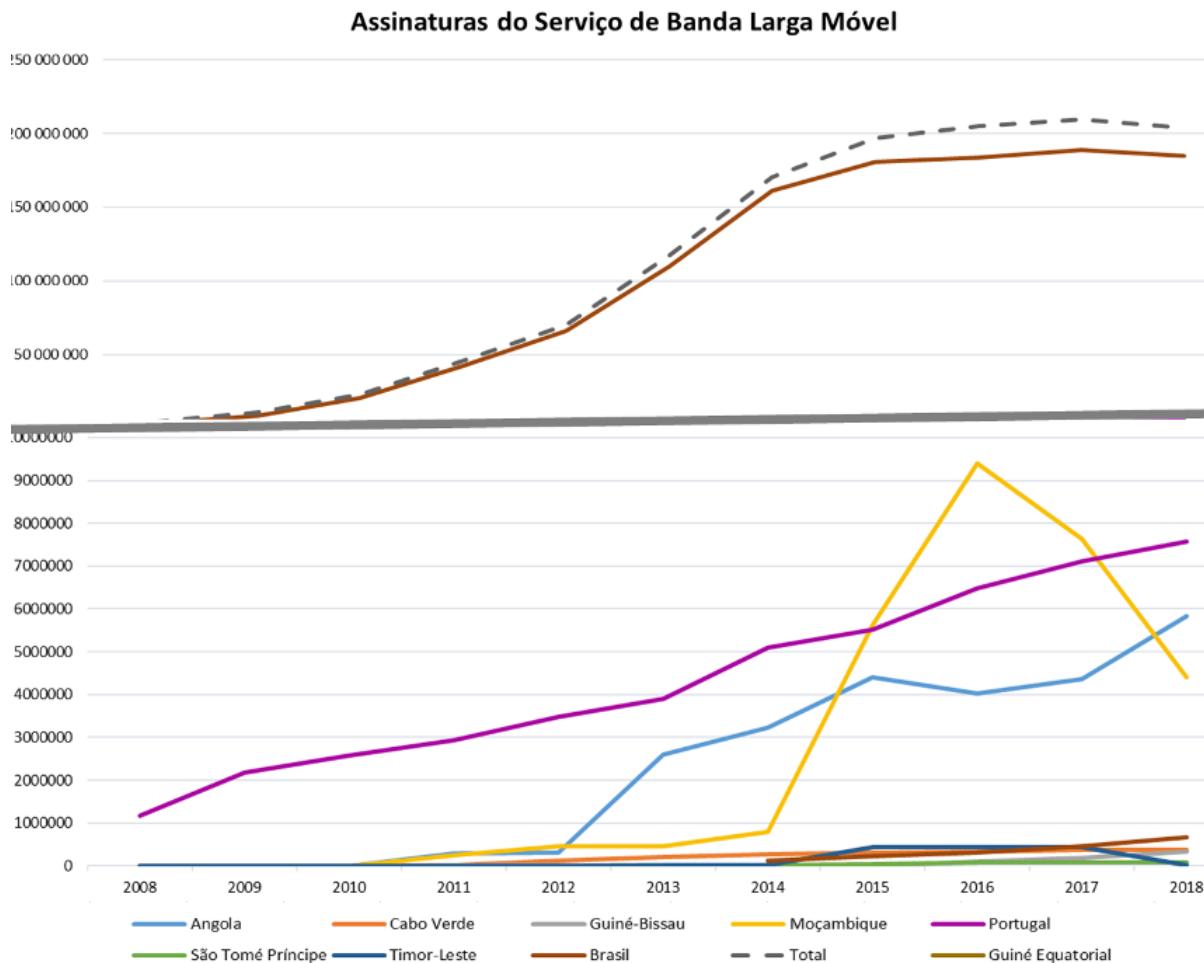
Fonte: ARCTEL

Notas: Dados estimados para Guiné Equatorial para 2018. Para Timor Leste os valores de 2018 não devem ser comparados com os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Apresenta-se de seguida o gráfico abaixo, mas apenas para facilitar a visualização da evolução de todos os países da CPLP relativamente ao indicador em análise, salientando-se que a escala está ajustada por grupos de países.



Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Tabela 15 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP

Assinantes de BLM	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	0	0	0	290 000	311 500	2 599 786	3 224 580	4 411 507	4 025 307	4 354 043	5 820 154
Brasil	3 471 381	8 664 443	20 627 914	42 391 157	66 000 000	110 100 000	161 000 000	180 500 000	183 704 113	188 855 142	184 570 680
Cabo Verde	0	0	0	15 000	113 878	212 745	258 150	309 272	326 457	381 875	363 419
Guiné-Bissau	0	0	0	14 892	14 951	0	0	0	104 636	175 120	332 162
Guiné Equatorial							125 828	230 402	300 800	450 000	673 205
Moçambique	0	0	0	250 000	449 600	449 600	789 236	5 625 377	9 405 717	7 626 485	4 404 838
Portugal	1 160 767	2 169 894	2 566 187	2 924 480	3 473 975	3 897 597	5 101 936	5 521 656	6 477 160	7 114 834	7 573 471
São Tomé Príncipe	0	0	0	30	3 565	13 494	24 144	35 799	72 144	70 135	70 788
Timor-Leste	0	0	0	4 456	4 500	5 000	5 000	440 000	425 646	429 107	20 767
Total	4 632 148	10 834 337	23 194 101	45 890 015	70 371 969	117 278 222	170 528 874	197 074 013	204 841 980	209 456 741	203 829 484

Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

Notas: Dados estimados para Guiné Equatorial para 2018. Para Timor Leste os valores de 2018 não devem ser comparados com os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

A taxa de penetração da BLM global diminuiu em 2018, em virtude da redução verificada nas taxas de penetração de quase todos os países da CPLP, com exceção da Guiné Bissau, em que a taxa de penetração aumentou 9,5 pontos percentuais, de Portugal com um aumento de 4,6 pontos percentuais e de Angola em que a taxa de penetração aumentou 4,5 pontos percentuais.

É de referir que o país com maior taxa de penetração na BLM, em 2018, foi o Brasil com um valor perto dos 88,5 por cento, seguido de Portugal com uma taxa de cerca de 73,7 por cento e de Cabo Verde com um valor próximo dos 66,8 por cento. Os restantes países da CPLP apresentaram valores abaixo dos 50 por cento.

Salienta-se que, o Brasil devido à sua dimensão condiciona, por si só, os resultados agregados dos países da CPLP.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Gráfico 4 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP



Unidade: %

Fonte: ARCTEL

Notas: Dados estimados para Guiné Equatorial para 2018. Para Timor Leste os valores de 2018 não devem ser comparados com os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

Tabela 16 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel nos países da CPLP

Taxa Penetração da BLM	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	1,4%	13,6%	12,4%	16,5%	14,6%	15,4%	19,9%
Brasil	1,8%	4,5%	10,6%	21,7%	33,6%	55,4%	79,2%	88,3%	89,1%	90,9%	88,5%
Cabo Verde	0,0%	0,0%	0,0%	3,1%	22,5%	41,5%	49,8%	58,9%	61,5%	71,0%	66,8%
Guiné-Bissau	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,8%	11,1%
Guiné Equatorial							12,5%	23,0%	30,1%	37,5%	51,8%
Moçambique	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	1,8%	1,7%	3,1%	20,9%	34,8%	26,4%	15,8%
Portugal	11,0%	20,5%	24,3%	27,7%	33,1%	37,4%	49,2%	53,4%	62,8%	69,1%	73,7%
São Tomé e Príncipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	7,4%	13,0%	18,9%	37,2%	35,5%	35,1%
Timor-Leste	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	35,5%	34,9%	34,6%	1,6%
Taxa média penetração BLM na CPLP	1,9%	4,4%	9,3%	18,1%	27,2%	45,5%	63,2%	72,2%	74,4%	74,8%	72,6%

Unidade: %

Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

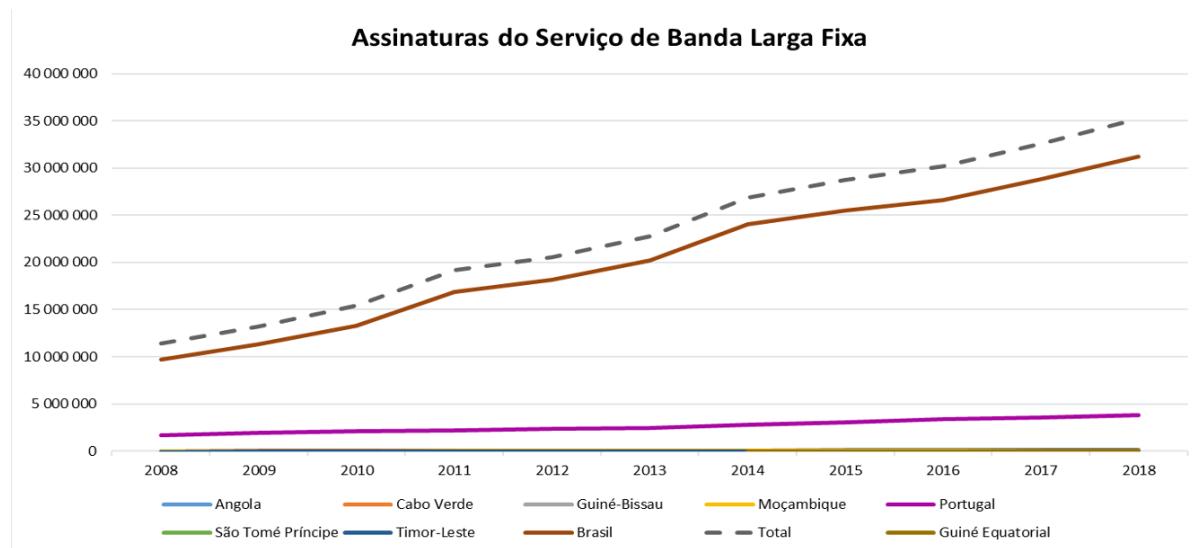
10.4 Serviço de Banda Larga Fixa

No final de 2018, o Serviço de Banda Larga Fixa (BLF), nos países da CPLP, apresentava cerca de 35,2 milhões de assinantes, correspondendo a uma taxa de penetração de cerca de 12,5%. Este serviço tem apresentado sempre, desde que existe recolha de dados acerca do mesmo, uma tendência crescente ao longo dos anos. Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento dos assinantes e da taxa de penetração em cerca de 7,9 por cento e de 0,9 pontos percentuais, respetivamente.

A contribuição marginal para a subida verificada na BLF ficou a dever-se em cerca de 89,8 por cento ao Brasil e em cerca de 8,2 por cento a Portugal.

É de referir que, em 2018, cerca de 88,6 por cento dos assinantes da BLF provinham do Brasil e cerca de 10,8 por cento de Portugal.

Gráfico 5 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP



Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

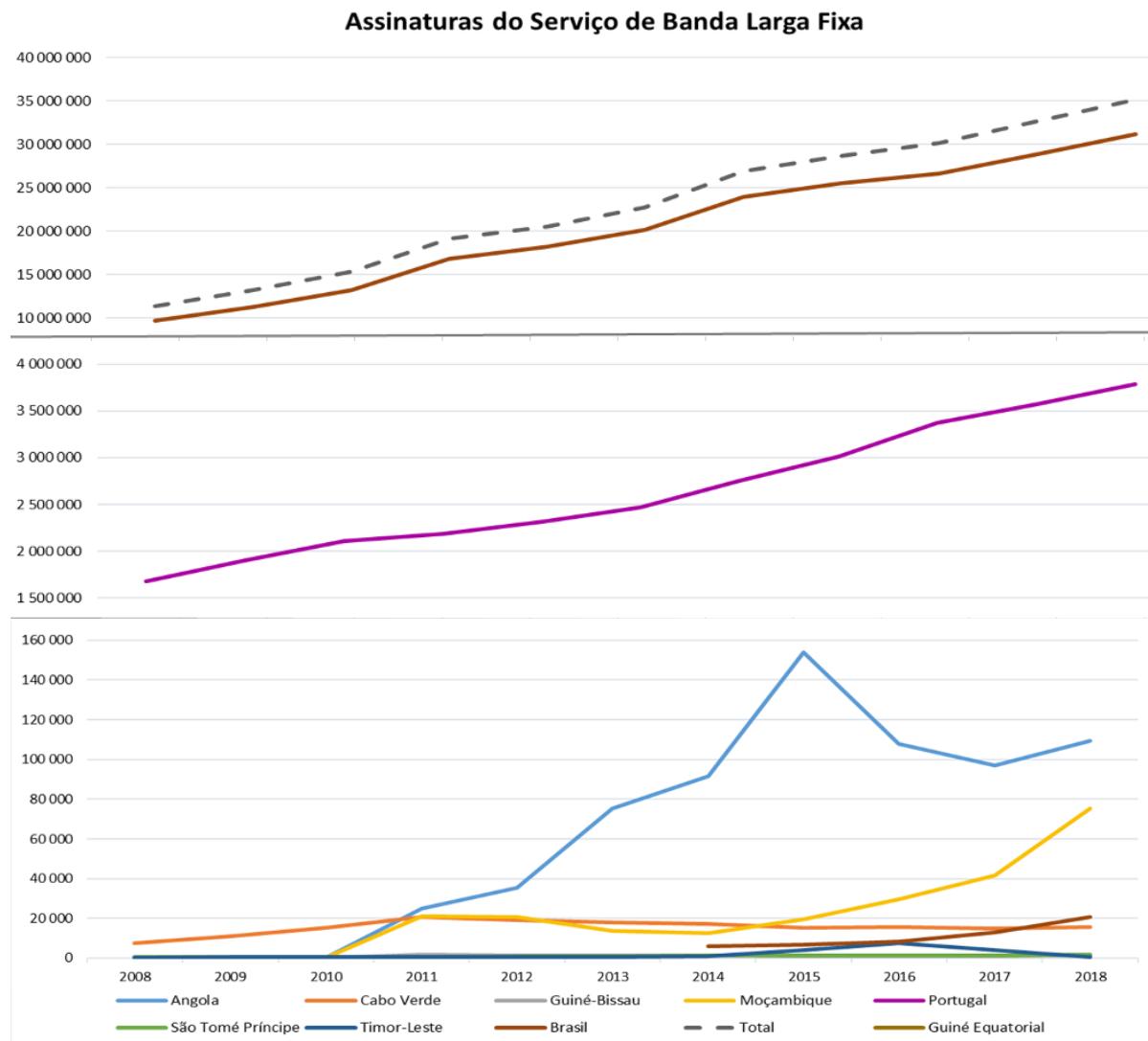
Notas: Dados estimados para Guiné Equatorial para 2018. Para Timor Leste os valores de 2018 não devem ser comparados com os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

Apresenta-se de seguida o gráfico abaixo, mas apenas para facilitar a visualização da evolução de todos os países da CPLP relativamente ao indicador em análise, salientando-se que a escala está ajustada por grupos de países.

Unidade: 1 assinante

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS



Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Tabela 17 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP

Assinantes de BLF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	n.d.	n.d.	n.d.	25 000	35 458	75 360	91 739	153 921	107 885	96 919	96 919
Brasil	9 679 974	11 295 531	13 266 310	16 884 127	18 186 476	20 190 871	24 000 000	25 500 000	26 626 860	28 859 817	28 859 817
Cabo Verde	7 380	10 972	15 103	20 501	19 103	18 147	17 176	15 188	15 541	14 993	14 993
Guiné-Bissau	n.d.	n.d.	n.d.	1 519	1 203	1 452	1 395	1 051	886	853	853
Guiné Equatorial							5 803	6 900	8 250	13 100	13 100
Moçambique	n.d.	n.d.	n.d.	21 204	20 484	13 524	12 483	19 421	29 555	41 414	41 414
Portugal	1 676 385	1 898 008	2 104 315	2 184 985	2 314 493	2 467 919	2 755 026	3 012 970	3 375 595	3 574 047	3 574 047
São Tomé Príncipe	344	443	565	707	900	1 051	1 198	1 314	1 425	1 479	1 479
Timor-Leste	71	471	500	550	600	700	800	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total	11 364 154	13 205 425	15 386 793	19 138 593	20 578 717	22 769 024	26 885 620	28 710 765	30 165 997	32 602 622	32 602 622

Unidade: 1 assinante

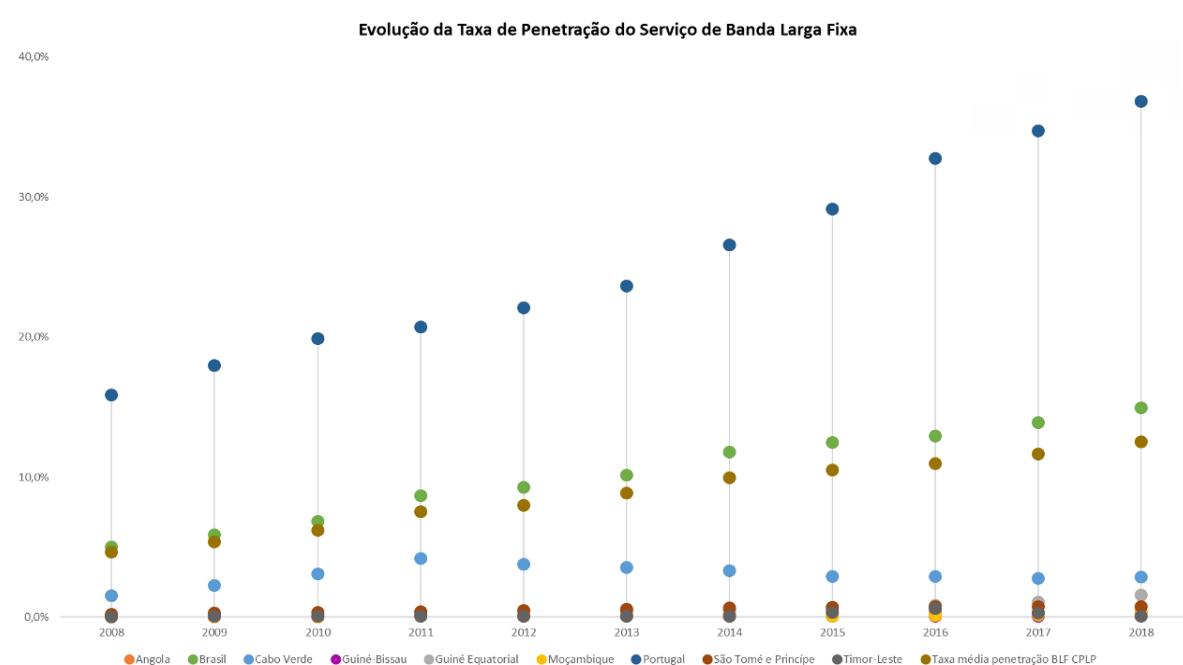
Fonte: ARCTEL

Notas: Dados estimados para Guiné Equatorial para 2018. Para Timor Leste os valores de 2018 não devem ser comparados com os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

A taxa de penetração da BLF global aumentou em 2018, em virtude do aumento verificado nas taxas de penetração de todos os países da CPLP.

É de referir que o país com maior taxa de penetração da BLF, em 2018, foi Portugal com um valor perto dos 36,8 por cento, seguido do Brasil com uma taxa de cerca de 15 por cento. Os restantes países da CPLP apresentaram valores abaixo dos 3 por cento.

Gráfico 6 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP



Unidade: %

Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Tabela 18 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Fixa nos países da CPLP

Taxa Penetração da BLF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	n.d.	n.d.	n.d.	0,1%	0,2%	0,4%	0,4%	0,6%	0,4%	0,3%	0,4%
Brasil	5,0%	5,9%	6,8%	8,7%	9,3%	10,2%	11,8%	12,5%	12,9%	13,9%	15,0%
Cabo Verde	1,5%	2,3%	3,1%	4,2%	3,8%	3,5%	3,3%	2,9%	2,9%	2,8%	2,9%
Guiné-Bissau	n.d.	n.d.	n.d.	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Guiné Equatorial	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,6%	0,7%	0,8%	1,1%	1,6%
Moçambique	n.d.	n.d.	n.d.	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%
Portugal	15,9%	18,0%	19,9%	20,7%	22,1%	23,7%	26,6%	29,1%	32,7%	34,7%	36,8%
São Tomé e Príncipe	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%
Timor-Leste	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,6%	0,3%	0,0%
Taxa média penetração BLF na CPLP	4,6%	5,4%	6,2%	7,5%	8,0%	8,8%	10,0%	10,5%	11,0%	11,6%	12,5%

Unidade: %

Fonte: ARCTEL

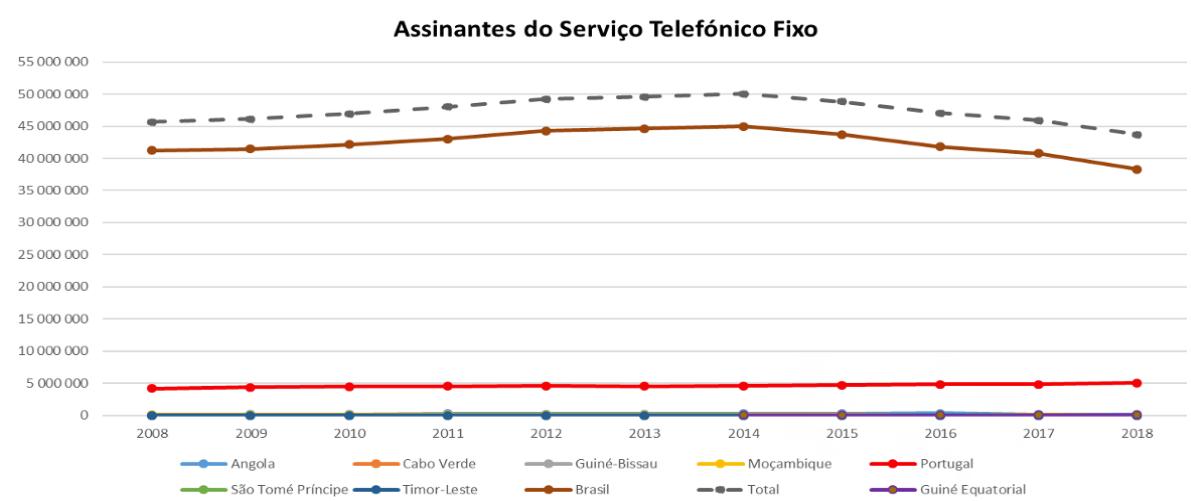
Notas: Dados estimados para Guiné Equatorial para 2018. Para Timor Leste os valores de 2018 não devem ser comparados com os apresentados para os anos anteriores uma vez que houve uma alteração no mecanismo de obtenção de dados por parte a ANC.

10.5 Serviço Telefónico Fixo

Nos países da CPLP, o Serviço Telefónico Fixo (STF) apresentava, no final de 2018, cerca de 44 milhões de assinantes, correspondendo a uma taxa de penetração de cerca de 15,6 por cento. Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma redução dos assinantes e da taxa de penetração em cerca de 4,8 por cento e de 0,8 pontos percentuais, respetivamente. Salienta-se que o Brasil contribuiu, em 2018, com cerca de 87,7 por cento e Portugal com cerca de 11,6 por cento de assinantes para o total de assinantes do STF nos países da CPLP.

É de referir que, apesar do número total de assinantes do STF ter diminuído, alguns países apresentaram um aumento neste indicador, como é o caso de Portugal, em virtude das ofertas em pacote, e de Angola.

Gráfico 7 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefónico Fixo nos países da CPLP



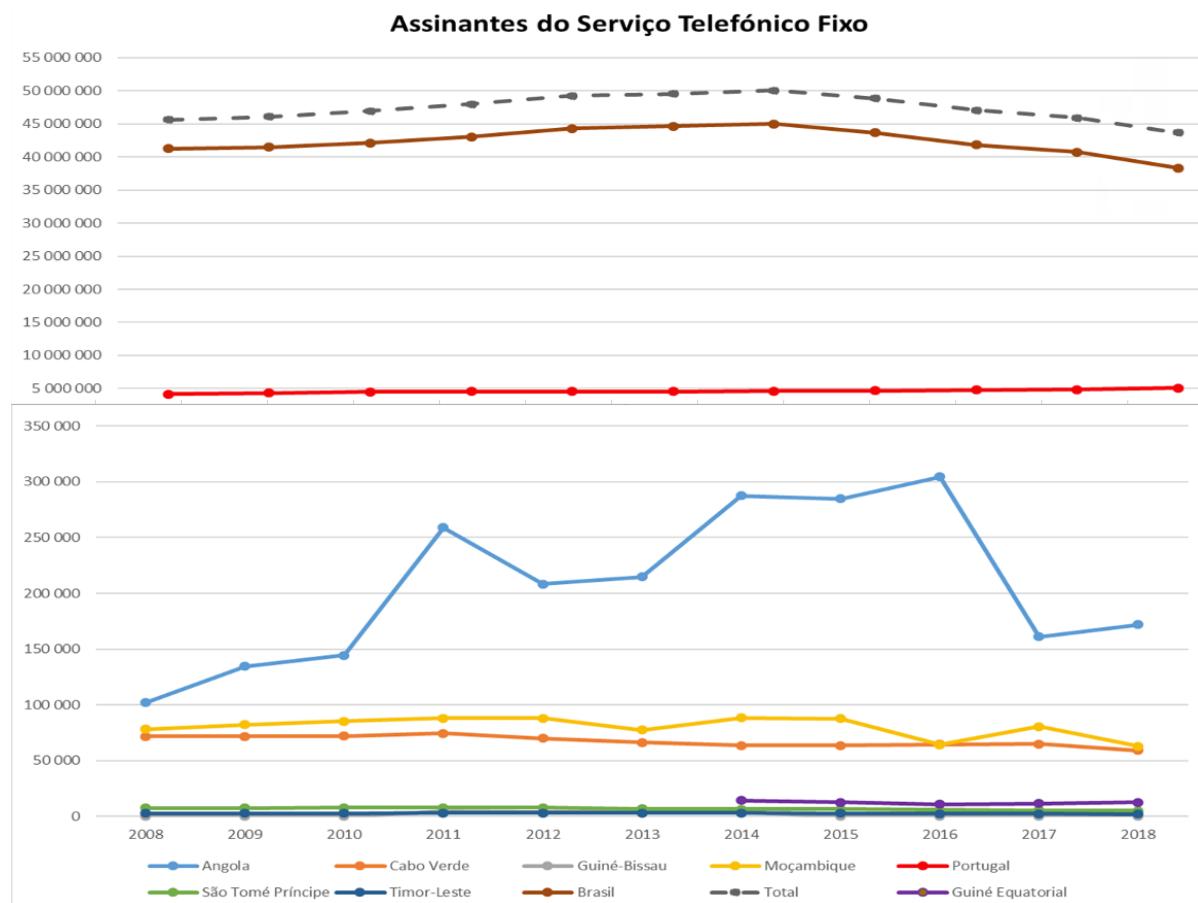
Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Apresenta-se de seguida o gráfico abaixo, mas apenas para facilitar a visualização da evolução de todos os países da CPLP relativamente ao indicador em análise, salientando-se que a escala está ajustada por grupos de países.



Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

Tabela 19 – Evolução dos Assinantes do Serviço Telefônico Fixo nos países da CPLP

Assinantes do STF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	102 151	134 678	144 443	259 065	208 345	214 950	287 416	284 925	304 493	161 070	171 858
Brasil	41 235 247	41 496 998	42 141 418	43 025 835	44 305 294	44 661 178	45 000 000	43 700 000	41 831 859	40 759 847	38 307 231
Cabo Verde	71 860	71 874	71 971	74 503	70 220	66 177	63 558	63 588	64 724	64 970	59 286
Guiné-Bissau	n.d.	n.d.	n.d.	5 000	3 860	3 860	3 860	0	0	0	0
Guiné Equatorial							14 500	12 700	10 873	11 763	12 726
Moçambique	78 324	82 447	85 284	88 120	88 140	77 568	88 369	87 753	64 445	80 545	62 990
Portugal	4 159 459	4 328 295	4 486 211	4 542 622	4 558 075	4 529 794	4 588 563	4 684 648	4 787 677	4 831 022	5 073 458
São Tomé e Príncipe	7 643	7 694	7 804	7 960	8 035	6 976	6 695	6 441	5 733	5 569	5 299
Timor-Leste	2 641	2 907	2 907	3 054	3 000	3 000	3 000	2 750	2 545	2 381	2 206
Total	45 657 325	46 124 893	46 940 038	48 006 159	49 244 969	49 563 503	50 055 961	48 842 805	47 072 349	45 917 167	43 695 054

Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

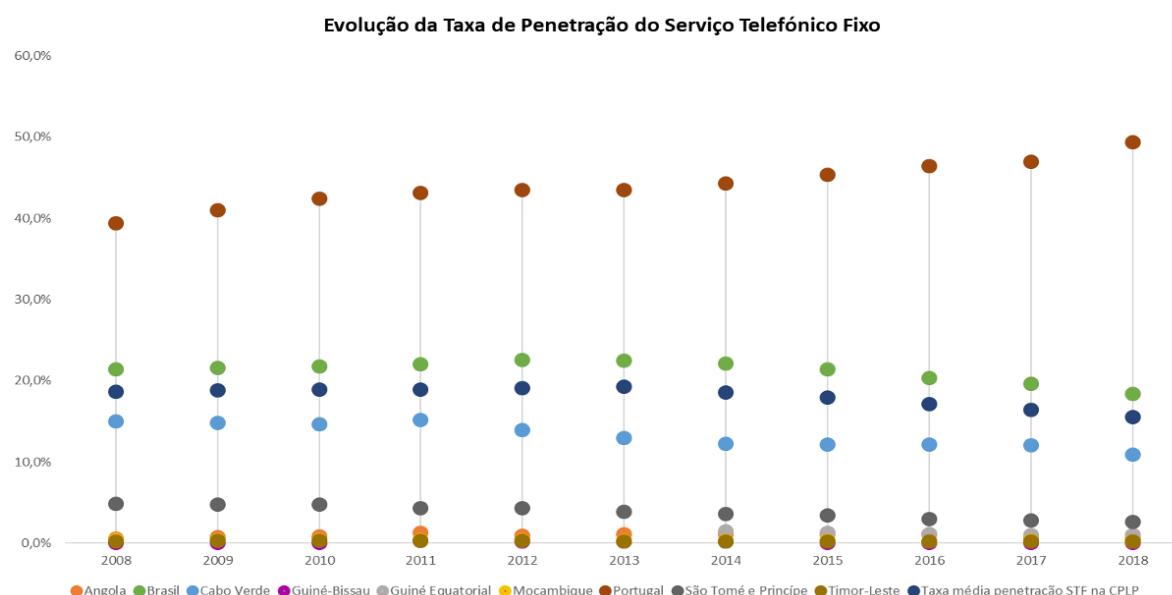
Notas: Dados não disponíveis para Guiné-Bissau para 2008, 2009 e 2010. Valores estimados para Guiné Equatorial para 2018.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

A taxa de penetração do STF tem vindo a diminuir desde 2014 nos países da CPLP, com exceção de Portugal, no qual tem vindo a aumentar como resultado da implementação das ofertas em pacote, nas quais o STF é, geralmente, gratuito. É de referir que o país com maior taxa de penetração do STF, em 2018, foi Portugal com um valor perto dos 49,4 por cento, seguido do Brasil com uma taxa de cerca de 18,4 por cento. É ainda de salientar que, o Brasil devido à sua dimensão condiciona, por si só, os resultados agregados dos países da CPLP.

Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo nos países da CPLP



Unidade: %

Fonte: ARCTEL

Nota: Dados não disponíveis para Guiné-Bissau para 2008, 2009 e 2010.

Tabela 20 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo nos países da CPLP

Taxa Penetração do STF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	0,6%	0,8%	0,8%	1,3%	0,9%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	0,6%	0,6%
Brasil	21,4%	21,6%	21,7%	22,1%	22,5%	22,5%	22,1%	21,4%	20,3%	19,6%	18,4%
Cabo Verde	15,0%	14,8%	14,6%	15,2%	13,9%	12,9%	12,3%	12,1%	12,2%	12,1%	10,9%
Guiné-Bissau	n.d.	n.d.	n.d.	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Guiné Equatorial							1,4%	1,3%	1,1%	1,0%	1,0%
Moçambique	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,2%
Portugal	39,4%	40,9%	42,4%	43,1%	43,5%	43,4%	44,2%	45,3%	46,4%	46,9%	49,4%
São Tomé e Príncipe	4,8%	4,8%	4,8%	4,3%	4,3%	3,8%	3,6%	3,4%	3,0%	2,8%	2,6%
Timor-Leste	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Taxa média penetração STF na CPLP	18,6%	18,8%	18,9%	18,9%	19,1%	19,2%	18,5%	17,9%	17,1%	16,4%	15,6%

Unidade: %

Fonte: ARCTEL

Nota: Dados não disponíveis para Guiné-Bissau para 2008, 2009 e 2010. Valores estimados para Guiné Equatorial para 2018.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

10.6 Serviço de Televisão por Assinatura

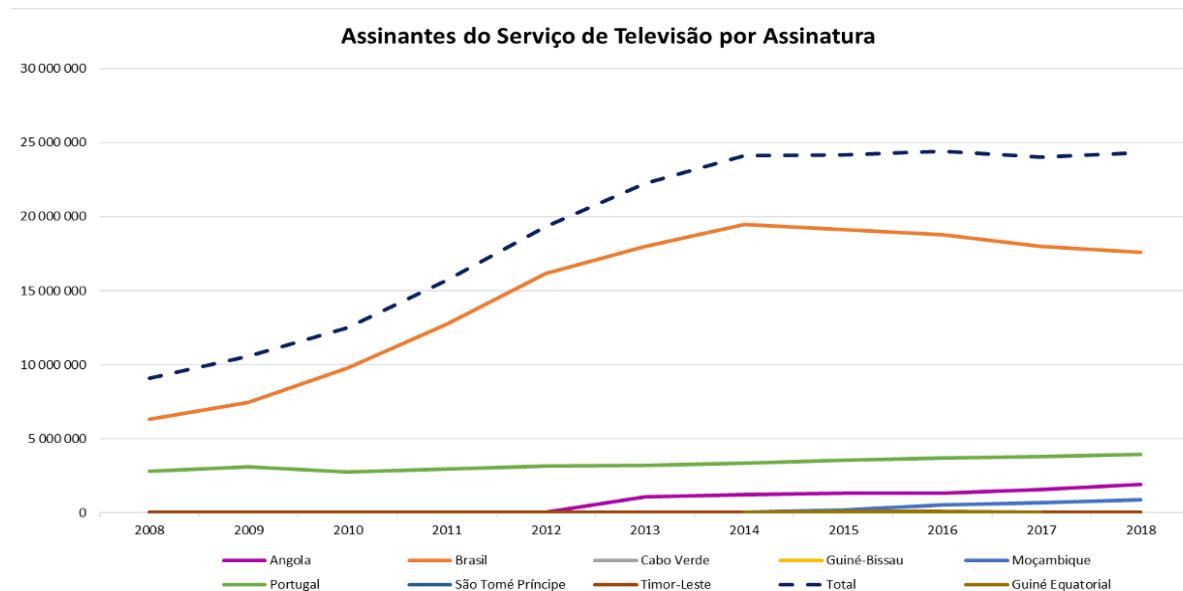
No que diz respeito ao Serviço de Televisão por Assinatura (STVA), e no caso da ARCTEL, foram recolhidos indicadores em termos de assinaturas por tipo de tecnologia. A TV por satélite apresenta uma maior preponderância relativamente às restantes tecnologias.

Para todos os países, para os quais foram reportados dados, a TV por satélite tinha, em 2018, maior preponderância do que a TV oferecida com recurso a outras tecnologias, com exceção de Portugal em que estas últimas representavam cerca de 87,3 por cento das assinaturas.

Nos países da CPLP, o STVA apresentava, no final de 2018, cerca de 24,3 milhões de assinantes, correspondendo a uma taxa de penetração de cerca de 8,7 por cento. Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento dos assinantes de cerca de 1,2 por cento, sendo que a taxa de penetração registou um acréscimo de cerca de 0,1 pontos percentuais.

É de referir que, em 2018, cerca de 72,4 por cento dos assinantes do STVA provinham do Brasil e cerca de 16,2 por cento de Portugal.

Gráfico 9 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Televisão por Assinatura nos países da CPLP



Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Tabela 21 – Evolução dos Assinantes do Serviço de Televisão por Assinatura nos países da CPLP

Assinantes do STVA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	0	0	0	0	0	1 062 897	1 223 221	1 300 252	1 327 127	1 537 343	1 928 237
Brasil	6 298 788	7 449 156	9 768 449	12 743 499	16 185 362	17 997 861	19 480 000	19 110 000	18 802 511	18 000 354	17 603 530
Cabo Verde	7 506	8 086	8 543	9 208	9 365	11 282	11 283	11 457	10 803	10 085	9 829
Guiné-Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guiné Equatorial							43 710	66 619	77 725	15 500	15 500
Moçambique	0	0	0	13 571	0	0	0	176 582	516 336	678 959	841 582
Portugal	2 798 561	3 100 940	2 732 971	2 936 738	3 122 649	3 179 669	3 352 079	3 527 643	3 673 135	3 792 292	3 931 919
São Tomé Príncipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Timor-Leste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	9 104 855	10 558 182	12 509 963	15 703 016	19 317 376	22 251 709	24 110 293	24 192 553	24 407 637	24 034 533	24 330 597

Unidade: 1 assinante

Fonte: ARCTEL

Notas: Dados não disponíveis para Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, para 2017. Em relação à Guiné Equatorial, manteve-se para 2018 o valor apresentado em 2017, com o intuito de não enviesar a análise, uma vez que este país não enviou dados.

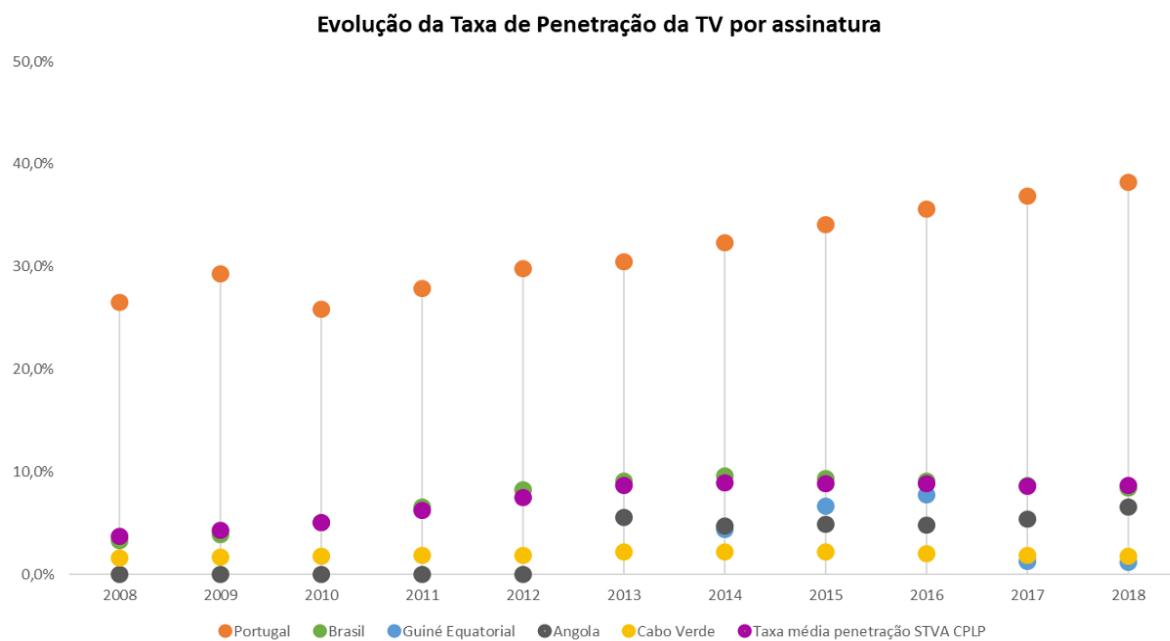
A taxa média de penetração do STVA aumentou em 2018, em virtude do aumento verificado nas taxas de penetração de Portugal, Angola e Moçambique.

É de referir que o país com maior taxa de penetração do STVA, em 2018, foi Portugal com um valor perto dos 38,3 por cento, seguido do Brasil com uma taxa de cerca de 8,4 por cento e de Angola com 6,6 por cento. Os restantes países da CPLP apresentaram valores abaixo dos 4 por cento.

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Gráfico 10 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Assinatura nos países da CPLP



Unidade: %

Fonte: ARCTEL

I. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

10. ANÁLISE AGREGADA DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

Tabela 22 – Evolução da Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Assinatura nos países da CPLP

Taxa de Penetração do STVA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,5%	4,7%	4,9%	4,8%	5,4%	6,6%
Brasil	3,3%	3,9%	5,0%	6,5%	8,2%	9,1%	9,6%	9,3%	9,1%	8,7%	8,4%
Cabo Verde	1,6%	1,7%	1,7%	1,9%	1,9%	2,2%	2,2%	2,2%	2,0%	1,9%	1,8%
Guiné-Bissau	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Guiné Equatorial						4,4%	6,7%	7,8%	1,3%	1,2%	
Moçambique	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	1,9%	2,4%	3,0%
Portugal	26,5%	29,3%	25,8%	27,9%	29,8%	30,5%	32,3%	34,1%	35,6%	36,9%	38,3%
São Tomé Príncipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Timor-Leste	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Taxa média penetração STVA	3,7%	4,3%	5,0%	6,2%	7,5%	8,6%	8,9%	8,9%	8,9%	8,6%	8,7%

Unidade: %

Fonte: ARCTEL

Notas: Dados não disponíveis para Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, para 2017. Em relação à Guiné Equatorial, manteve-se para 2018 o valor apresentado em 2017, com o intuito de não enviesar a análise, uma vez que este país não enviou dados.

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

ANGOLA

Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas (dados de 2016)

Operadoras de serviço telefónico fixo

- ANGOLA TELECOM
- STARTEL
- ITELnet
- MS TELECOM
- ANGOLA CABLES

Operadoras de serviço telefónico móvel

- MOVICEL
- UNITEL

Principais operadores de Internet

- NET ONE
- MULTITEL
- ACS
- ITA
- ITELNET

Operadores de Televisão

- MULTICHOISE/ DSTV
- ZAP
- TV CABO
- UAU TV

Operadores de Serviço Postal (dados de 2016)

- EMPRESA NACIONAL DE CORREIOS E TELEGRAFOS DE ANGOLA
- DHL
- SKYNET
- RANGEL
- PARCEL EXPRESS
- EXPRESSO CARGOS TRANSITÁRIOS
- GETMA
- CORREIO EXPRESSO

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

BRASIL

Empresas em Atividade no Sector das Telecomunicações

Operadoras de serviço telefônico fixo (Concessionárias)

- CTBC Telecom
- Embratel
- Oi
- Sercomtel
- Telesp (TELEFÔNICA)

Para lista completa de empresas autorizadas, favor consultar: <http://www.ANATEL.gov.br/>
Portal/exibirPortalInternet.do
<http://www.anatel.gov.br/setorregulado/relacao-de-autorizados>

Operadoras de serviço telefônico móvel

- Claro
- Vivo
- Sercomtel Celular
- TIM
- Oi
- Telemig Celular / Amazônia celular
- CTBC Telecom

Principais operadores de Internet

- América Móvil
- CTBC Telecom
- GVT Telecom
- Embratel
- NET
- Oi
- Telefônica/Vivo

Para lista completa de empresas autorizadas, favor consultar:
<http://sistemas.ANATEL.gov.br/stel/consultas/ListaPrestadorasServico/tela.asp?pNumServiço=045>

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

CABO VERDE

Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo (incluindo o serviço de telefonia fixa via IP)

- CVTelecom - Cabo Verde Telecom – www.cvtelecom.cv
- CVMultimédia www.zap.cvmultimedia.cv
- Unitel T

Operadoras de serviço telefónico móvel

- CVMóvel – Operadora de serviço móvel 2G e 3G. <http://www.cvmovel.cv>
- Unitel T+, Telecomunicações - Operadora de serviço móvel 2G e 3G. <http://www.tmais.cv>

Principais operadores de Internet

- CABOCOM, Sede na Cidade de Santa Maria - Prestação de serviço de internet sem fios utilizando uma rede Wi-Fi. Opera apenas na ilha do Sal.
- CVMultimédia, sede na Cidade da Praia – Prestadora Nacional de serviço de internet através de ADSL www.zap.cvmultimedia.cv
- CVMovel, sede na cidade da Praia – Prestadora de Serviço de Internet de Banda Larga Móvel. <http://www.cvmovel.cv>
- Unitel T+, Telecomunicações SA, sede na cidade da Praia- Prestadora de Serviço de Internet de Banda Larga Móvel. <http://www.uniteltMais.cv>

Prestadores de TV por assinatura

- CVMultimédia, sede na Cidade da Praia – Prestadora Nacional de serviço de IPTV através de ADSL. www.cvmultimedia.cv
- Boom Multimédia, sede na cidade da Praia - Prestadora Nacional de serviço de TV por assinatura utilizando a norma DVB-T e DVB-T2.
- SGPM Comunicações SA, sede na cidade da Praia - Prestadora Nacional de serviço de TV por assinatura utilizando a norma DVB-T.

Empresas em Atividade no Setor Postal

- Correios de Cabo Verde SARL – Sede na cidade da Praia, com balcões em todos os concelhos. É a concessionária da rede postal pública e Prestador de serviço universal. <http://www.correios.cv/>
- Praia Express, Lda. – Sede na Cidade da Praia, representante da UPS em Cabo Verde. <https://www.facebook.com/pages/PRAIA-Express-Ups/701992376493866>
- DHL Cabo Verde – Sede na Cidade da Praia http://www.dhl.com/en/cv/country_profile.html
- Rangel Logística Cabo Verde, Lda. – Sede na Cidade da Praia, representante da FEDEX e da TNT em Cabo Verde. <http://www.rangel.com/gca/?id=102>

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

GUINÉ-BISSAU

Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

Guiné Telecom - Contrato de concessão de 2004, de exploração da rede básica de telecomunicações até 2014; exclusividade de prestação de serviço telefónico até 2011.

Operadoras de serviço telefónico móvel

As licenças para operação de redes e de prestação de serviço – SMCT-GSM foram atribuídas no âmbito de concursos públicos internacionais. O período de vigência da licença é de 10 anos.

- Empresas licenciadas Ano de licenciamento

ORANGE Bissau SA	(janeiro 2007)
Guinétel SA/GTM	(dezembro 2003)
SPACETEL Guiné-Bissau (MTN)	(junho 2004)

Principais operadores de Internet

- ORANGE Bissau (Internet Móvel: GPRS/EDGE e Internet Fixo: Wimax)
- Spacetel Guiné-Bissau/MTN (Internet Móvel: PRS/EDGE)
- Net sem fios (Serviço fixo por satélite)

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

MOÇAMBIQUE

Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

- TMCEL

Operadoras de serviço telefónico móvel

- VM – Vodacom Moçambique
- Movitel

Principais operadores de Internet

- TDM - Telecomunicações de Moçambique
- Vodacom Moçambique
- INTRA Lda.
- mcel – Moçambique Celular
- TvCabo
- Teledata

Empresas em Atividade no Sector Postal

- Aservice-Afandy Ranchordás & Serviços
- CAT'S
- Correios de Moçambique, E.P.
- Correio Expresso de Moçambique, SA
- DHL Moçambique
- EDMA, LDA.
- EXPRESSO Carga e Serviços, LDA
- FLY & Service Express LDA
- GLOBAL COURIER LDA
- Global Visa Protocolos, Lda
- J.J.L. AT. SERVICE, LIMITADA
- JOHEL Transexpress, LDA.
- MOZAMBIQUE Courier Service
- NEMADA EXPRESS LDA.
- O Karteiro
- PANTHERA Expresso, Lda.
- PANTHERA Azul LDA.
- Portador Diário
- ROGERS IDS Correio Internacional, Lda.
- SACON, LDA.
- SAM-Consultant & Services
- SEREPREL, LDA.
- SKYNET
- Sneá-Serviços e Correctores Lda.
- SPACE COURIER, LDA.

- SUPASWIFT Mozambique Lda.
- TUVA Express
- VUNA EXPRESS Lda
- YAUWALE Investimentos

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

PORtugal

(Conforme Diretório de Empresas no Setor das Comunicações 2018, disponível em https://www.anacom.pt/streaming/DiretorioComunicacoes2018.pdf?contentId=1460322&field=ATTACHED_FILE) – publicado no 2.º semestre de 2017, informação reportada a 30 de junho de 2018.

Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas

- 3GNTW – Tecnologias de Informação, Lda.
- AFR-IX Telecom, S.L.
- ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.
- AR Telecom – Acessos e Redes de Telecomunicações, S.A.
- Associação de Moradores do Litoral de Almancil
- Associação Porto Digital
- AT&T – Serviços de Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Atena T, S.A.
- Belgacom International Carrier Services (Portugal), S.A.
- Bloomberg Finance L.P.
- Bloomberg L.P.
- BLU, S.A.
- Broadband Portugal BBP, Unipessoal, Lda
- BT PORTUGAL – Telecomunicações, Unipessoal, Lda.
- CenturyLink Communications España S.A.
- Claranet Portugal – Telecomunicações, S.A.
- Código Tropical Unipessoal, Lda
- Cogent Communications Portugal, LDA.
- COLT Technology Services, Unipessoal, Lda.
- Companhia I.B.M. Portuguesa S.A.
- COMSAT – Serviços de Satélite, Lda.
- CTT – Correios de Portugal, S.A.
- Cyclop Net – Informática e Telecomunicações, Lda.
- Derivadas e Segmentos, S.A.
- DETECTOR PORTUGAL – Serviços de Segurança Privada, Unipessoal, Lda.

- Dialoga – Servicios Interactivos, S.A.
- DIDWW Ireland Limited
- Dstecom Alentejo e Algarve, S.A.
- Dstecom Norte, S.A.
- Dstecom, S.A.
- EchoStar Mobile Limited
- EMACOM – Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.
- Equinix (Portugal) Data Centers, S.A.
- FIBROGAL – Comunicações Electrónicas, S.A.
- First Rule, S.A.
- Fleximédia – Serviços e Meios de Informação e Comunicação, Lda.
- Fractalia Remote Systems Portugal, Unipessoal, Lda.
- G9 Telecom, S.A.
- Go4mobility – Tecnologia e Serviços para a Mobilidade, Lda.
- Gotelecom – Unipessoal, Lda.
- Greenmill, Lda.
- Heartphone – Comércio de Telecomunicações, Lda.
- Hoist Group Portugal, S.A.
- Indra – Sistemas Portugal, S.A.
- Infraestruturas de Portugal, S.A.
- Inmarsat Global Limited
- Inmarsat Ventures Limited
- IP Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A.
- IPS – International Prepay Solution AG
- IPTV TELECOM – Telecomunicações, S.A.
- Iridium Italia SRL
- Itonic Portugal, S.A.
- IV Response Limited
- Lazer Telecomunicações, Unipessoal, Lda.
- Let's Call – Comunicações, Lda.
- LIVIN – Consultoria e Serviços, Lda.
- Lycamobile Limited
- Lycamobile Portugal, Lda.
- MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.
- Minhocom, Gestão de Infra-estruturas de Telecomunicações, EIM
- Mog Technologies, S.A.

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

- Moneycall – Serviços de Telecomunicações, Lda.
- Nacacomunik – Serviços de Telecomunicações, Lda.
- Narrownet, S.A.
- Nextweb – Prestação de Serviços na Área da Internet, Lda.
- NFON Iberia SL
- Nomosphere, Société par actinos simplifiée
- NOS Açores Comunicações, S.A.
- NOS Comunicações, S.A.
- NOS Madeira Comunicações, S.A.
- NOWO Communications, S.A.
- OnAir N.V.
- ONITELECOM – Infocomunicações, S.A.
- Orange Business Portugal, S.A.
- Otnetvtel – Unipessoal, Lda.
- Pinkhair – Unipessoal, Lda.
- Rentelecom – Comunicações, S.A.
- Repart – Sistemas de Comunicação de Recursos Partilhados, S.A.
- Satélite da Sabedoria – Serviços de Internet, Unipessoal Lda.
- SemCabo – Soluções em Redes Informáticas, Lda.
- SITA OnAir N.V.
- Skylogic, SpA
- Sousa Pinheiro Telecomunicações, Lda.
- STV – Sociedade de Telecomunicações do Vale do Sousa, S.A.
- TATA Communications (Portugal) – Instalação e Manutenção de Redes, Lda.
- Telefónica International Wholesale Services II, S.L. Unipessoal, Sucursal em Portugal
- Thomson Reuters (Markets) Europe, S.A. – Sucursal em Portugal
- Transview – Redes e Serviços de Comunicações Electrónicas, Lda.
- T-Mobile HotSpot GmbH
- T-Systems ITC Iberia, S.A., S.A. (Sociedade Unipersonal) – Sucursal em Portugal
- Vectone Mobile (Portugal) Limited
- Verizon Portugal – Sociedade Unipessoal, Lda.
- Viasat, Inc.
- Vivanet – Distribuição de Produtos Electrónicos, Lda.
- Vodafone Enterprise Spain, S.L. – Sucursal em Portugal
- Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A.
- VOIP-IT, Unipessoal, Lda
- Voipunify Telecom, Lda.
- Voxbone, S.A.

Empresas em Atividade no Setor Postal

- A Sua Pressa – Recolha, Entrega e Distribuição de Mercadorias, Unipessoal, Lda.
- Activos 24 – Distribuição, Eventos e Logística, Unipessoal, Lda.
- Alfa Lisbon – Gestão de Processos de Expedição, Lda.
- Alfaloc – Transportes, Lda.
- Alfaprata – Gestão de Soluções Integradas de Transporte, Lda.
- Alfario - Gestão de Soluções Integradas de Transporte, Lda.
- António Moreira, Unipessoal, Lda.
- Atlanticourier – Transporte e Entrega de Documentos Unipessoal, Lda.
- Augusto José Concha Encarnado, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Best Direct, Lda
- Bluwalk, Lda.
- Bónus Coordenadas, Lda.
- Byalyk Service, Unipessoal, Lda.
- Chronopost Portugal – Transporte Expresso Internacional, S.A.
- Códigos Cruzados, Lda.
- Consigo pelo Mundo - Transporte e Entrega de Documentos, Unipessoal, Lda.
- Corrida Desenfreada Unipessoal, Lda.
- CTT – Correios de Portugal, S.A.
- CTT Contacto, S.A.
- CTT EXPRESSO – Serviços Postais e Logística, S.A.

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

- Dachser Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda.
 - Damião de Brito – Transportes, Unipessoal, Lda.
 - DHL Express Portugal, Lda.
 - Easy Post, Unipessoal, Lda
 - Entreguru, Unipessoal, Lda.
 - Etapaexpress, Lda.
 - Exigentexpress – Transportes, Unipessoal Lda.
 - Expressodão – Transporte de Mercadorias, Lda.
 - Federal Express Corporation – Sucursal em Portugal
 - FOZPOST – Entrega e Recolha de Encomendas, Lda.
 - General Logistics Systems Portugal, Lda.
 - Gigantexpress Unipessoal, Lda.
 - Greapost, Lda.
 - Ibercourier – Serviço de Transporte Urgente, Unipessoal, Lda.
 - Iberomail – Correio Internacional, Lda.
 - Imexco Unipessoal, Lda.
 - Jáestá – Tráfego e Serviços Logísticos, Lda.
 - José Manuel Araújo Silva – Serviço de Transporte Urgente, Lda.
 - Lisespo – Transportes, Lda.
 - Mensageláxia, Lda.
 - Mix Express – Transportes Urgentes, Lda.
 - Normaprazo – Transporte Unipessoal, Lda.
 - Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda.
 - Obik Express – Serviço de Transportes, Unipessoal, Lda.
 - Openmail, Lda.
 - Overspeed – Transportes de Correio Expresso, Unipessoal, Lda.
 - P. P. Expresso – Transportes de Mercadorias, Lda.
 - Papel Regular – Distribuição de Publicidade, Lda.
 - Papiro, S.A.
 - Pedro Cambeiro Unipessoal, Lda.
 - Polientrega, Lda.
 - Porta Notícias, Lda.
 - Portomail – Transporte de Documentos e Encomendas, Lda.
 - Premium Green Mail, Unipessoal, Lda.
 - Princeps – Comércio por Grosso, Lda.
 - Ranexpress – Transportes Rodoviários de Mercadorias, Lda.
 - Rangel Expresso II, S.A.
 - Rangel Expresso, S.A.
 - S.D.I.M. – Sociedade de Distribuição de Imprensa da Madeira, Lda.
 - Servinasa – Limpezas e Serviços, Lda.
 - Sobreexpress, Lda.
 - Sopostal, Lda.
 - TCI – Transporte Courier International, Lda.
 - TNT Express Worldwide (Portugal)
- Transitários, Transportes e Serviços Complementares, S.A.
- Tráfego de Letras, Lda.
 - Transporta – Transportes Porta a Porta, S.A.
 - Transportes António Garcia & César, Lda.
 - UPS of Portugal – Transportes Internacionais de Mercadorias, Sociedade Unipessoal, Lda.
 - Urbanos – Distribuição Expresso, Lda.
 - Urbencomenda – Transportes Unipessoal, Lda.
 - Urbexpress – Transportes Expresso, Lda.
 - Variantactiva, Lda.
 - Vasp Premium – Entrega Personalizada de Publicações, Lda.
 - Vasta Seleção – Comércio e Serviços, Lda.
 - Velozeficácia, Unipessoal, Lda.
 - Vip Box, Unipessoal, Lda
 - Volumes ao Cubo Courier, Lda.

II. ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

- CST - Companhia Santomense de Telecomunicações

Operadoras de serviço telefónico móvel

- CST – Companhia Santomense de Telecomunicações
- UNITEL- STP

Principais operadores de Internet

- CST – Companhia Santomense de Telecomunicações
- UNITEL- STP

TIMOR LESTE

Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

- TIMOR TELECOM (TT)

Operadoras de serviço telefónico móvel

- TIMOR TELECOM (TT)
- TELEMOR, Viettel Timor-Leste Unipessoal Lda
- TELIN, PT TELEKOMUNIKASI Indonesia International

Principais operadores de Internet

- TIMOR TELECOM
- TELEMOR, Viettel Timor-Leste Unipessoal Lda
- TELIN, PT TELEKOMUNIKASI Indonesia International

II. ANEXOS

ANEXO 2 - FONTES UTILIZADAS NA RECOLHA DOS DADOS APRESENTADOS

• **AGER**, disponível em <http://www.ager-stp.org/>

• **ANATEL**, Relatório Anual da Anatel – 2018, disponível em http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php?option=com_content&view=article&id=119&Itemid=340

• **ARME**, disponível <https://www.arme.cv/>

• **ANC**, disponível em <http://anc.tl/>

• **ARCTEL-CPLP**, disponível em www.arctel-cplp.org

• **ARN**, disponível em <http://arn.gw/>

• **ANACOM**, Relatório de Regulação, Supervisão e Outras Atividades 2018, disponível em https://www.anacom.pt/streaming/RR2018v23122019.pdf?contentId=1479503&field=ATTACHED_FILE

• **INACOM**, disponível em <http://www.inacom.gov.ao>

• **INCM**, Relatório de Regulação das Comunicações 2018, disponível em <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/postal-2/200-relatorio-de-regulacao-das-comunicacoes-2019>

• **ORTEL**, *Oficina Reguladora de las Telecomunicaciones*, disponível em: <http://www.ortelge.org>

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

3G small, big screen	Serviço comercial de terceira geração móvel em Cabo Verde, lançado em duas opções, telemóvel e <i>tablet/computador</i>
4G (2G, 3G)	<p>Quarta Geração (ou em inglês, <i>Fourth Generation</i>) de telefonia móvel baseada em IP (comutação de pacotes) também denominada pela tecnologia que utiliza, LTE/<i>Long Term Evolution</i>.</p> <p>A chegada da segunda geração de telefonia móvel, por volta de 1990, vulgarmente designada <u>2G</u>, caracterizou-se pela mudança de protocolos, de analógico para digital, permitiu para além da telefonia de voz, o envio de mensagens; foi desenvolvida na Europa e pelo seu nome original <i>Groupe Spécial Mobile</i>, ficou conhecida como GSM - depois adotado como <i>Global System for Mobile Communications</i>: apresentava duas variedades principais, o <i>General Packet Radio Service</i> (GPRS, com velocidades teóricas até cerca de 115 kbps, pouco adequada para aceder a e-mails, e facilmente identificado no ecrã do telemóvel por mostrar um pequeno "G"); e, o <i>Enhanced Data Rates for GSM Evolution</i> (EDGE, três vezes mais rápido que o GPRS, com velocidades teóricas até cerca de 384 kbps, ocasionalmente designado 2.75 G, com o símbolo "E" no ecrã do telemóvel).</p> <p>O UMTS (<i>Universal Mobile Telecommunications System</i>) é a terceira geração (3G) de redes de dados de telefonia móvel celular, melhorado entre 2004 e 2007 permitindo maior tráfego de dados, quer utilizando o esquema de acesso rádio CDMA/Code-Division Multiple Access ou o WDCDMA/Wideband Code Division Multiple Access; apresentam o símbolo "3G" no ecrã do telemóvel, embora os nomes comerciais variem de 3.5 G e 3.75 G, estes últimos tendo o <i>High-Speed Downlink Packet Access</i> (HSDPA) como modelo de encriptação, que permite maior tráfego de dados.</p> <p>O LTE (<i>Long Term Evolution</i>), consiste numa grande atualização das redes 3G existentes e permite velocidades teóricas até 300 Mbps. O protocolo LTE baseia-se nos fundamentos de GSM/EDGE e UMTS/HSPA, este último com o símbolo "4G" no ecrã do telemóvel.</p>
5G	<p>Quinta geração da tecnologia de rede móvel, com que se prevê cenários de utilização como o espectro para Internet das coisas (ou mais corretamente dos sensores) /<i>machine-to-machine</i> (M2M, comunicações massivas máquina-a-máquina), potencia a integração de satélites no ecossistema, a extensão de <i>Intelligent Transport Systems</i>, o espectro para drones, etc., em resumo, um conjunto alargado de aplicações futuras em diferentes sectores, tais como educação, saúde, agricultura, indústria, energia, automóvel e lazer.</p> <p>As gerações anteriormente implementadas (2G, 3G e 4G), continuarão a poder ser utilizadas, em cenários de utilização de banda larga móvel melhorada, embora o 5G não corresponda a uma evolução incremental dos sistemas anteriores.</p> <p>A banda larga móvel melhorada (eMBB), a Internet das Coisas Massiva (MIoT), a realidade aumentada, as aplicações para indústria e cidades inteligentes ou a tele saúde, a banda larga sem fio, a disponibilização de conectividade permanente e de elevada fiabilidade, suportada em redes, poderá causar descontinuidades/contornos disruptivos no mercado, por caírem fora do âmbito das aplicações atualmente</p>

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

conhecidas para o tradicional serviço móvel. Por outro lado, as subjacentes técnicas de “*network slicing*” propiciam uma flexibilidade acrescida garantindo desempenhos direcionados a necessidades específicas, e tornando mais eficientes os investimentos em redes, bem como potenciando o surgimento de novos negócios. Ainda, os valores de latência – demora entre uma instrução dada e a sua execução, que no 4G se situa em cerca de 50 milisegundos (ms), prevendo-se para o 5G que chegue a menos de 5ms em 3 anos e menos de 1ms em 4 anos (por comparação, o cérebro humano leva cerca de 10ms para processar uma imagem), serão muito reduzidos permitindo velocidades muito elevadas e comunicações massivas.

ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Line é um formato de DSL, uma tecnologia de comunicação de dados que permite uma transmissão através de linhas de telefone, mais rápida do que um modem convencional pode oferecer.
AGER	Autoridade Geral de Regulação (São Tomé e Príncipe)
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações (Portugal)
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações (Brasil)
ANC	Autoridade Nacional de Comunicações (Timor Leste)
ARCTEL-CPLP	Associação de Reguladores das Comunicações e Telecomunicações – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ARECOM	Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique
ARME	Agência de Regulação Multissetorial da Economia (Cabo Verde)
ARN	Autoridade Reguladora Nacional
ARN/TIC	Autoridade Reguladora Nacional das TIC (Guiné-Bissau)
BEREC	<i>Body of European Regulators of Electronic Communications</i> ou em português ORECE/Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas
<i>blockchain</i>	Conjunto de dados ou registos denominados blocos (blocks), encadeados (chain) por criptografia, a que fica associada o momento e o tipo de transação efetuada
bundling (<i>bundles</i>)	Empacotamento, tradução do inglês, tem em informática o sentido de integração; comercialmente refere-se à venda de produtos em forma de cabaz ou serviços agregados, como estratégia de marketing, tratando-se de venda de produtos/serviços (<i>blundes</i>) em oferta combinada

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ccTLD	<i>country code Top Level Domain</i> ; domínio de topo, com a sigla TLD, domínio de nível superior ou domínio de primeiro nível, é um dos componentes dos endereços de Internet, consistindo cada nome de domínio na Internet de alguns nomes separados por pontos, e o último desses nomes é o domínio de topo, ou TLD, como por exemplo, no nome de domínio exemplo.com, o TLD é com
ccTLD	Cambridge Analytica, Ltd. criada em 2013, foi uma empresa privada que combinava exploração (mineração, em português do Brasil) e análise de dados com comunicação estratégica que foi utilizada para participar na política dos Estados Unidos
CE	Comissão Europeia
CEP	Mercado das Comunicações Eletrónicas e Postal (Cabo Verde)
CEPT	Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações foi criada em 26 de junho de 1959, como um órgão de coordenação de 19 organizações estatais europeias de telecomunicações e correios; atualmente com 48 membros, a CEPT é desde 1992, em conjunção com a política europeia de separação das operações postais e de telecomunicações, da definição de políticas e da atividade regulatória, um órgão de decisores políticos e reguladores
Cibersegurança	Conjunto de meios e tecnologias que visam proteger, de danos e intrusão ilícita, programas, computadores, redes e dados; face ao crescimento de dispositivos computacionais interligados, aumentam os riscos associados a esse crescimento. Em cibersegurança, considera-se sobretudo Integridade, Confidencialidade e Disponibilidade
Cloud	“Nuvem”, rede global de servidores remotos interligados que devem funcionar como um ecossistema único
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capital (Brasil)
CRASA	<i>Communications Regulators' Association of Southern Africa</i> , inclui INACOM (Angola), BOCRA (Botsuana), ARPTC (República Democrática do Congo), LCA (Lesoto), MACRA (Malawi), ICTA (Maurícias), INCM (Moçambique), ICASA (África do Sul), CRAN (Namíbia), SCCOM (Suazilândia), TCRA (Tanzânia), ZICTA (Zâmbia), e, POTRAZ (Zimbabué)
Commonwealth	Comunidade das Nações, originalmente criada como Comunidade Britânica de Nações, é uma organização intergovernamental composta por 53 países membros independentes, os quais, com exceção de Moçambique, Ruanda e Namíbia, faziam parte do Império Britânico, do qual se separaram
CPLIP	Metodologia de determinação de tarifas de serviços de telecomunicações orientada para os custos; o CPLIP, ou Custos Prospectivos Incrementais de Longo Prazo, também é conhecido pela sua sigla em inglês LRIC - Long Run Incremental Cost

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

CTO	<i>Commonwealth Telecommunications Organization/Organização de Telecomunicações da Commonwealth</i> (inclui Moçambique)
DDD	Discagem direta a distância, Brasil, códigos de ligações interurbanas
DNS	<i>Domain Name System</i> , sistema hierárquico e distribuído de gestão de nomes para computadores, serviços ou qualquer máquina ligada à Internet, associa nomes de domínios facilmente memorizáveis a endereços IP numéricos; ver <i>ccTLD</i>
drone	Qualquer veículo não tripulado, controlado remota ou automaticamente
DVB	<i>Digital Video Broadcasting</i> - (Transmissão de Vídeo Digital), o mesmo que DVT
DVB-T2	Sistema mais avançado da TDT (televisão digital terrestre) que oferece maior robustez, flexibilidade e pelo menos mais 50% de eficiência do que qualquer outro sistema de TDT
DVT	<i>Digital Television</i> (televisão digital), o mesmo que DVB, TDT em Portugal
ECC	<i>Electronic Communications Committee</i> , /Comité das Comunicações Eletrónicas um dos três comités autónomos da CEPT (com o COM-ITU/Comité para as Políticas da UIT e o CERP/Comité Europeu de Regulação Postal), considera e desenvolve procedimentos (políticas) da atividade das comunicações eletrónicas em contexto europeu, no âmbito da legislação e regulação Europeia e internacional, juntando 48 países, tendo como objetivo dominante a harmonização da utilização eficiente do espectro radioelétrico, órbitas de satélite e, recursos numéricos, e, prepara propostas comuns de representação dos interesses europeus na UIT e outras organizações internacionais
e-commerce	Comércio eletrónico, surgiu como conceito nos anos 60 do séc. XX, que já assistiu nos anos 90, ao seu arranque, conceito aplicável a qualquer tipo de negócio ou transação comercial que implique a transferência de informação ou compras realizadas pela Internet. Tem transformado a economia mundial, permitindo que lojas físicas alarguem os seus canais de venda e de comunicação, alcancem novos clientes com baixo custo e mantenham um “espaço” para vender os seus produtos ou serviços. Tal como os negócios tradicionais, existem diferentes tipos de negócios digitais, globalmente considerados em inglês: B2B (<i>Business to Business</i>), modelo de comércio eletrónico que se realiza entre duas empresas ou com fim de revenda; B2C (<i>Business to Consumer</i>), modelo predominante de vendas online, usado pelas empresas e negócios que desejam disponibilizar a sua oferta de formato tradicional em formato online entre marca/negócio e cliente final; C2C (<i>Consumer to Consumer</i>), transações entre dois ou mais consumidores, através de um marketplace, rede sociais ou palataformas de compra e vendas especializadas; C2B (<i>Consumer to Business</i>), modelo mais recente no mercado, em que os consumidores criam valor e as empresas consomem esse valor

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ENISA	<i>European Union Agency for Cybersecurity / Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação</i> é um organismo da União Europeia que visa ajudar a garantir um elevado nível de segurança nas redes de informação e nos respetivos dados, através da recolha de informação, da análise de riscos e de ações de sensibilização e promoção das melhores práticas
CERGP	<i>European Regulators Group for Postal Services / Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços Postais</i> , constitui-se como um serviço integrado na Comissão
ERGP	Europeia, a quem assegura consultoria no sentido facilitador e da cooperação entre ARN/Autoridade Nacionais de Regulação de todos os Estados-Membros da União Europeia (UE) e a Comissão Europeia, na consolidação do mercado interno dos serviços postais e na aplicação coerente do quadro regulamentar
Ex-ante	Ação regulatória (e regulamentar) de natureza preventiva a situações de poder de mercado significativos que venham a criar distorções que entravem a concorrência aplicável
IMEI	<i>International Mobile Equipment Identity</i> , número de identificação único e global de telemóveis/celulares
INACOM	Instituto Angolano das Comunicações
INC M	Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique
IP	<i>Internet Protocol</i> - conjunto de normas que asseguram a destinação correta de pacotes de dados transmitidos pela Internet
ISP	<i>Internet Service Provider</i> – fornecedor, provedor de serviços de Internet
IXP	<i>Internet Exchange Point</i> , ou Ponto de Troca de Tráfego, ponto de intercâmbio que permite a interligação de redes autónomas bem como a troca de tráfego de dados e conteúdos entre elas; local de interconexão de redes entre as empresas de infraestruturas de Internet (ver ISP) e a rede de distribuição de conteúdos. Angola, Moçambique e Portugal dispõem de um IXP cada, o Brasil, 23
ITED	Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios (Portugal e Cabo Verde)
ITUR	Infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios (Portugal e Cabo Verde)
ITUR-R	Sigla em inglês de <i>ITU Radiocommunication Sector</i> , que constitui com o ITU-D (Desenvolvimento) e o ITU-T (Normalização), a estrutura funcional da agência da ONU/Organização das Nações Unidas para o setor das TIC, a UIT/União Internacional das Telecomunicações

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

mbps	Megabits por segundo, velocidade à qual 1 megabit (Mb) é transferido num segundo; por sua vez, um quilobit por segundo (1 kbps) corresponde ao envio ou receção de 1000 bits por segundo
mega dados (<i>big data</i>)	Área do conhecimento que estuda como tratar, analisar e obter informações a partir de conjuntos de dados grandes demais para serem analisados por sistemas tradicionais, que o surgimento da Internet fez crescer de forma exponencial, sendo concebido um novo método de avançar as fronteiras do conhecimento, por meio de novas tecnologias para coletar, manipular, analisar e exibir dados, construindo valor agregado com as análises geradas
mopdern	(amálgama de modulador-desmodulador) dispositivo eletrónico (<i>hardware</i>) que converte dados para um formato adequado à sua transmissão/receção, digitalizando-os, para que seja possível a comunicação, nomeadamente por linha telefónica
MTTI	Ministério das Telecomunicações e Tecnologia de Informação (Angola)
<i>network slicing</i>	Subdivisão da rede 5G em várias redes virtuais otimizadas para diferentes tipos de utilização; a virtualização (desvinculação entre o funcionamento de uma aplicação ou sistema operativo e o conjunto dos elementos físicos de um computador) da arquitetura de uma rede física de comunicações, consiste na utilização de programas específicos (SDN - <i>software defined networking</i> /circuitos definidos por software e NFV - <i>network functions virtualisation</i> / virtualização de funções em circuito), permitindo parcelar informação sobre uma infraestrutura física comum, possível de desenhar conforme necessidades específicas de aplicações, serviços, clientes ou operadores
<i>on-net, off-net</i>	Termos utilizados para descrever tipos de chamadas ou mensagens efetuadas em comunicações eletrónicas, <i>On-Net</i> quando se designa a origem das mesmas, via rede de determinado operador e que são recebidas na rede do mesmo operador, <i>Off-Net</i> quando emitida de determinado operador a ligação é recebida noutro operador/prestador de serviços
OPS	Operador com posição significativa de mercado (Moçambique), o mesmo que PMS
ORTEL	<i>Oficina Reguladora de las Telecomunicaciones</i> (Guiné Equatorial)
OTT	<i>Over the Top</i> , traduzível como “sobre-o-topo”, termo genérico para designar disponibilização de conteúdos via Internet (através de aplicações como WhatsApp, Amazon ou Skype), que encerra alguma polémica para os operadores de serviços de telecomunicações, pela utilização da sua infraestrutura sem subscrição dos seus serviços
PGMC	Plano Geral de Metas de Competição (Brasil)

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

<i>Plafonds</i>	Num orçamento, limite máximo estabelecido para quaisquer receitas ou despesas
PMS	Poder de Mercado Significativo (v. ex ante)
<i>roaming (itinerância)</i>	Termo empregue em telefonia móvel e outras tecnologias de rede sem fio, que designa a capacidade do utente duma rede se poder ligar através duma outra rede onde é visitante, sendo que esta pode ou não pertencer a mesma operadora, ou mesmo entre operadoras de diferentes países; o termo tem origem no padrão GSM, o mais adotado para telefonia móvel
RGI	Regulamento Geral de Interconexão (Brasil)
RRC	<i>Regional Radiocommunication Conference (UIT)</i>
SADC	<i>Southern African Development Community/Sociedade de Desenvolvimento da África Austral</i> (https://www.sadc.int/), organização intergovernamental criada em 1992 por Angola, Botsuana (sede), Lesoto, Malawi, Moçambique, Essuatíni (ex-Suazilândia), Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, a que se juntaram África do Sul, República Democrática do Congo, Madagáscar, Maurícias, Namíbia e Seychelles (15 membros)
SCEP	Setor das comunicações eletrônicas e postal (Cabo Verde)
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia (Brasil/Anatel)
SIIA	Sistema de Informação de Infraestruturas Aptas (Portugal)
SMS	<i>Short message service</i> ou Serviço de Mensagens Curtas, designa a possibilidade de um serviço de envio/recepção de textos via protocolos normalizados de comunicações
STFC	Serviço Telefónico Fixo Comutado (Brasil)
SU	Serviço Universal
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TDT	Televisão digital terrestre
TSM	Telecom Single Market, iniciativa da União Europeia que atualmente se prevê que conduza à feitura de um Código Europeu de Comunicações Eletrónicas conforme DSM/Digital Single Market, ou quadro regulatório de referência
TVA	Televisão por Assinatura (Cabo Verde), Televisão de amador (Portugal)

II. ANEXOS

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO, LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

TWWS	Tv White Space, espaços não utilizados/em branco entre canais ativos do espectro que têm vindo a ser aproveitados por ISP/provimento de Internet em frequências de guarda entre os canais de televisão
UE	União Europeia
UIT	União Internacional de Telecomunicações
URSI	<i>Union Radio-Scientifique Internationale</i> , organização não-governamental sem objetivos lucrativos, responsável pela coordenação internacional de estudos, pesquisas, aplicações, intercâmbio científico e comunicações no âmbito da ciência radio (conhecimento e estudo de todos os aspectos de campos e ondas eletromagnéticas)
USDD	Dados de Serviços Suplementares Não estruturados (do inglês <i>Unstructured Supplementary Service Data</i>), protocolo de comunicação na tecnologia GSM da operadora de telefonia móvel similar à transmissão de mensagens de texto SMS
Wi-fi	<i>Wireless Fidelity</i> , utilizada por produtos certificados que pertencem à classe de dispositivos de rede local sem fios (WLAN, rede de área local sem fio, do inglês <i>wireless local area network</i>) baseados no padrão IEEE 802.11; o padrão Wi-Fi opera em faixas de frequências que não necessitam de licença para instalação e/ou operação. Para se ter acesso à internet através de rede <i>Wi-Fi</i> , deve-se estar no raio de ação ou área de abrangência de um ponto de acesso (tecnicamente conhecido por <i>hotspot</i>)
WRC-19	Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2019 (UIT)
WACC	<i>Weighted average cost of capital</i> /Custo de capital médio ponderado
xof	Código de moeda Franco CFA, da <i>Communauté Financière Africaine</i> (BCEAO)
zero rating	Subtópico da neutralidade da rede / acesso à Internet sem custos sob certas condições, permitindo apenas o acesso a determinados sítios ou subsidiando o serviço com publicidade; ao abrigo do Regulamento TSM (Europa) é uma prática comercial na qual o consumo de dados de um ou vários conteúdos e/ou aplicações não é contabilizado para efeitos do <i>plafond</i> de dados que está associado à oferta subscrita pelo cliente, tendo um preço nulo

